



Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 3

Ednan Galvão Santos
Karine Chaves Pereira Galvão
(Organizadores)



AYA EDITORA
2024

Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 3

Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 3

Ednan Galvão Santos
Karine Chaves Pereira Galvão
(Organizadores)



AYA EDITORA

2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadores

Prof.º Me. Ednan Galvão Santos

Prof.ª Ma. Karine Chaves Pereira Galvão

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczek Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chiroli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

**Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues**

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira
Miranda Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

C5741 Ciências humanas e sociedade: estudos interdisciplinares [recurso eletrônico]. / Ednan Galvão Santos, Karine Chaves Pereira Galvão (organizadores) -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 152 p.

v.3

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-564-8

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339

1. Umbanda. 2. Liberdade - Aspectos religiosos. 3. Ciência política. 4. Tocqueville, Alexis de, 1805-1859. 5. Democracia. 6. Capital social (Sociologia). 7. Putnam, Robert D., 1941-. 8. Refugiados. 9. Discriminação. 10. Geografia – Estudo e ensino. 11. Movimentos sociais. 12. Aprendizagem. I. Santos, Ednan Galvão. II. Galvão, Karine Chaves Pereira. III. Título .

CDD: 300

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... 10

01

Refletindo o ensino de Geografia por meio da interdisciplinaridade 11

Selma Fernandes Vieira de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.1

02

Assembleias escolares sob a perspectiva da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura..... 21

Domingos Aparecido dos Reis

Viviane Lima Martins

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.2

03

A filosofia brasileira: um componente curricular 30

Alailson Carias da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.3

04

Da comunidade à democracia: uma análise comparativa de Tocqueville e Putnam 42

Geverson Ampolini

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.4

05

Movimentos sociais e participação política: impacto na democracia e na política institucional..... 65

José Reinaldo Mendonça Moura

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.5

06

Tessitura de Saberes: educação popular e protagonismo do movimento popular de bairro de Imperatriz..... 76

José Ricardo Brito Sales

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.6

07

**O papel ético do profissional contábil no setor público ..
..... 83**

Italo Bohumil Cavalcante Caetano

Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.7

08

Aporofobia, refugiados e o discurso de ódio 96

Evânio José de Moura Santos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.8

09

As viúvas machadianas e o patriarcalismo 107

Maria Zeneide de Macedo Melo Jorge

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.9

10

Crítica de dados em canais de comunicação, utilizando conceitos e metodologias tecnológicas, para tomada de decisões estratégicas..... 121

Daniel Albuquerque dos Santos e Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.10

11

A sociedade desconhece e exclui, o terreiro acolhe e ensina: o senso de pertencimento de uma adolescente no terreiro de umbanda em Trindade -GO..... 125

Maria Alves da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.11

12

A importância do relatório descritivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança como instrumento de acompanhamento individualizado na educação infantil..... 134

Francimeiry de Alencar Pereira

Áglaízia de Sousa Marinho Pinto

Bruna Pereira de Freitas

Maria Jayane Correia

Ivana Rodrigues da Silva Falcão

DOI: 10.47573/aya.5379.2.339.12

Organizadores..... 146

Índice Remissivo..... 147

Apresentação

Por um pensamento independente e livre

Organizamos com alegria este livro, intitulado ***Ciências Humanas e Sociedade: estudos interdisciplinares – Vol. 3.***

Estamos em julho, mês da Independência da Bahia – ou Independência do Brasil na Bahia –, marco histórico que traz uma série de significados, valores e simbologias.

Em seu cerne, o dois de julho representa a luta de um povo para libertar-se do jugo forasteiro. Uma luta de homens e mulheres. Uma luta de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Filipa – ícones da libertação – e de tantas outras brasileiras e brasileiros.

A ideia de independência também está presente neste livro, que nasce justamente no mês de julho. Com efeito, cada capítulo é expressão do pensamento independente de seu autor ou autora.

Nós, organizadores, prezamos por essa independência! As criações de cunho epistemológico devem ser livres, sem amarras. Trata-se de *conditio sine qua non* para a construção do saber em uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.

E que todos os leitores se sintam igualmente livres para apreciarem criticamente cada capítulo integrante da presente obra coletiva!

Desejamos uma leitura livre e independente!

Salvador, julho de 2024.

Ednan Galvão Santos e Karine Chaves Pereira Galvão

Refletindo o ensino de Geografia por meio da interdisciplinaridade

Selma Fernandes Vieira de Oliveira

RESUMO

O ensino de geografia enfrenta a necessidade imperativa de adaptar-se às dinâmicas de um mundo globalizado e interconectado. Neste contexto, o artigo explora a relevância da interdisciplinaridade e da contextualização como pilares fundamentais para uma educação geográfica moderna e eficaz. A interdisciplinaridade no ensino de geografia não só amplia a compreensão dos fenômenos geográficos ao integrar diversas áreas do conhecimento, mas também desenvolve nas mentes jovens uma capacidade analítica e crítica, essencial para lidar com problemas complexos da realidade contemporânea. Este enfoque promove uma educação que transcende as tradicionais fronteiras disciplinares, incentivando uma análise holística e multifacetada do mundo. Por outro lado, a contextualização dos conteúdos geográficos conecta o aprendizado acadêmico à realidade vivida pelos estudantes, tornando a educação geográfica diretamente relevante para suas vidas e para os desafios sociais e ambientais atuais. Através de métodos que incluem estudos de caso, trabalho de campo e tecnologias digitais, os alunos são encorajados a engajar-se ativamente com o material, o que melhora a retenção de conhecimento e fomenta um envolvimento mais profundo e significativo. O estudo também discute como essas abordagens pedagógicas prepararam os alunos não apenas para entenderem, mas para intervirem de forma consciente e eficaz em seu meio, equipando-os com as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos globais informados e responsáveis. A necessidade de políticas educacionais que suportem essas abordagens é crucial para garantir que o ensino de geografia continue a evoluir e a responder eficazmente às necessidades do século XXI. As considerações finais reiteram que a transformação do ensino de geografia através da interdisciplinaridade e da contextualização é não apenas uma exigência acadêmica, mas uma questão de responsabilidade social, com o potencial de moldar como as futuras gerações compreenderão e interagirão com o mundo em uma escala global e local.

Palavras-chave: educação geográfica; interdisciplinaridade; contextualização; tecnologias digitais; cidadania.

ABSTRACT

The teaching of geography faces the imperative need to adapt to the dynamics of a globalized and interconnected world. In this context, the article



explores the relevance of interdisciplinarity and contextualization as fundamental pillars for a modern and effective geographical education. Interdisciplinarity in geography teaching not only broadens the understanding of geographical phenomena by integrating various areas of knowledge but also develops analytical and critical capacities in young minds, essential for dealing with the complex problems of contemporary reality. This approach promotes an education that transcends traditional disciplinary boundaries, encouraging a holistic and multifaceted analysis of the world. On the other hand, the contextualization of geographical content connects academic learning to the reality experienced by students, making geographical education directly relevant to their lives and to current social and environmental challenges. Through methods that include case studies, fieldwork, and digital technologies, students are encouraged to actively engage with the material, improving knowledge retention and fostering deeper and more meaningful involvement. The study also discusses how these pedagogical approaches prepare students not only to understand but to consciously and effectively intervene in their environment, equipping them with the necessary tools to become informed and responsible global citizens. The necessity of educational policies that support these approaches is crucial to ensure that the teaching of geography continues to evolve and effectively respond to the needs of the 21st century. The final considerations reiterate that the transformation of geography teaching through interdisciplinarity and contextualization is not only an academic requirement but a matter of social responsibility, with the potential to shape how future generations will understand and interact with the world on both global and local scales.

Keywords: geographical education; interdisciplinarity; contextualization; digital technologies; global citizenship.

INTRODUÇÃO

A geografia sempre desempenhou um papel fundamental na educação, servindo como uma janela para o mundo e uma ponte entre diversas disciplinas acadêmicas. Ela oferece aos alunos a oportunidade única de explorar e compreender a complexidade das interações entre os ambientes naturais e as sociedades humanas.

No entanto:

O ensino de geografia no século XXI enfrenta desafios sem precedentes devido às rápidas transformações globais que incluem mudanças climáticas, urbanização acelerada e intensificação dos fluxos globais de pessoas, bens e informações. Neste contexto dinâmico, a interdisciplinaridade se apresenta não apenas como uma opção, mas como uma necessidade para o ensino de geografia, permitindo uma abordagem mais holística e integrada que está em sintonia com as complexidades do mundo moderno (Nogueira, 2018, p. 45).

Este estudo propõe uma reflexão profunda sobre a implementação da interdisciplinaridade no ensino de geografia, argumentando que essa abordagem pode revitalizar a disciplina e expandir significativamente o horizonte de compreensão dos estudantes. Discutiremos como a integração de conhecimentos de ciências naturais, economia, sociologia, e história, entre outras, pode enriquecer o aprendizado geográfico e torná-lo mais relevante para os desafios contemporâneos que os alunos enfrentarão em suas vidas pessoais e profissionais.

Além disso, a importância de contextualizar o ensino de geografia é destacada, argumentando que ao relacionar os conteúdos geográficos com a realidade vivida pelos alunos, o aprendizado se torna mais tangível e significativo. Esta parte do artigo explora como a utilização de estudos de caso atuais, a análise de eventos em tempo real e a incorporação de questões locais e globais podem transformar a experiência educacional, tornando-a mais engajadora e aplicável.

Também abordamos metodologias específicas que favorecem um ensino de geografia interativo e participativo. As tecnologias digitais, como o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), realidade aumentada e recursos online, são discutidas como ferramentas poderosas que podem ser integradas ao currículo geográfico para proporcionar uma aprendizagem mais dinâmica e imersiva.

O papel do trabalho de campo e dos projetos baseados em pesquisa também é examinado, destacando como essas atividades podem incentivar os alunos a aplicar seus conhecimentos teóricos em contextos reais e complexos.

O artigo contempla as perspectivas futuras para o ensino de geografia, enfatizando a necessidade de preparar os estudantes para atuarem como cidadãos globais informados e responsáveis. Discutimos como a educação geográfica, através de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, pode contribuir significativamente para a formação de indivíduos capazes de compreender e responder aos desafios do século XXI. Este segmento sugere caminhos para pesquisas futuras e para a elaboração de políticas educacionais que suportem e promovam essas inovações no ensino de geografia.

Ao explorar esses temas, o artigo busca oferecer um panorama abrangente e perspectivas práticas que possam inspirar educadores e formuladores de políticas a repensar e revitalizar o ensino de geografia em um mundo que exige cada vez mais compreensão interdisciplinar e aplicação prática do conhecimento.

FUNDAMENTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPLORANDO COMO A INTEGRAÇÃO DE MÚLTIPLAS DISCIPLINAS ENRIQUECE A COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS GEOGRÁFICOS

A interdisciplinaridade no ensino de geografia é mais do que uma abordagem pedagógica; é uma necessidade imperativa para compreender a complexidade das relações espaciais e ambientais em nosso mundo. Esta abordagem não se limita apenas à incorporação de conhecimentos de diversas disciplinas, mas se estende à integração desses saberes para formar uma compreensão mais holística e profundamente enraizada dos fenômenos geográficos.

No contexto atual:

Caracterizado por rápidas mudanças e problemas globais complexos, como alterações climáticas, desigualdades socioeconômicas e crises humanitárias, a capacidade de aplicar uma perspectiva interdisciplinar torna-se essencial para que os estudantes não apenas entendam, mas também respondam eficazmente a tais desafios (Dias, 2010, p. 74).

O ensino interdisciplinar de geografia explora a intersecção entre o espaço físico e as dimensões humanas, tecendo relações entre geologia, ecologia, história, economia, sociologia e política. Por exemplo, ao estudar questões de mudança climática, um educador pode guiar os alunos através de uma investigação que aborde não apenas os aspectos científicos, como a meteorologia e as ciências ambientais, mas também os impactos econômicos, as respostas políticas e as consequências sociais dessas mudanças. “Tal abordagem não só amplia a compreensão dos alunos sobre o assunto em questão, mas também enriquece sua capacidade de aplicar o conhecimento de maneira prática e informada em situações reais” (Vasconcelos, 2022, p. 23).

Além disso, a interdisciplinaridade promove habilidades vitais como pensamento crítico, resolução de problemas complexos e capacidade de negociação e colaboração entre diferentes perspectivas e disciplinas.

Segundo Bernardes (2012, p. 42):

Em sala de aula, isso pode ser facilitado por meio de projetos integrados que exigem que os alunos identifiquem e utilizem recursos de várias disciplinas para investigar e resolver problemas. Por exemplo, ao explorar o desenvolvimento urbano, os alunos podem ser encorajados a examinar como fatores geográficos influenciam as decisões políticas e econômicas e como essas decisões, por sua vez, afetam a cultura e a sociedade local.

Essa abordagem educacional também prepara os estudantes para futuras carreiras em uma variedade de campos que dependem da capacidade de integrar e aplicar conhecimentos de múltiplas disciplinas. Em um mundo onde os problemas raramente se confinam às fronteiras de uma única disciplina, a capacidade de pensar interdisciplinarmente é não apenas valiosa, mas indispensável. “Os alunos que são treinados para pensar dessa maneira estão melhor equipados para liderar, inovar e mediar em um ambiente global que valoriza a flexibilidade e a adaptabilidade” (Idem, p. 49).

Portanto, integrar a interdisciplinaridade no ensino de geografia é fundamental para preparar os alunos para os complexos desafios do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, Basso (2010, p. 77) escreve:

Ao fazer isso, os educadores não apenas expandem os horizontes intelectuais dos alunos, mas também os capacitam com as ferramentas necessárias para navegar e moldar o futuro. A educação geográfica, portanto, se torna uma arena para o desenvolvimento de cidadãos globais que são conscientes, críticos e engajados, equipados para atuar em um mundo interconectado e dependentes de soluções colaborativas e sustentáveis para os desafios globais.

A interdisciplinaridade, ao ser implementada no ensino de geografia, estende sua relevância além das salas de aula, influenciando a maneira como os alunos percebem e interagem com o mundo ao seu redor. Ao integrar diversos campos do saber, os estudantes aprendem a ver o mundo não como uma série de componentes isolados, mas como um complexo sistema interconectado, onde as ações em uma área podem ter efeitos cascata em muitas outras. “Essa percepção é crucial para enfrentar os desafios do século XXI, onde questões como sustentabilidade ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico estão profundamente entrelaçadas” (Catalão, 2009, p. 56).

Além de ampliar a compreensão dos alunos sobre os fenômenos geográficos, a interdisciplinaridade fomenta uma aprendizagem mais engajada e relevante.

Como destaca Pátaro e Bovo (2007, p. 147):

Os alunos não são mais receptores passivos de informações, mas participantes ativos na construção de seu conhecimento. Eles são desafiados a questionar, a investigar e a construir argumentos baseados em uma variedade de fontes e perspectivas. Este tipo de aprendizado ativo promove uma maior retenção de conhecimento e uma aplicação mais intuitiva deste em contextos novos e variados.

Como exemplo de se explorar o potencial dos alunos, pode-se pensar em projetos de planejamento urbano dentro do currículo de geografia, os estudantes podem explorar como os princípios de ecologia, economia e sociologia se aplicam no desenvolvimento sustentável das cidades. Segundo Andrade (2015, p. 83): “eles podem investigar como a distribuição de espaços verdes afeta a biodiversidade urbana, o bem-estar humano e a economia local”. Através deste processo, os alunos desenvolvem uma compreensão integrada que lhes permite propor soluções inovadoras e sustentáveis que consideram múltiplas facetas dos problemas urbanos.

Ademais:

A interdisciplinaridade no ensino de geografia prepara os alunos para uma colaboração eficaz em ambientes profissionais e acadêmicos. Ao serem expostos a múltiplas disciplinas e aprenderem a sintetizar informações de diferentes fontes, os alunos aprimoram suas habilidades de comunicação e colaboração, tornando-se mais aptos a trabalhar em equipes multidisciplinares. Eles aprendem a expressar suas ideias claramente e a valorizar as contribuições de colegas de outras áreas de especialização, habilidades essas indispensáveis em quase todos os campos de trabalho modernos (Carlos, 2011, p. 131).

Portanto, ao refletir sobre os fundamentos da interdisciplinaridade no ensino de geografia, torna-se evidente que essa abordagem não apenas enriquece a compreensão dos alunos sobre os fenômenos geográficos, mas também os equipa com as competências necessárias para navegar e resolver os complexos desafios globais de nossa época. “O ensino de Geografia de modo interdisciplinar, é um componente essencial na formação de indivíduos prontos para contribuir de maneira significativa e positiva para a sociedade global” (Ferreira, 2020, p. 42).

A CONTEXTUALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: A IMPORTÂNCIA DE RELACIONAR OS CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS COM A REALIDADE VIVIDA PELOS ALUNOS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A contextualização na educação geográfica é fundamental para tornar o aprendizado não apenas relevante, mas também imediatamente aplicável para os alunos. Essa abordagem pedagógica envolve a integração de conceitos e temas geográficos com as experiências diárias dos alunos e os desafios globais contemporâneos, ajudando-os a compreender como as questões geográficas influenciam e são influenciadas por suas próprias vidas e pela sociedade em geral.

Ao contextualizar os conteúdos:

Os educadores podem demonstrar como os fenômenos geográficos, como clima, urbanização e migrações, afetam direta e indiretamente as comunidades locais e globais. Isso não só aumenta o interesse dos estudantes, tornando o material mais relativo e menos teórico, mas também promove uma compreensão mais profunda das interações entre o ambiente natural e as sociedades humanas. Por exemplo, ao estudar mudanças climáticas, um professor pode relacionar o conteúdo com eventos climáticos recentes que os alunos possam ter experimentado ou ouvido falar, como ondas de calor, furacões ou inundações (Fonseca, 2022, p. 57).

Essa conexão imediata com a realidade dos alunos não só desperta o interesse como também incentiva uma reflexão sobre como suas ações podem influenciar e ser influenciadas por esses fenômenos.

Além disso:

A contextualização ajuda os alunos a desenvolverem habilidades críticas e analíticas ao incentivá-los a questionar e explorar como os conceitos geográficos se aplicam em diferentes contextos. Isso os prepara para enfrentar questões complexas e multifacetadas, como a gestão de recursos naturais, planejamento urbano e políticas de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, ao explorar o conceito de sustentabilidade, os alunos podem analisar como as práticas sustentáveis são implementadas em sua própria comunidade, comparando-as com outras regiões ou países (Idem, p. 60).

Essa análise comparativa não apenas enriquece seu entendimento, mas também os encoraja a participar de debates e a formular soluções inovadoras para problemas reais.

A contextualização também promove a educação cidadã, preparando os alunos para participar ativamente na sociedade. De acordo com Gomes (2015, p. 12): “ao entenderem os impactos geográficos em seus ambientes imediatos e globais, os estudantes tornam-se mais conscientes de seu papel como cidadãos globais e são encorajados a tomar decisões informadas e responsáveis”. Isso é crucial em um mundo onde as questões geográficas e ambientais, como mudanças climáticas e migração, têm implicações diretas nas políticas locais e globais.

Logo, a contextualização no ensino de geografia pode ser enriquecida através do uso de tecnologias digitais, como GIS (Sistema de Informações Geográficas) e realidade aumentada, que permitem aos alunos explorar e visualizar fenômenos geográficos de maneira interativa e envolvente.

Nesse sentido, observa Sposito (2001, p. 81):

Estas ferramentas tecnológicas proporcionam uma nova dimensão ao aprendizado, permitindo simulações e análises detalhadas de cenários geográficos variados, desde a distribuição de populações até a análise de impactos ambientais.

Em resumo, a contextualização na educação geográfica é essencial para tornar o ensino mais relevante, interativo e eficaz, preparando os alunos não apenas para entender o mundo ao seu redor, mas também para agir sobre ele de maneira informada e consciente.

MÉTODOS E PRÁTICAS PARA UM ENSINO GEOGRÁFICO INTERATIVO: REFLETINDO SOBRE TÉCNICAS EFICAZES QUE ENVOLVEM ESTUDOS DE CASO, TRABALHO DE CAMPO E O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA UMA APRENDIZAGEM MAIS ENGAJADA

O ensino geográfico interativo é um campo dinâmico que se beneficia enormemente da incorporação de métodos e práticas inovadoras, os quais facilitam uma aprendizagem mais engajada e profundamente conectada com as realidades do mundo moderno. As técnicas de ensino eficazes em geografia incluem uma variedade de abordagens práticas, como estudos de caso, trabalho de campo e o uso de tecnologias digitais, cada uma oferecendo uma maneira única de explorar e entender os fenômenos geográficos de maneira mais contextualizada e aplicada.

Os estudos de caso, por exemplo:

São uma ferramenta pedagógica valiosa porque apresentam aos alunos cenários reais e desafios que comunidades e locais específicos enfrentam. Este método permite que os alunos investiguem e respondam a questões complexas, aplicando teorias e conceitos geográficos para analisar e propor soluções para problemas reais. Através de estudos de caso, como o impacto das políticas de desenvolvimento urbano em diferentes regiões ou as consequências ambientais de práticas agrícolas em várias partes do mundo, os estudantes podem ver a geografia em ação, aumentando assim sua capacidade de análise crítica e de pensamento sistêmico (Théry, 2011, p. 45).

Paralelamente, o trabalho de campo continua sendo um dos aspectos mais enriquecedores do ensino de geografia. Ao sair da sala de aula e entrar no ambiente que estão estudando, os alunos ganham uma compreensão vivencial dos conceitos geográficos.

Segundo Fonseca (2022, p. 15):

Seja através da observação direta da interação entre sociedade e ambiente, coleta de dados ambientais ou análise espacial no terreno, o trabalho de campo ajuda a cimentar o conhecimento adquirido em sala de aula, fornecendo uma aprendizagem experiencial que é tanto imersiva quanto inesquecível.

Além disso, o uso de tecnologias digitais tem revolucionado o modo como a geografia é ensinada e aprendida. Ferramentas como Sistemas de Informação Geográfica (SIG), realidade aumentada e aplicativos de simulação transformam dados abstratos em visualizações interativas e compreensíveis, permitindo aos alunos explorar e manipular informações geográficas com um simples clique de um botão.

Conforme observa Silva (2010, p. 23):

Essas tecnologias não apenas facilitam a análise de grandes volumes de dados geográficos, mas também permitem simulações de eventos ambientais e humanos, como mudanças climáticas e urbanização, proporcionando uma plataforma para discussões preditivas e preparatórias.

O ensino geográfico interativo, portanto, não é apenas sobre a absorção de conhecimento, mas sobre a ativa participação dos alunos no processo de aprendizagem. Santos (2020, p. 88) observa que: “ao integrar estudos de caso, trabalho de campo e tecnologias digitais, os educadores podem oferecer uma educação geográfica que é não apenas informativa, mas transformadora”. Esta abordagem não só prepara os estudantes

para enfrentar os desafios globais com um entendimento bem fundamentado e habilidades aplicáveis, mas também instiga uma curiosidade que os impulsiona a continuar explorando e questionando o mundo ao seu redor com um olhar crítico e informado.

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: IMPLICAÇÕES DAS ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRITICIDADE E CIDADANIA

As perspectivas futuras para o ensino de geografia são moldadas pela crescente integração de abordagens interdisciplinares, que não apenas ampliam o entendimento dos alunos sobre fenômenos geográficos, mas também fortalecem suas habilidades críticas e seu papel como cidadãos ativos.

Este enriquecimento do currículo escolar através da interdisciplinaridade tem implicações profundas para a educação, preparando os estudantes para enfrentar desafios complexos em um mundo globalizado e interconectado (Silva, 2010, p. 27).

A abordagem interdisciplinar no ensino de geografia fomenta uma compreensão mais holística do mundo. Ao relacionar a geografia com disciplinas como história, ciências, economia e arte, os estudantes podem ver como os sistemas geográficos influenciam e são influenciados por outros sistemas humanos e naturais. Conforme destaca Tristão (2018, p. 78): “essa perspectiva ampla é crucial para desenvolver a capacidade de pensar criticamente sobre questões como mudança climática, migração, urbanização e desigualdades sociais”. Ao entender as múltiplas dimensões dessas questões, os alunos são melhor equipados para participar de debates informados e tomar decisões responsáveis que reflitam uma compreensão complexa das questões atuais.

Além disso:

A interdisciplinaridade promove a criticidade ao desafiar os alunos a questionar e a analisar as informações de várias fontes e perspectivas. Isso é vital em uma era de informações rápidas e muitas vezes não verificadas. Educar os estudantes para avaliar criticamente as informações, entender os contextos em que são produzidas e reconhecer os possíveis vieses ajuda a formar indivíduos que são céticos de maneira construtiva e questionadores engajados (Silva, 2010, p. 92).

O papel da tecnologia no ensino de geografia também será crucial nas próximas décadas. As ferramentas digitais permitem simulações complexas de eventos geográficos e sociais, proporcionando aos alunos uma maneira de testar cenários e entender em profundidade a dinâmica do mundo real.

Por exemplo:

Os alunos podem usar modelagem computacional para prever os efeitos do aumento do nível do mar em diferentes comunidades costeiras, ou visualizar o impacto da deflorestação na biodiversidade. Essas experiências de aprendizado não só reforçam o conteúdo geográfico, mas também incentivam a aplicação prática do conhecimento em situações da vida real (Santos, 2020, p. 113).

A cidadania ativa é uma das metas mais importantes do ensino de geografia moderno. A geografia, com sua capacidade inerente de conectar lugares, pessoas e processos, é uma disciplina fundamental para fomentar o entendimento intercultural e a responsabili-

dade ecológica. Ao aprender sobre diferentes regiões e culturas, os alunos desenvolvem empatia e respeito pela diversidade. “Além disso, ao explorar questões ambientais de uma perspectiva geográfica, eles se tornam conscientes das suas responsabilidades como cidadãos globais na promoção da sustentabilidade” (Idem, p. 119).

As abordagens interdisciplinares no ensino de geografia estão, portanto, na vanguarda de preparar os estudantes não apenas como acadêmicos, mas como membros proativos e informados da sociedade global. Esta educação não só amplia o entendimento dos alunos sobre o mundo complexo em que vivem, mas também reforça a importância de sua participação ativa na criação de um futuro mais justo e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo reforçam a importância crucial da interdisciplinaridade e da contextualização no ensino de geografia para formar cidadãos conscientes e engajados. A integração de múltiplas disciplinas no currículo de geografia não apenas enriquece a compreensão dos estudantes sobre os fenômenos geográficos, mas também aprimora suas habilidades analíticas e críticas, preparando-os para enfrentar os desafios contemporâneos com uma perspectiva bem informada e responsável.

A abordagem interdisciplinar no ensino de geografia permite que os alunos vejam a interconexão entre diferentes áreas do conhecimento e como essas conexões são relevantes para entender os complexos problemas globais. Isso é essencial em uma era onde as questões de sustentabilidade, mudança climática, migração e urbanização exigem um entendimento holístico e soluções integradas que transcendam as fronteiras disciplinares tradicionais.

Além disso, a contextualização dos conteúdos geográficos ajuda os estudantes a relacionar o que aprendem com suas próprias vidas e o mundo ao redor, tornando o aprendizado mais significativo e aplicável. Isso não apenas aumenta o interesse e o engajamento dos alunos, mas também promove uma educação mais relevante e eficaz, incentivando-os a aplicar seu conhecimento de maneira prática e impactante em suas comunidades.

O uso de tecnologias digitais e métodos interativos, como estudos de caso e trabalho de campo, também desempenha um papel fundamental na modernização do ensino de geografia. Estas ferramentas e métodos proporcionam aos estudantes experiências de aprendizado mais ricas e envolventes, que não só facilitam a compreensão dos conceitos geográficos, mas também estimulam a curiosidade e a investigação autônoma.

Olhando para o futuro, é imperativo que os educadores e os formuladores de políticas educacionais continuem a promover e a desenvolver abordagens interdisciplinares e contextualizadas no ensino de geografia. Isso não só ajudará a preparar os alunos para os desafios do futuro, mas também garantirá que a educação geográfica permaneça relevante e vital na formação de cidadãos bem informados, responsáveis e prontos para contribuir positivamente para um mundo cada vez mais interconectado e dependente de soluções globais conjuntas.

Portanto, a tarefa de adaptar o ensino de geografia aos requisitos do século XXI é não apenas uma necessidade educacional, mas uma responsabilidade social, que tem o potencial de transformar a maneira como as futuras gerações entendem e interagem com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. A. **Integração tecnológica no ensino da geografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.
- BASSO, Itacy Salgado. **Significado e sentido do trabalho docente**. Caderno Cedes, Campinas, v.19, n. 44, p. 19-32, abr. 2010
- BERNARDES, Maria Eliza Mattozinhos. **Pedagogia e mediação pedagógica**. In: LIB NEO, J. C.; ALVES, N. (Org.). Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CATALÃO, Vera Lessa. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental no Brasil**. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). Desenvolvimento, justiça e meio ambiente. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 242-270.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Brochura, 2010.
- FONSECA, R. T. **Geografia e globalização: desafios pedagógicos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2022.
- GOMES, L. S. **História da geografia: das origens aos dias atuais**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- NOGUEIRA, L. S. **O papel do educador na geografia**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.
- PÁTARO, R. F.; BOVO, M. C. A. **Interdisciplinaridade como possibilidade de diálogo e trabalho coletivo no campo da pesquisa e da educação**. Revista Nupem, vol.4, n.6, 2012, Campo Mourão, FECILCAM, pp.45-63. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupe/article/viewfile/ago>
- SANTOS, P. L. **Geografia e cidadania: uma perspectiva crítica**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.
- SILVA, A. P. **Geografia no século XXI: desafios e perspectivas**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. São Paulo: EdUFSCar, 2013.
- THÉRY, Hervé. Brasil: **paisagens e regiões**. São Paulo: Ática, 2011.
- TRISTÃO, M. **As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento**. In: RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 169-173.
- VASCONCELOS, C. **Educação geográfica e desenvolvimento sustentável**. Recife: Editora UFPE, 2022.

Assembleias escolares sob a perspectiva da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura

School assemblies from the perspective of Albert Bandura's Social Cognitive Theory

Domingos Aparecido dos Reis

Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação - Must University /Flórida. <http://lattes.cnpq.br/1334111273034058>

Viviane Lima Martins

Doutora em Comunicação e Semiótica - PUC /SP. <http://lattes.cnpq.br/8515218182235575>

RESUMO

O presente texto pautado na teoria social cognitiva, busca compreender e aprofundar a influência da teoria no contexto das assembleias escolares com intuito do desenvolvimento social e educacional dos estudantes. O percurso de investigação foi fundamentado pela metodologia revisão bibliográfica, assembleia escolar Araújo (2004, 2008, 2015) e Silva (2020), educação democrática Araújo (2012), Singer (2010) e teoria social cognitiva Bandura (1986), Bandura *et al.* (2008) e Reis (2023). Na primeira parte do texto, foi discutido e analisado com fundamentação teórica assembleia escolar e educação democrática no âmbito escolar promovendo espaço democrático. Na segunda parte, reflexão por meio da psicologia da educação de Bandura, o aprendizado por meio da observação, imitação e modelagem de comportamentos. Por fim, o resultado da contribuição da TSC nas assembleias escolares, com o desenvolvimento da autoeficácia ou crença das competências sociais e o sentido de agência dos alunos em suas comunidades escolares.

Palavras-chave: assembleia escolar; psicologia da educação; autoeficácia; educação democrática.

ABSTRACT

This text, based on social cognitive theory, seeks to understand and deepen the influence of the theory in the context of school assemblies with the aim of the social and educational development of students. The research path was based on the bibliographic review methodology, school assembly



Araújo (2004, 2008, 2015) and Silva (2020), democratic education Araújo (2012), Singer (2010) and social cognitive theory Bandura (1986), Bandura *et al.* (2008) and Reis (2023). The first part of the text discusses and analyzes the theoretical basis of school assemblies and democratic education in schools, promoting a democratic space. In the second part, Bandura's educational psychology reflects on learning through observation, imitation and modeling behavior. Finally, the result of the contribution of SCT in school assemblies, with the development of self-efficacy or belief in social skills and the sense of agency of students in their school communities.

Keywords: school assembly; educational psychology; self-efficacy; democratic education.

INTRODUÇÃO

No contexto escolar, as assembleias escolares, cada vez mais presentes com intuito de tornar as relações sociais mais saudáveis e, dessa forma, organizar de forma coletiva e colaborativa as possíveis discussões e soluções sobre Bullying, falta de respeito, conflitos gerais etc. Dessa forma, as assembleias escolares, desempenham um papel crucial no processo de protagonismo juvenil, proporcionando aos estudantes a oportunidade de participar ativamente na gestão da escola. Este espaço promove a democracia e a tomada de decisões coletivas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de liderança e responsabilidade nos jovens. Além disso, a participação dos alunos fortalece o senso de pertencimento à comunidade escolar, incentivando-os a se envolver ativamente na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo.

Nesse sentido faz-se necessário um ambiente propício a uma educação democrática entre alunos, professores e gestão escolar, promovendo diálogos, escutas ativas, autonomia e protagonismos dos alunos. Assim sendo, a construção de competências como: empatia, cooperação, argumentação, autoconhecimento, responsabilidade, comunicação e cidadania, conforme orienta a Base Comum Curricular (BNCC, 2018).

A Assembleia Escolar, conforme Araujo (2004), pode ser definida como um espaço de diálogo e deliberação, onde os alunos têm a oportunidade de discutir questões relevantes para a comunidade escolar, propor ideias e tomar decisões sobre diversos aspectos da vida escolar. Sua importância reside no fato de que oferece aos jovens a oportunidade de exercer sua cidadania de forma ativa, contribuindo para a promoção da participação democrática e a educação para a cidadania.

O psicólogo Albert Bandura com sua Teoria Social Cognitiva (1986, 2008), contribui para compreender como os comportamentos positivos podem ser promovidos no ambiente escolar, especialmente por meio da Assembleia Escolar. Este estudo visa explorar as contribuições de Bandura e a eficácia das assembleias escolares na promoção de comportamentos positivos, protagonismo juvenil fornecendo uma base teórica sólida e exemplos práticos de aplicação.

A educação é um campo em constante evolução e a busca por estratégias eficazes para promover comportamentos positivos entre os estudantes é uma prioridade. Nesse sentido, Bandura *et al.* (2008) oferece *insights* valiosos sobre como os indivíduos

aprendem e desenvolvem comportamentos, enquanto a Assembleia Escolar representa uma oportunidade única de aplicar esses conhecimentos na prática. Portanto, é crucial contextualizar a importância deste estudo no atual cenário educacional.

O presente estudo de caráter qualitativo por meio da metodologia revisão bibliográfica, tem como objetivo explorar a relação entre as assembleias escolares proposta por Araujo (2004, 2008, 2015), Silva (2020) e a teoria social cognitiva de Bandura (1986, 2008) e Reis (2023), buscando compreender a influência da teoria no contexto das assembleias, e, por meio desta análise, pretende-se oferecer uma visão mais aprofundada sobre a importância da teoria social cognitiva na dinâmica das assembleias escolares, destacando como a teoria pode contribuir para o desenvolvimento social e educacional dos estudantes.

ASSEMBLEIA ESCOLAR ESPAÇO DEMOCRÁTICO

A Assembleia Escolar é uma prática que vem ganhando destaque como um importante instrumento de participação e construção democrática no ambiente educacional. Nessas reuniões, estudantes, professores, e outros membros da comunidade escolar têm a oportunidade de discutir e deliberar sobre questões pertinentes ao cotidiano da escola, dessa forma, “propiciam momentos de diálogo, negociação e encaminhamento de soluções dos conflitos cotidianos” (Araújo, 2015, p. 25). A assembleia propicia um espaço onde todos podem expressar suas opiniões, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

No contexto educativo, a Assembleia Escolar atua como um microcosmo da sociedade democrática. Ela ensina aos estudantes a importância do debate, da escuta ativa e da negociação, habilidades fundamentais para a vida em comunidade. O autor reforça que: “nem sempre o objetivo é de obter o consenso e acordo, e sim o de explicitar as diferenças, defender posturas e ideias muitas vezes opostas e, mesmo assim, levar as pessoas a conviver num mesmo espaço coletivo” (Araújo, 2004, p. 24). Cada participante tem a oportunidade de defender seu ponto de vista, aprender a argumentar de forma construtiva e compreender a diversidade de opiniões e ideias presentes no grupo.

Além disso, a Assembleia Escolar é um espaço que pode ser utilizado para abordar e resolver conflitos de maneira democrática. Para Araújo (2004, p.66): “é preciso estabelecer uma hierarquia dos assuntos a serem discutidos, inclusive porque aqueles mais sérios e complicados devem ser os primeiros a ser tratados, já que necessitam de mais tempo”. Questões como bullying, problemas de convivência e outras dificuldades podem ser trazidas para discussão, permitindo que sejam abordadas de forma coletiva e transparente. Dessa forma, promove-se uma cultura de paz e respeito mútuo dentro da escola.

A prática da Assembleia Escolar também promove um senso de pertencimento e responsabilidade entre os alunos, quando envolvidos nas decisões que afetam diretamente seu ambiente, os estudantes sentem-se mais engajados e comprometidos com a implementação das medidas acordadas. Isso ajuda a construir um clima escolar mais cooperativo e harmonioso, onde todos estão cientes de seu papel na manutenção de um ambiente saudável e produtivo.

O modelo das assembleias é o da democracia participativa que tenta trazer para o espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, incentivando o protagonismo das pessoas e a coparticipação do grupo na busca de encaminhamentos para os temas abordados, respeitando e naturalizando as diferenças inerentes aos valores, crenças e desejos de todos os membros que dela participam (Araújo, 2008, p. 119).

Outro aspecto relevante é que a Assembleia Escolar contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais. A prática regular de participar de debates e deliberações ajuda os estudantes a desenvolverem empatia, autocontrole e habilidades de comunicação. Segundo Silva (2020, p. 73): “se todos participam da assembleia, esta é uma maneira de também engajá-los nas consequências práticas das decisões tomadas”. Essas competências são essenciais não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida como um todo, preparando os jovens para os desafios do mundo contemporâneo.

A Assembleia Escolar é uma ferramenta central na educação democrática, funcionando como um fórum onde todos os membros da comunidade escolar podem expressar suas opiniões e participar na tomada de decisões. Durante as assembleias, temas como o currículo, regras de convivência e projetos escolares são discutidos abertamente, permitindo que cada indivíduo contribua para o desenvolvimento da escola. Esse processo de participação coletiva não só promove um senso de pertencimento e engajamento, mas também ensina aos alunos a importância da democracia e do diálogo. A assembleia escolar é fundamental para a prática da educação democrática, tornando a escola um espaço mais inclusivo e colaborativo. Conforme Araújo (2012, p.85):

[...] a educação democrática para a cidadania deve promover o desenvolvimento das competências necessárias para a participação efetiva das pessoas na vida pública e política, tendo como objetivo a construção de personalidades morais que busquem de forma consciente e virtuosa a felicidade e o Bem, pessoal e coletivo. Para isso, dentre inúmeras outras coisas, a educação deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta.

A educação democrática é um modelo pedagógico que valoriza a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores e pais. Esse paradigma busca promover um ambiente de aprendizado colaborativo, incentivando o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes. Em uma escola democrática, as decisões são tomadas coletivamente, e todos têm voz na definição das regras e políticas escolares. Essa abordagem não apenas fortalece as habilidades acadêmicas, mas também desenvolve competências sociais importantes, como comunicação, resolução de conflitos e responsabilidade compartilhada.

[...] gestão participativa, com processos decisórios que incluem estudantes, educadores e funcionários, e organização pedagógica como centro de estudos, em que os estudantes definem suas trajetórias de aprendizagem, sem currículos compulsórios (Singer, 2010, p.15).

A Assembleia Escolar também pode desempenhar um papel significativo na promoção da inclusão e da diversidade. Ao abrir espaço para que todas as vozes sejam ouvidas, independentemente de origem social, étnica, religiosa, ou de gênero, a assembleia contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e plural. Essa diversidade de perspectivas enriquece o debate e pode levar a soluções mais criativas e abrangentes para os desafios enfrentados pela comunidade escolar.

Em suma, a Assembleia Escolar é um espaço democrático que vai muito além de uma simples reunião. Ela é um poderoso instrumento de educação para a cidadania, onde estudantes aprendem, na prática, os valores e princípios de uma sociedade democrática. Ao proporcionar um ambiente onde todos podem ser ouvidos e valorizados, a Assembleia Escolar contribui para a formação de indivíduos mais críticos, responsáveis e engajados.

TEORIA SOCIAL COGNITIVA NA ASSEMBLEIA ESCOLAR

A Teoria Social Cognitiva, desenvolvida por Albert Bandura (1986, 2008), é uma perspectiva psicológica que enfatiza a importância da observação, imitação e modelagem no desenvolvimento humano. Essa teoria propõe que o aprendizado ocorra em um contexto social e que as pessoas podem aprender novos comportamentos observando os outros. A Assembleia Escolar, enquanto espaço de debate e decisão coletiva entre alunos, profissionais da educação e, algumas vezes, pais, pode ser um cenário rico para se observar a aplicação dessa teoria.

Quando aplicamos a TSC ao contexto da Assembleia Escolar, vemos uma oportunidade para os alunos desenvolverem uma ampla gama de habilidades e comportamentos positivos. A Assembleia Escolar é um evento onde a comunidade escolar se reúne para discutir assuntos relevantes, compartilhar informações e celebrar conquistas. Neste ambiente, os alunos observam e interagem com outros alunos, professores e funcionários, absorvendo comportamentos e normas sociais que ajudam a moldar seu próprio desenvolvimento.

[...] padrões pessoais, monitorando e regulando seus atos por meio de influências auto-reativas. Fazem coisas que lhes trazem satisfação e um sentido de amor-próprio, abstendo-se de atos que levem à autocensura. As pessoas não são apenas agentes da ação. Elas são auto-investigadoras do próprio funcionamento. Por intermédio da autoconsciência funcional, refletem sobre sua eficácia pessoal, a integridade de seus pensamentos e atos, o significado de suas buscas, fazendo ajustes quando necessários (Bandura *et al.*, 2008, p.15-16).

A autorregulação proposta por Bandura *et al.* (2008) é fundamental para o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade, quando os alunos percebem que têm a capacidade de influenciar o ambiente escolar através de suas ações, o sentido de autoeficácia é significativamente fortalecido. Reis (2023, p.35) enfatiza:

[...] os processos essenciais para a compreensão dos envolvidos na aprendizagem estão focados, no contexto educacional, nos conceitos de Autorregulação e Autoeficácia, isto quer dizer que os estudantes não são vistos como meros recipientes passivos de informação e os comportamentos autorregulatórios são compreendidos como mediadores entre aspectos pessoais e contextuais de aprendizagem (dinamismo).

A autoeficácia é um conceito central da teoria social cognitiva de Albert Bandura, que se refere à crença de uma pessoa em sua capacidade de organizar e executar as ações necessárias para produzir determinados resultados. Em um ambiente escolar, essa crença pode influenciar significativamente o desempenho acadêmico dos estudantes, sua motivação e seu comportamento. Quando os estudantes acreditam que são capazes de realizar uma tarefa, é mais provável que persistam diante das dificuldades e alcancem seus objetivos. Assim, construir um ambiente que promova a autoeficácia pode ser fundamental para o sucesso escolar.

No contexto de uma assembleia escolar, a autoeficácia pode ser desenvolvida e reforçada de várias maneiras, entre elas oportunidade para abordar assuntos importantes, reconhecer conquistas e promover um sentimento de comunidade. Quando alunos têm a chance de participar ativamente dessas assembleias – seja apresentando trabalhos, liderando discussões ou organizando atividades – eles desenvolvem habilidades de liderança, comunicação e, conseqüentemente, reforçam sua própria autoeficácia.

Entre os mecanismos da agência pessoal, nenhum é mais central ou penetrante do que as crenças pessoais em sua capacidade de exercer uma medida de controle sobre o seu próprio funcionamento e os eventos ambientais (Bandura *et al.*, 2008, p.78).

A reciprocidade triádica Bandura (1986) que consiste na interação entre condições ambientais, os fatores pessoais e as ações do sujeito (comportamento) é um modelo eficaz para entender como esses fatores interagem em um ambiente escolar. O comportamento dos alunos é influenciado pelo ambiente escolar, que inclui professores, colegas e a própria estrutura da escola. Ao mesmo tempo, suas cognições, incluindo crenças de autoeficácia, influenciam diretamente suas ações e interações no ambiente escolar.

A influência relativa que esses três conjuntos de fatores interconectados exercem varia em diferentes indivíduos e sob diferentes circunstâncias. Em determinados casos, as condições ambientais exercem limitações tão poderosas no comportamento que emergem como principais determinantes... em outros casos, os fatores cognitivos servem como principal influência no sistema regulador (Bandura *et al.*, 2008, p. 46-47).

O ambiente é moldado não apenas pela presença de diretores, professores e outros funcionários, mas também pela participação ativa dos alunos. Quando os alunos observam colegas participando e sendo reconhecidos em assembleias, eles podem começar a acreditar mais em suas próprias capacidades. Esse processo de modelagem é um elemento crucial da tríade de Bandura, pois os alunos aprendem e ajustam suas crenças através da observação dos outros.

Os fatores pessoais, como as cognições e emoções dos alunos, também são determinantes. Se os alunos sentem que a assembleia é um espaço seguro e respeitoso onde suas opiniões são valorizadas, eles provavelmente internalizarão a importância dessa atividade e verão valor em participar ativamente. Esse sentimento de pertencimento e valor pode, posteriormente, reforçar comportamentos positivos e contribuir para um ambiente escolar mais colaborativo e inclusivo.

Por outro lado, o ambiente escolar, incluindo a cultura institucional e as práticas adotadas, exerce uma grande influência sobre as cognições e emoções dos alunos. Assembleias escolares bem estruturadas que promovem diálogo aberto e respeito mútuo podem criar um ambiente propício à aprendizagem e ao crescimento pessoal. A forma como os professores e administradores conduzem essas reuniões pode estabelecer normas que promovam a inclusão e a participação de todos.

Os professores, como mediadores das assembleias, têm um papel fundamental na facilitação desse ambiente positivo e suas atitudes, expectativas podem influenciar significativamente como os alunos percebem a importância da assembleia. Professores que demonstram entusiasmo e respeito pelas opiniões dos alunos podem inspirar comportamentos semelhantes, fomentando um ciclo virtuoso de reciprocidade positiva.

Analisando a reciprocidade triádica de Bandura no contexto de uma Assembleia Escolar, percebe-se que não é apenas o comportamento individual dos alunos que importa, mas também como esses comportamentos são influenciados pelo clima escolar e pelas interações pedagógicas. A compreensão dessa dinâmica pode ajudar a criar estratégias mais eficazes para envolver os alunos em processos decisórios e em iniciativas escolares.

Além disso, a agência humana envolve a capacidade de metas pessoais e trabalhar ativamente para alcançá-las. Em um ambiente escolar, isso pode ser facilitado por assembleias que incentivem os alunos a definir metas acadêmicas, sociais e comunitárias. Ao participarem dessas discussões e planejamentos, os alunos aprendem a desenvolver resiliência e perseverança, habilidades essenciais para enfrentar os desafios futuros.

[...] as pessoas não são apenas hospedeiras e espectadoras de mecanismos internos regidos pelos eventos ambientais. Elas são agentes das experiências, ao invés de simplesmente serem sujeitas a elas. Os sistemas sensorial, motor e cerebral são ferramentas que as pessoas usam para realizar as tarefas e os objetivos que conferem significado, direção e satisfação às suas vidas (Bandura *et al.*, p.71).

A agência humana dos alunos pode ser ampliada através de programas que promovam a aprendizagem colaborativa e projetos de serviço comunitário. Assembleias escolares frequentemente oferecem uma plataforma para apresentação e discussão desses projetos, incentivando assim a participação ativa e consciente. Essa abordagem não só reforça o sentido de comunidade, mas também permite que os alunos vejam o impacto tangível de suas contribuições, aumentando ainda mais sua autoeficácia.

Em uma Assembleia Escolar, a interação com colegas e professores oferece modelos comportamentais significativos. Bandura (1986) argumenta que a observação de modelos eficazes pode inspirar e motivar estudantes a adotar comportamentos semelhantes, criando um ciclo de aprendizagem contínua e mutuamente benéfica. Quando os alunos têm a chance de planejar e conduzir essas reuniões, eles aprendem a organizar seu tempo, delegar tarefas e solucionar problemas de maneira independente. Essas habilidades de autogestão são transferíveis para todas as áreas da vida, proporcionando uma base sólida para o futuro desenvolvimento pessoal e profissional.

Assembleias escolares podem incluir sessões de feedback e autoavaliação, onde estudantes refletem sobre suas próprias contribuições e o processo em geral. Esse tipo de reflexão crítica é fundamental para o desenvolvimento de uma autoeficácia robusta e para o aprimoramento contínuo das habilidades dos alunos. O papel do professor, ou mentor, é crucial no apoio e facilitação da agência dos alunos durante as assembleias escolares. Educadores que adotam uma postura de facilitação ao invés de controle permitem que os alunos experimentem a liderança e a tomada de decisões em um ambiente seguro. Isso alinha-se com a visão de Bandura sobre a importância do suporte social na promoção da agência, oferecendo um equilíbrio entre orientação e autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa pequena explanação, podemos compreender que as assembleias escolares desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educacional democrático e participativo, permitindo que estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar compartilhem ideias, preocupações e propostas. Esse espaço de diálogo e deliberação promove o desenvolvimento de habilidades sociais e cidadãs, sendo uma prática que fortalece a coesão e a colaboração dentro da escola. Contudo, a eficácia dessas assembleias pode ser maximizada quando analisada à luz da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura, que enfatiza o aprendizado por meio da observação, imitação e modelagem de comportamentos.

As contribuições para a dinâmica das assembleias escolares ao destacar como os indivíduos aprendem em contextos sociais, ou seja, a noção de que estudantes podem observar colegas e adultos exprimindo opiniões e discutindo de maneira construtiva e usar esses modelos como referência para seu próprio comportamento é crucial. Isso não só melhora a capacidade de comunicação e negociação dos alunos, mas também fortalece a autoeficácia, ou a crença em sua competência para realizar tarefas específicas. Assim, esses espaços de debate e tomada de decisão tornam-se laboratórios vivos de aprendizado social e cognitivo.

No entanto, a implementação das assembleias escolares à luz da Teoria Social Cognitiva de Bandura também apresenta desafios significativos. Um dos principais desafios é garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de participar e que suas vozes sejam ouvidas de maneira equitativa. Em um cenário escolar, fatores como timidez, desigualdades socioeconômicas e diferenças culturais podem influenciar a dinâmica de participação, dificultando a internalização de comportamentos positivos. Além disso, a necessidade de modelos de comportamento construtivo significa que os adultos envolvidos devem estar preparados para exemplificar as qualidades de respeito, empatia e colaboração que desejam ver nos alunos.

Portanto, para que as assembleias escolares sejam verdadeiramente eficazes, é vital que a escola crie um ambiente de apoio que encoraje a participação ativa e inclua estratégias para engajar todos os membros da comunidade escolar. A formação contínua de professores e facilitadores sobre as premissas da Teoria Social Cognitiva pode contribuir significativamente para esse objetivo, assegurando que eles estejam equipados para modelar interações positivas e inclusivas. Com a integração adequada desta teoria, as assembleias escolares têm o potencial não apenas de resolver problemas imediatos, mas também de desenvolver uma cultura escolar mais participativa e colaborativa a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **Assembleia escolar**: um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, Ulisses F. **Resolução de conflitos e assembleias escolares**. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 31, p. 115-131, Jul./ Dez. 2008.

ARAÚJO, Ulisses F. **O processo de construção de escolas democráticas**. Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 1, nº 1, p. 78-86, Ago./ Dez. 2012.

ARAÚJO, Ulisses F. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo: Summus, 2015.

BANDURA, Albert (1986). **Social foundations of thought and action: A social cognitive theory**. Englewood Cliffs, NY. Prentice Hall.

BANDURA, Albert.et al. (2008).**Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2018. Em pdf, 600 p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

REIS, Domingos Aparecido dos. **A Autorregulação da Aprendizagem no Processo Avaliativo por Intermédio da Webquest**. 2023. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Tecnologia Emergentes na Educação, Must University, Florida, USA, 2023. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/622>

SILVA, Roksyvan de Paiva. **Assembleia escolar estudantil: espaço para produção de diários reflexivos**. Orientador: Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – Profletras) – Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2020.

SINGER, Helena. **República de Crianças: sobre experiências escolares de resistência**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

A filosofia brasileira: um componente curricular

Alailson Carias da Silva

Professor de filosofia no Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade II em Vilhena/RO. Possui graduações em Filosofia-Licenciatura, em Teologia-Bacharelado. É Especialista nas seguintes áreas: Filosofia e Sociologia pela Faculdade Futura. Teologia e História das Religiões pela Faculdade Venda Nova do Imigrante

RESUMO

Do ponto de vista histórico, científico e filosófico a filosofia e o ensino de filosofia podem ser considerados uma sobrevivência no currículo escolar brasileiro desde a nossa origem. O ensino filosófico no Brasil é pouco estudado e investigado. Frente a essa omissão, este trabalho procura reverter o preconceito que a filosofia sofre nas grades curriculares das escolas, e para amenizar esse fato negativo, a trajetória filosófica é mostrada de maneira cronológica. Este artigo objetiva apresentar um esboço histórico do ensino de filosofia na colônia, no império e nos diferentes e conturbados períodos da república. A principal finalidade é provar à sociedade a resistência e as capacidades da filosofia diante das inúmeras políticas governamentais que buscam excluí-la das escolas brasileiras. É utilizada neste estudo a pesquisa bibliográfica nas obras científicas daqueles que a defendem. A filosofia no Brasil favorece uma compreensão e comparação sobre a identidade do país, e na educação a necessidade do seu ensino fica evidente quando ela retorna aos currículos escolares após enfrentar expulsões autoritárias. Mesmo que a filosofia brasileira tenha se tornado independente só no século XIX isso não quer dizer que as suas raízes não estiveram presentes em nossa nação antes do século acima citado. Os resultados dessa pesquisa deixam claros que antes da sua independência a filosofia já mantinha certo grau de autonomia em relação à teologia dos padres portugueses ou jesuítas pertencentes à Companhia de Jesus. Dessa forma são estabelecidas as seguintes considerações finais: a filosofia brasileira prova seu valor por si mesma. Hoje passam por ela apenas mais algumas dificuldades impostas pela política e, como sempre aconteceu.

Palavras-chave: sobrevivência; filosofia brasileira; currículo escolar; história; política.

INTRODUÇÃO

A disciplina de filosofia atualmente é aplicada apenas no ensino médio, quando na verdade poderia se estabelecer os primeiros contatos desde as séries iniciais, para que os educandos certifiquem a importância da disciplina e a sociedade brasileira se conscientizem que o pensar filosófico contribui muito na formação do sujeito crítico. Neste sentido, o



presente artigo objetiva fazer um breve percurso histórico da disciplina de filosofia enquanto formadora da identidade do Brasil. Desde o século XVIII, momento em que foi aplicado o ensino dos jesuítas através da cartilha *Ratio Studiorum* com a finalidade de catequizar os indígenas, a filosofia é questionada enquanto disciplina. As discussões filosóficas não são apenas uma disciplina a mais estabelecida no currículo escolar. É primordial que o professor ao aplicar a filosofia contribua para a “liberdade” de pensamentos diante dos fatos cotidianos da vida de cidadãos perante os nossos governantes. Para uma discussão mais contundente, optou-se nesse estudo dialogar com as ideias dos autores que perpassam pelas discussões e defesa do ensino de filosofia. Discute-se também no artigo os percursos históricos dessa educação que busca incansavelmente pela criticidade do ensino brasileiro, lembrando que a filosofia é considerada indispensável ao currículo do Ensino Médio e sua resistência e as capacidades diante das inúmeras políticas governamentais que buscam excluí-la das escolas brasileiras é visível, pois a Filosofia foi aprovada, em julho de 2006, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio.

A filosofia e o seu ensino no contexto das escolas públicas e privadas brasileiras se iniciaram em nosso país na colônia de exploração por parte de nossa pátria mãe no século XVI. No desenrolar da história, o rei D. João III entregou a responsabilidade do Colégio das Artes fundado por ele em 1548 aos Jesuítas no ano de 1555. O primeiro curso de filosofia como disciplina no Brasil foi lido entre os anos de 1572 e 1575 durante o final do mandato do governador-geral Mem de Sá e o início do mandato de Luiz de Brito de Almeida (Brasil, 2013).

O método de educação filosófica utilizado pela Companhia de Jesus naquele período foi o *Ratio Studiorum*. Conforme disse Guimarães (1997, p. 18) nesse caminho educacional “as regras contidas no *Ratio Studiorum* são elaboradas longa e pacientemente, de modo a integrar, na sua plenitude, educação e vivência”. Nesta pesquisa fica claro que a filosofia atravessou os períodos colonial, imperial e várias fases da república de nosso Brasil até chegar aos dias de hoje sob constantes ataques.

Essa trajetória foi marcada por dificuldades e limitações impostas ao seu ensino porque ela influencia os indivíduos a questionarem e a partir dessa virtude filosófica obter um pensamento independente, e com isso produzir suas próprias respostas. Esse propósito da filosofia contradiz, perturba e bate de frente com aqueles que desejam dominar a população com os seus ardis e ideologias infundadas e perigosas.

Através dos séculos enxerga-se que a história e o processo de ensino da filosofia no Brasil possibilitaram uma importância nacional. É também notório que a filosofia foi rejeitada diversas vezes em nosso país, mas ela se mostrou forte frente às dificuldades impostas, e, essas determinações apontaram para alguns dos seus valores. Diante das crises políticas e ideológicas, o ensino da filosofia sofreu expulsões por parte de pessoas autoritárias e descompromissadas com as reflexões e compreensões do mundo.

Essa pesquisa mostra a luta que a filosofia vivenciou nos períodos históricos tanto nas formas quanto nos sistemas de governos do Brasil. Entender as constantes retiradas do ensino da filosofia como disciplina obrigatória do currículo escolar brasileiro apontando os motivos pelos quais a filosofia enfrenta muitas oposições nos currículos escolares é a

problemática analisada nesta investigação. Para cumprir essas propostas foram utilizadas as pesquisas bibliográficas em artigos científicos, livros, noticiários e teses sobre o tema visando fundamentar as buscas de informações para transformá-las em conhecimentos a respeito do assunto. Nessa pesquisa fica claro que a tradição filosófica não se consolidou em nosso país por motivos pessoais e mesquinhos de uma parte da classe política e também da elite.

FILOSOFIA NO BRASIL: PERÍODO COLONIAL (1500 – 1822)

A vinda da filosofia ao Brasil remonta a chegada dos colonizadores portugueses, de maneira especial, com a chegada do padre Manuel da Nóbrega ao Brasil em 1549 para comandar os jesuítas. Sobre esse fato afirma Leite (1955 *apud* Margutti, 2013, p. 238) que:

Esse importante autor ingressou na Companhia de Jesus em 1544. Pela sua atuação competente e dedicada, foi escolhido pelo provincial de Portugal para fundar a missão do Brasil. Chegou ao país em 1549, como superior da primeira missão da Companhia de Jesus na América, composta de cinco padres e irmãos. Além de fundador da missão do Brasil, Nóbrega foi nomeado o seu primeiro provincial, por Santo Inácio, em 1553.

No mesmo ano de 1549 também chegou a nossas terras Tomé de Sousa, ele veio ao país para exercer o cargo de primeiro governador-geral do Brasil, visto que no ano anterior ele havia sido encarregado desse cargo pela Coroa Portuguesa. A respeito da importância desse evento que daria ao Brasil colonial a condição de desenvolvimento da economia para aumentar a arrecadação o historiador Boris Fausto escreve em seu livro que:

A instituição do governo-geral representaria um passo importante na organização administrativa da colônia. Tomé de Sousa – um fidalgo com experiência na África e na Índia – chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas, incluindo quatrocentos degredados, e trazia longas instruções por escrito. Essas instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa (Fausto, 2015, p. 20).

A disciplina de filosofia em nosso país é um exemplo de sobrevivência nos currículos escolares após vários ataques em diversos períodos históricos de governos que aqui se instalaram nesses mais de 500 (quinhentos) anos. Os primeiros responsáveis pelo ensino da filosofia em terras brasileiras foram os jesuítas – pertencentes à Companhia de Jesus. De acordo com Mazai e Ribas (2001, p. 02):

Foram eles que exerceram maior influência na primeira fase da História da Educação no Brasil. Os jesuítas eram os responsáveis pela educação e catequese dos povos das colônias procurando sempre propagar e fortalecer a fé cristã.

A filosofia como forma de complemento à teologia começou a ser ministrada no Brasil em pleno século XVI com um objetivo religioso de cristianizar outras terras e povos por meio da catequese. A evangelização dos índios e de algumas outras pessoas que se encontravam no Brasil se tornou uma responsabilidade dos jesuítas, eles ensinaram as tradições e crenças cristãs na América do Sul na procura de expandir o número de fiéis no mundo.

A ideia de filosofia no Brasil remonta à reforma da universidade portuguesa no século XVI. Em 1555, o rei D. João III confiou aos jesuítas o Colégio das Artes, por ele fundado em 1548 junto à Universidade de Coimbra e destinado ao ensino de latinitude e filosofia (Cerqueira, 2011, p. 164).

Além da catequese, o ensino filosófico junto com a teologia visava sob a vigência do *Ratio Studiorum* à formação intelectual dos religiosos. Isso fica comprovado quando Cerqueira (2002, p. 34) escreve:

Não obstante o caráter escolástico do ensino de filosofia sob o *Ratio Studiorum*, em sua subordinação à teologia, convém ressaltar que o aristotelismo defendido no Colégio das Artes, desde a sua fundação, não é o mesmo aristotelismo escolástico combatido por humanistas [...].

Essa disciplina era componente básico obrigatório nos currículos das escolas elitizadas dos jesuítas. Sim, esses estabelecimentos de educação receberam o nome de elitizados porque só os filhos dos mais abastados gozavam do privilégio da instrução filosófica. Como mencionado, o ensino da filosofia prezava a religiosidade cristã, pois os conhecimentos de filosofia não eram ministrados de forma integral.

Algumas obras filosóficas de Aristóteles, Tomás de Aquino e Agostinho de Hipona receberam fortes atenções e argumentações por parte daqueles que ensinavam e dos que aprendiam. Isso se deu porque as obras desses mestres fazem interpretações das doutrinas, dogmas e tradições da Igreja Católica, aqui já se constata uma omissão: é observado nesse instante uma das primeiras negligências ao total conteúdo da filosofia.

A cidade de Salvador – que na época recebia o nome de cidade da Bahia – então capital da Colônia até o ano de 1763 teve a honra de ser o berço da filosofia do Brasil, foi nela que em 1572 iniciaram-se as primeiras leituras sobre a filosofia. De acordo com Brasil (2013) esses acontecimentos se deram em nosso país durante a transição de mandatos dos governadores-gerais Mem de Sá para Luiz de Brito de Almeida.

Segundo o padre Serafim Leite, o primeiro curso de filosofia que se leu no Brasil ocorreu no ano de 1572: No fim dele, o Colégio da Bahia deu o grau de Mestre em Artes aos estudantes de fora; aos de casa também, aos que o mereciam ou se destinavam a Mestres (Serafim Leite, 1948 *apud* Filho, 1959, p. 03).

Sobre a questão do nascimento da filosofia brasileira, ela só deixou de ser autônoma do dogmatismo e do aristotelismo português ao se tornar independente no século XIX. Escreve Cerqueira (2002, p. 102) que “a filosofia só ganha nacionalidade brasileira no século XIX mediante a superação do dogmatismo”.

A filosofia e a teologia no Brasil colônia nesse contexto das escolas jesuíticas adquiriram um caráter sermonística que se desenvolveu de maneira catequética visando à melhora da espiritualidade dos fiéis. Ao contrário do que muitos pensam, os sermões elaborados na época colonial não foram apenas de teor religioso e teológico. Alguns personagens como o padre Antônio Vieira se destacaram pela arte de produzir e pregar sermões profundos e de inteiro caráter filosófico. Nessa linha de pensamento, Madeira e Silva (2013, p. 78) escrevem que:

[...] o pensamento do Padre Antônio Vieira justifica-se, portanto, pelo fato de que, no contexto do século 17, como já era feito nos séculos anteriores, muitas das questões filosóficas mais pungentes eram tratadas no contexto de obras teológicas. Dessa maneira, percebe-se que os sermões do Padre Vieira não são apenas obras religiosas, mas também evidências de que ele produziu discussões altamente sofisticadas na tentativa de traduzir a Filosofia e a Teologia, aprendidas por ele mediante o escolasticismo humanista dos jesuítas, de tal forma que seus ouvintes pudessem compreender a mensagem principal e, em última instância, entrar dentro de si e converter-se.

A respeito da personalidade acadêmica e intelectual de Vieira o professor Luiz Alberto Cerqueira (2002 *apud* Madeira; Silva, 2013, p. 77) diz que: “Vieira só seria um filósofo *ipso facto* se, pelo menos, tivesse questionado o dogmatismo do aristotelismo oficial sob a vigência do *Ratio Studiorum*, como fez Descartes”. Cerqueira aprecia as obras e as contribuições de Vieira, contudo, isso não significa que ele considera esse personagem um filósofo.

Sobre esse assunto Madeira e Silva (2013, p. 77) se manifestam de forma positiva ao professor Cerqueira quando escrevem que: “entretanto, é importante destacar que o interesse filosófico pelos textos de Vieira não lhe faculta o *status* de filósofo, pois não existiu da sua parte uma ruptura com o aristotelismo português”. A partir dessas questões fica claro que a modalidade de fazer filosofia junto à teologia esteve presente nas inúmeras fases da colônia brasileira e também do império.

FILOSOFIA NO BRASIL: PERÍODO IMPERIAL (1822 – 1889)

O ensino de filosofia e a educação de maneira geral sofreram um grande impacto no início do império brasileiro, isso se deve à instalação da Corte Portuguesa e da Família Real no ano de 1808 em nosso país direto na cidade do Rio de Janeiro. Na metade da segunda década do século XIX devido a esses e a outros importantes acontecimentos essa cidade foi elevada a condição de capital do reino unido do Brasil, Portugal e Algarves.

Encerrado o período de transferência da sede do governo português e com a volta de D. João VI a Portugal, o Brasil se tornou uma monarquia independente em 1822. Essa questão política favoreceu muitas áreas, grandes campos de atuações e desempenhos político-econômicos do jovem império, nesse âmbito o mesmo não aconteceu com a filosofia e a educação.

Mas também se faz necessário ressaltar algo benéfico que ocorreu: a filosofia passou a ser ensinada de forma profissional e não mais sacerdotal como havia sido na colônia. Durante o império a filosofia esteve presente nos currículos das escolas secundárias, é claro que existiram múltiplas dificuldades, pois vários intelectuais da filosofia criticaram a maneira de ensino filosófico. Eles lutaram para que ela fosse promovida a disciplina científica obrigatória (Introdução, s.d. p. 13).

Ainda no Período Imperial, graças à presença de alguns intelectuais vinculados à Filosofia, surgiram intensas polêmicas sobre questões filosóficas e sobre a relação entre a Filosofia e a cultura nacional. Neste período também houve posicionamentos acerca do ensino de Filosofia. O sergipano Tobias Barreto (1839-1889), defensor do “culturalismo” foi um crítico severo da forma como a Filosofia era ensinada nos colégios. Para ele, a Filosofia não deveria ser uma disciplina preparatória para os cursos superiores, antes sim uma disciplina de formação calçada em bases evolucionistas e materialistas (Magalhães, 2008).

Os filósofos Sílvio Romero e Rui Barbosa apresentaram teses diferentes sobre o ensino filosófico no império brasileiro, o primeiro não apoiava a ontologia na filosofia, e por outro lado, para a infelicidade de muitos, não queria a independência da filosofia. O que ele afirmava e desejava era a redução da filosofia à lógica.

[...] Sílvio Romero (1851-1914), discípulo de Tobias Barreto e seu companheiro na chamada “Escola do Recife”, criticou o ensino de Filosofia enquanto ensino de Ontologia. Para ele, a Filosofia deveria pautar-se pelo cientificismo evolucionista e, neste sentido, propunha que a Filosofia fosse reduzida ao ensino da Lógica. A consequência destas disputas foi o pedido de isenção de frequência às aulas de Filosofia (Magalhães, 2008).

Já o mestre Rui Barbosa se opôs às ideias reducionistas de Sílvio Romero, ele defendia e declarava em público a independência da filosofia em relação à metafísica e a ontologia. Rui exigia mais do que a não dependência do ensino de filosofia para com as questões religiosas, a sua luta se posicionava a favor de uma filosofia de caráter científico.

Frente à situação de desacordo, Rui Barbosa (1849-1923) se pronunciou a favor da manutenção da disciplina de Filosofia, entretanto propõe que a mesma assumira um caráter não metafísico e sim científico. As ideias que foram expressas por Rui Barbosa, não só afetaram os destinos do ensino de Filosofia, como também anunciavam as importantes mudanças na relação do Estado brasileiro com a educação (Introdução, s. d. p. 13).

O positivismo e o cientificismo abarcou uma parcela da sociedade, essa filosofia positivista está presente no Brasil até os dias atuais, um exemplo dela se encontra em nossa bandeira nacional com as seguintes frases: ordem e progresso. Esses lemas positivistas fizeram bastante sucesso nos movimentos que precederam a proclamação da república, mas quando chegou o momento de serem aplicados na realidade, a contradição veio à tona. Algumas surpresas desgostosas se evidenciaram, pois na educação, nas ciências e na filosofia não aconteceram progressos e sim retrocessos, não houve ordem, mas desordem.

FILOSOFIA NO BRASIL – PERÍODO REPUBLICANO: PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930)

Nos períodos anteriores o ensino da filosofia tinha caráter meramente introdutório à preparação da educação superior, de acordo com Cesar (2012, p. 03):

Em 1890 foi decretada, por Benjamin Constant, uma reforma no ensino primário e secundário do Distrito Federal. Esta reforma foi posta em prática em 1891 que previa a gratuidade da escola primária, a liberdade e a laicidade do ensino. As disciplinas da escola secundária eram distribuídas de acordo com a classificação de August Comte, **e a filosofia, segundo esta orientação positivista, não se encaixava como matéria doutrinal**; nesta reforma houve apenas um acréscimo de disciplinas científicas, o que tornava o ensino mais enciclopédico (grifo meu).

Com a proclamação da república a filosofia perderia mais pacificidade nas escolas, nisso a tão sonhada ordem e progresso que muito fora pregada assume um papel distinto do proposto em seu início. O objetivo direto do governo provisório da jovem república no seu início deu forças e incentivos às modernizações necessárias ao Estado brasileiro por meio de investimentos nas capacitações técnicas daqueles que trabalhariam nas indústrias.

Mas a realidade triste, crítica e gritante é que a base aliada e os altos funcionários políticos do governo em alguns momentos contaram com o apoio de uma parte da

população que contribuíram para o retrocesso da obrigatoriedade do ensino da filosofia. Tais personagens centrais são alguns dos responsáveis diretos pelos prejuízos causados à educação brasileira.

O sentido das palavras “ordem e progresso” deixaram de ser intelectual, científico e por que também não dizer filosófico, para atender os anseios das empresas e indústrias – uma parte da elite. Sobre essas ideias Fausto (2015, p. 140) faz uma argumentação quando diz que “a república deveria ter ordem e também progresso. Progresso significava a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos do industrialismo, da expansão das comunicações”.

As comprovações dessas oscilações ficaram evidentes com as duas retiradas e as três inclusões ou retornos da filosofia nos currículos escolares brasileiros (Introdução, s. d.). O ensino filosófico era e é enxergado como uma ameaça pelos governos e governantes. A filosofia no começo da república esteve sob suspeitas aos olhos dos republicanos que a interpretaram como uma adversária política em relação a mais nova república do mundo daquele tempo.

Os membros do governo argumentavam que o seu ensino ainda mantinha constantes relações com a Igreja Católica que havia sido a máxima representante do cristianismo como religião oficial do império. Com todo esse privilégio ela foi a principal defensora da manutenção da monarquia na política brasileira, e, além disso, investidora de recursos na filosofia sacerdotal. Outra questão de conflito eram os frequentes contatos da população com as ideias monárquicas que ainda pairavam nos ares brasileiros cheio de indefinições. Esses fatores são os principais que estiveram controlados em todos os momentos desse período.

FILOSOFIA NO BRASIL – PERÍODO REPUBLICANO: SEGUNDA REPÚBLICA (1930 – 1964)

Essa segunda fase do nosso período republicano se instalou conforme registra Brasil (2017) com a deposição do presidente Washington Luís e de seu vice-presidente Fernando de Mello Viana em 1930 pelas forças armadas na intenção de impedir a posse do presidente eleito Júlio Prestes. De início o poder executivo foi exercido por menos de duas semanas pela junta governativa militar provisória formada pelos ministros do exército, marinha e aeronáutica.

Após esse evento revolucionário o gaúcho Getúlio Vargas chegou ao poder indiretamente, o mesmo permaneceu no executivo federal por 15 (quinze) anos ininterruptos. Ao seguir a linha de pensamento de Fausto (2015) percebe-se que esse período se divide em duas partes principais: o estado getulista de 1930 até 1945 e a experiência democrática de 1945 até 1964. A política desse período começou mal, e no contexto educacional não foi diferente.

As reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema no denominado estado getulista marcaram esse período, no que diz respeito à educação, em 1932 o primeiro reformador acima citado optou por desvincular do país o antigo sistema de ensino. Aquele

sistema parcelado e preparatório ao ensino superior existente desde o império foi extinto do Brasil para que a educação de séries com presença obrigatória pudesse ser implantada.

A estrutura organizacional dessa forma de ensino foi dividida em dois ciclos: o fundamental e o complementar – a filosofia se encontrava dentro deste último ciclo mencionado. Conforme escreveu Cesar (2012, p.04) Gustavo Capanema realizou uma pequena reforma que não mudou muita coisa em relação ao seu antecessor:

Em 1942, houve a Reforma Capanema, que não mudou muito a situação do ensino secundário, pois continuava a ser elitista e enciclopédico. No ensino secundário havia dois ciclos: o ginásio, com duração de quatro anos e o colégio, com duração de três anos, que incluía dois cursos paralelos: **o clássico, que enfatizava a formação intelectual (incluía o ensino de filosofia)** e o científico, que compreendia um estudo maior das ciências [...] (grifo meu).

O pouco que mudou foram os nomes dos ciclos de fundamental para ginásio e de complementar para colegial – por sua vez este último se subdividiu em clássico e científico. A filosofia ocupou a 2ª (segunda) e a 3ª (terceira) série do clássico, e, só a 3ª (terceira) série no científico. Todavia, no sentido negativo esse quadro mudou muito até o final desse período: de 1932 – 1961 a filosofia perdeu o *status* de disciplina obrigatória e passou a ser optativa.

FILOSOFIA NO BRASIL – PERÍODO REPUBLICANO: TERCEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA DOS MILITARES (1964 – 1985)

Os cinco presidentes do país e os três ministros das forças armadas que formaram a junta governativa militar provisória de 1969 foram os governantes desse polêmico período por meio de um golpe de estado que se consolidou no ano de 1964. O objetivo desse ato de tomar o poder causou a deposição do então presidente da república João Goulart que foi enxergado pelos militares como um perigo ao Brasil por manter estreitas relações com o comunismo (Brasil, 2017).

Os governos desses personagens militares exerceram profundas mudanças na educação brasileira, porém tais mudanças não tinham um projeto de avanço intelectual, eles buscavam em extremo a qualificação tecnológica e empresarial. O ensino em nosso país estava falido, e, para modernizá-lo, os funcionários do MEC contaram com a ajuda de técnicos do USAID, ambos firmaram parcerias visando à profissionalização técnica para atender as demandas industriais com mão de obra barata.

Em 1964 acontece o golpe político militar, que abriu novo espaço para a penetração norte-americana em nossa economia e política. A intervenção norte-americana visa à modernização tecnológica e burocrática da sociedade brasileira e a educação estava marcadamente a serviço dos interesses econômicos, havia agora uma concepção empresarialista de educação (Cesar, 2012, p. 06).

Diante das brigas e contendas sobre os pontos de vistas políticos e de outros acontecimentos conturbados na sociedade brasileira dos anos 60, a política educacional recebeu diversas modificações nesse período. Com os políticos da base aliada do governo a educação tecnológica foi bastante incentivada, com isso as ciências humanas e sociais foram sufocadas em parte – episódio que serviu de pretexto à desvalorização da filosofia pelos militares.

Paulatinamente a disciplina de filosofia foi se extinguindo do currículo da escola secundária, pois não atendia aos objetivos tecnicistas da nova organização de ensino. Filosofia, psicologia e sociologia foram expulsas do currículo; história e geografia foram integradas, tornando-se os estudos sociais (Cesar, 2012, p. 06).

Outro motivo para o desprezo do ensino filosófico foi à questão ideológica da mesma que não se articulava com os interesses dos governantes militares, a repressão e a tentativa de dominar as massas resultaram na saída da filosofia do contexto escolar.

Para que essa tática e manobra político-ideológica se tornasse realidade e obtivesse peso de lei, foi instituída no ano de 1971 a Lei Nº 5.692/71 que retirou de vez a filosofia do currículo escolar brasileiro. Essa autoritária decisão permaneceu até o final da República dos Militares.

Logo ideólogos do poder dominante descartam esta disciplina, alegando ser um risco a segurança nacional. Outras disciplinas foram estabelecidas no lugar da filosofia como EMC – Educação Moral e Cívica, OSPB – Organização Social e Política Brasileira e para o nível superior a EPB – Estudos dos Problemas Brasileiros que foram necessárias para inculcar na população a ideologia militar. Nenhuma destas disciplinas traziam consigo os conteúdos próprios da filosofia, mas era um alibi para a não inclusão desta disciplina no currículo, que neste momento era matéria optativa. Por não atender aos objetivos presentes, ficou ausente do currículo brasileiro. Décadas depois, retornará em lentidão e sob controle (Gabriel; Baccon, 2014, p. 07).

Por causa deste fato, surgiram muitos protestos e diversas manifestações pedindo a volta da filosofia, esses movimentos se fortaleciam a cada dia a ponto de ganharem notoriedades e proporções intelectuais. Uma das maiores evidências desse movimento foi o resultado da organização dos manifestantes ao ponto de se chegar à criação da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF).

No ano de 1976 os filósofos e outros profissionais da educação atingiram o maior auge dos protestos em suas manifestações contrárias às mãos de ferros de alguns militares. Em 1982 após várias reivindicações o governo promulgou a Lei Nº 7.044/82 alterando as palavras “profissionalização compulsória” presente na Lei Nº 5.692/71 pelos termos “preparação para o trabalho”. Todo esse pouco significou uma vasta conquista, conforme disseram Gabriel e Baccon (2014, p. 08):

Esses movimentos foram fundamentais para a criação da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf). Esse movimento intelectual amparou a presença da Filosofia nos currículos escolares brasileiros e, por isso, estabeleceu um importante marco na afirmação dessa disciplina na formação do estudante do nível médio.

De acordo com os membros da SEAF essa luta não havia terminado porque o ensino de filosofia no currículo escolar brasileiro estava sendo apenas de caráter facultativo. A SEAF como representante máxima dos interesses filosóficos no Brasil não estava satisfeita com o retorno da filosofia às escolas como disciplina opcional. Essa pequena questão permitia muitas brechas para que as escolas não adotassem a filosofia em suas grades curriculares tanto estaduais quanto municipais, e foi realmente o que aconteceu.

FILOSOFIA NO BRASIL – PERÍODO REPUBLICANO: QUARTA REPÚBLICA OU REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 -)

Conforme o final do período anterior, o início dessa nova parte da história se iniciou conturbado ao herdar as inúmeras confusões, lutas, contendas e brigas que não foram

resolvidas no passado. À redemocratização da política e também da educação brasileira ocorreram aos poucos, e de maneira lenta, gradual e cheia de esperanças ao dito “novo ensino” que seria ministrado nas escolas do país. Derrida (1990) *apud* Rodrigo (2014, p.10) afirmou que:

Diante da nova realidade posta pela massificação, o ensino filosófico generalizado passou a ser visto por muitos como uma exigência democrática. Jacques Derrida, pensador francês que participou ativamente desse debate na França, propôs que o ensino de filosofia se processasse tomando como ponto de partida o princípio ético do ‘direito à filosofia para todos’.

Ao ser reintroduzido nos currículos escolares e também na forma de viver da sociedade, a filosofia deveria se tornar uma maneira de representar e caracterizar a nova vida política do Brasil. Mas a realidade mostrou para a população brasileira algo contraditório do que foi planejado. Na área educacional os prejuízos são grandes, o ensino permanece estático e sem resultados satisfatórios. O pior é que a filosofia continuou com um viés optativo até 2008.

Em 1996 passou a vigorar a Lei Nº 9.394/96, porém essa legislação não deu a filosofia o status de disciplina, mas simplesmente definiu a filosofia e a sociologia como conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Como já se esperava, essas frases obtiveram muitas interpretações que em nada resolveram sobre a transferência do termo “opção para o de obrigatoriedade” do ensino de filosofia nos currículos escolares brasileiros.

A respeito dessas afirmações anteriores, veio outra colocação pior com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sobre isso apontaram Mazai e Ribas (2001, p. 12) que:

Surge depois de um longo período de espera e discussão, no âmbito da educação brasileira, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 9394/96, e, na sequência, em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais, para o ensino brasileiro que, para a decepção de muitos, apenas recomenda que a disciplina de Filosofia complemente os Temas Transversais dos PCNs. A Filosofia é recomendada, nos PCNs, como conteúdo e não como uma disciplina.

Parte dessas decepções acabou-se no dia 02 de Junho de 2008 quando o Presidente da República em Exercício José Alencar sancionou a Lei Nº 11.684/08 aprovada pelo Congresso Nacional. Essa lei mudou o art. 36 revogando o inciso III e instituindo o inciso IV da LDB Nº 9.394/96. Com essa modificação a legislação passou a ter a seguinte redação: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (Brasil, 2008).

As questões pertinentes a esse assunto não terminaram, agora a problemática a respeito do ensino da filosofia gira em torno dos métodos e didáticas a serem usadas no ensino filosófico do nível básico da educação. De 2008 até 2016 a filosofia e o seu ensino permaneceram como componentes obrigatórios no currículo escolar. A rápida tranquilidade vivida pela filosofia durante 08 (oito anos) sofreu novos ataques há poucos meses. Foi enviada ao Congresso Nacional uma Medida Provisória, a MPV 746/2016, que propôs a reforma do ensino médio, ela recebeu algumas modificações e logo foi aprovada como projeto de lei de conversão.

Na atualidade, a lei sancionada no dia 16 de fevereiro de 2017 sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016 pelo então Presidente da República Michel

Temer retirou a obrigatoriedade do ensino de filosofia. O noticiário eletrônico do Senado Federal diz que: “[...] as disciplinas de Filosofia e Sociologia, que tinham sido excluídas pelo Poder Executivo, passarão a ser obrigatórias apenas na BNCC [...]” (Brasil, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da filosofia e o seu ensino no Brasil realizado neste artigo favorece uma compreensão sobre a negativa tradição filosófica do país, essa tradição não se consolida por motivos pessoais e mesquinhos de uma parte da classe política e também da elite. O outro lado dessa pesquisa mostra a resistência da filosofia e o vigor com que ela tem lutado durante os séculos da história educacional para permanecer no currículo escolar brasileiro. Para a infelicidade dos brasileiros e dos profissionais da filosofia, o preconceito contra o ensino da filosofia no Brasil é aceito como se fosse normal, muitas pessoas em nosso país não enxergam que a ocorrência desse fato é verídico. Aqueles que trabalham por trás disso são os manipuladores de massas, ao agirem com uma infeliz liberdade, semeiam desinteresses pela filosofia.

A pesquisa também aponta para o atual momento em que o Brasil está vivendo, a reforma do ensino médio declara essa realidade quando retira a filosofia da condição de disciplina, dessa maneira, mais uma vez, ela e a educação são atacadas em conjunto. Nesse quesito especial, a base aliada e os altos funcionários políticos do governo contam com maciço apoio de uma partícula da população que contribuem para o retrocesso da obrigatoriedade do ensino da filosofia quando não a privilegiam. Os tais deixam claro a sociedade que o ensino de filosofia não é lucrativo a eles, pois não é fácil enganar uma população que obtém conhecimentos filosóficos devido as suas capacidades de questionamentos e buscas por respostas.

As classes dominantes são as responsáveis diretas pelo prejuízo educacional e filosófico do país, e, as omissões intelectuais por parte do governo em relação às ciências humanas estão abertas ao público. O interesse exclusivo do Estado brasileiro desde a colônia como se vê neste artigo é o desenvolvimento da economia para aumentar a arrecadação, hoje isso se realiza por meio de incentivos fiscais às grandes indústrias e empresas. A batalha pela autonomia, independência e sobrevivência nas grades curriculares foi uma conquista da filosofia e o seu ensino, que se realizaram por meio de seus defensores, mas todas essas lutas com resultados vitoriosos sofrem novas ameaças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Senado notícias. Matéria – Sanções/Vetos. **Sancionada Lei da Reforma no Ensino Médio**. 2017. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>>. Acessado em: 28 abr. 2017.

_____. **Governador-geral do Estado do Brasil** – Arquivo Nacional, de 08 de outubro de 2013. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4843>. Acessado em: 21 abr. 2017.

_____. **Lei Nº 11684/08, de 02 de junho de 2008**. Altera o inciso IV do art. 36 da LDB Nº 9394/96. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acessado em: 15 mar. 2017.

_____. **Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.mpam.mp.br/centros-de-apoio-sp-947110907/infancia-e-juventude/legislacao/legislacao-nacional/1808-lei-no-93941996-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional>. Acessado em: 15 mar. 2017.

_____. **Palácio do Planalto. Presidência da República. Acervo. Galeria de Presidentes.** Biografia de todos os ex-presidentes. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/>. Acessado em: 25 abr. 2017.

CERQUEIRA, L. A. **A Ideia de Filosofia no Brasil.** Revista Filosófica de Coimbra - nº. 39 (2011), pp. 163-192. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/a_ideia_de_filosofia_no_brasil. Acessado em: 14 mar. 2017.

_____. **Filosofia brasileira: ontogênese da consciência de si.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (Col. Filosofia Brasileira).

CESAR, R. P. **O ensino de Filosofia no Brasil.** Revista Pandora Brasil - Nº 38 – Janeiro de 2012 - ISSN 2175-3318. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/renata/o_ensino_brasil.pdf. Acessado em 14 mar. 2017.

DERRIDA, J apud RODRIGO, L. M. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio.** Campinas, SP: Autores Associados, 2ª Reimp. 2014. (Col. Formação de Professores).

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil.** Colaboração de Sérgio Fausto. 3ª. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GABRIEL, F. A.; BACCON, A. L. P. **O Retorno da Filosofia ao Ensino Médio no Brasil.** XANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1023-0.pdf. Acessado em: 14 mar. 2017.

GUIMARÃES, A. C. **Pequenos Estudos de Filosofia Brasileira.** Londrina: Ed. UEL, 1997.

INTRODUÇÃO. **A filosofia na educação escolar brasileira: uma abordagem histórica do Período Colonial aos dias atuais.** Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: www.ce.ufpb.br/ppge/Teses/teses08/.../Tese%20atual%20de%20doutorado2.pdf. Acessado em: 20 mar. 2017.

LEITE, S apud MARGUTTI, P. **História da Filosofia do Brasil – o período colonial (1500 – 1822).** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MADEIRA, J. B.; SILVA, R. A. P. **Filosofia no Brasil.** Batatais, SP : Claretiano, 2013. (Livro Eletrônico).

MAGALHÃES, Daniel Alves. **Filosofia pragmatista na educação popular.** 2008. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4828/1/arquivototal.pdf>.

MAZAI, N.; RIBAS, M. A. C. **Trajectoria do Ensino de Filosofia no Brasil.** Disciplinary Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2001/trajectoria.pdf>. Acessado em: 14 mar. 2017.

SERAFIM LEITE, S. J apud FILHO, E. M. **O ensino da filosofia no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1959. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001787.pdf>. Acessado em: 20 mar. 2017.

Da comunidade à democracia: uma análise comparativa de Tocqueville e Putnam

Geverson Ampolini

Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó/SC). Advogado.
<https://orcid.org/0000-0002-5924-390X>. <http://lattes.cnpq.br/4924336709374081>

RESUMO

O objetivo desse estudo é investigar a relação entre os conceitos de comunidade e democracia, a partir das contribuições de Alexis de Tocqueville e Robert Putnam. Para isso, serão explorados os conceitos centrais, de modo a demonstrar como suas teorias se entrelaçam e complementam. São objetivos específicos: (a) analisar o pensamento de Alexis de Tocqueville sobre a relação entre comunidade e democracia, com ênfase em suas observações sobre as origens do pensamento democrático; (b) discutir a capacidade de mobilização e adaptação das democracias, destacando a relação entre democracia e costumes, a importância das leis e instituições comunitárias, e o papel do associativismo e da religião na formação do capital social; (c) examinar as contribuições de Robert Putnam sobre a importância do capital social para a democracia, avaliando suas conclusões sobre o declínio da participação comunitária e suas implicações; (d) explorar a relação entre o capital social e a reforma institucional, destacando o papel crucial da religião no desenvolvimento do associativismo e reforçar a importância da confiança e das redes sociais para a cooperação e eficácia das instituições. Este estudo emprega uma metodologia qualitativa, pesquisa teórica, análise bibliográfica e documental. Conclui-se que a participação cívica e a coesão social são fundamentais para a saúde das democracias. O fortalecimento das associações civis, a promoção da confiança mútua e a valorização das redes comunitárias são essenciais para a revitalização democrática, com o Estado desempenhando um papel crucial na criação de políticas públicas e ambientes favoráveis.

Palavras-chave: democracia; capital social; participação cívica; Alexis de Tocqueville; Robert Putnam.

ABSTRACT

Summary: The objective of this study is to investigate the relationship between the concepts of community and democracy, based on the contributions of Alexis de Tocqueville and Robert Putnam. To this end, the central concepts will be explored, in order to demonstrate how their theories intertwine and complement each other. The specific objectives are: (a) to analyze Alexis de Tocqueville's thoughts on the relationship between community



and democracy, with an emphasis on his observations on the origins of democratic thought; (b) discuss the mobilization and adaptation capacity of democracies, highlighting the relationship between democracy and customs, the importance of communal laws and institutions, and the role of associations and religion in the formation of social capital; (c) examine Robert Putnam's contributions on the importance of social capital for democracy, evaluating his conclusions on the decline of community participation and its implications; (d) explored the relationship between social capital and institutional reform, highlighting the crucial role of religion in the development of associations and reinforcing the importance of trust and social networks for the cooperation and effectiveness of institutions. This study employs a qualitative methodology, theoretical research, bibliographic and documentary analysis. It is concluded that civic participation and social cohesion are fundamental to the health of democracies. Strengthening civil associations, promoting mutual trust and valuing community networks are essential for democratic revitalization, with the State playing a crucial role in creating public policies and favorable environments.

Keywords: democracy; share capital; civic participation; Alexis de Tocqueville; Robert Putnam.

INTRODUÇÃO

A relação entre comunidade e democracia é fundamental para a compreensão da saúde e estabilidade das sociedades modernas. Comunidades fortes, caracterizadas por alta participação cívica e coesão social, fornecem a base necessária para o funcionamento eficaz das instituições democráticas.

A interação entre indivíduos em associações civis e redes comunitárias promove a confiança mútua, a cooperação e o compromisso com o bem comum. Democracias robustas dependem dessas dinâmicas sociais, pois a participação ativa dos cidadãos em suas comunidades reforça a responsabilidade coletiva e a governança democrática. Assim, o fortalecimento das comunidades é essencial para a vitalidade e resiliência das democracias.

A análise foca em entender os mecanismos pelos quais as ideias de Tocqueville e Putnam podem oferecer soluções para revitalizar esses elementos essenciais. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é investigar a relação entre os conceitos de comunidade e democracia, a partir das contribuições de Alexis de Tocqueville e Robert Putnam. Para isso, serão explorados os conceitos centrais, de modo a demonstrar como suas teorias se entrelaçam e complementam.

Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa, focando em pesquisa teórica e análise bibliográfica, com ênfase especial em fontes secundárias. A pesquisa inclui a revisão e interpretação de obras clássicas e contemporâneas, artigos acadêmicos, e outras literaturas relevantes¹.

No primeiro tópico se buscará analisar o pensamento de Alexis de Tocqueville sobre a relação entre comunidade e democracia, com ênfase em suas observações sobre as origens do pensamento democrático.

¹ Sampieri; Collado; Lucio, 2012; Richardson, 1999; Marconi; Lakatos, 2010; Cervo, Bervian, 2011.

No segundo tópico se analisará a capacidade de mobilização e adaptação das democracias, destacando a relação entre democracia e costumes, a importância das leis e instituições comunais, e o papel do associativismo e da religião na formação do capital social.

No terceiro tópico se examinarão as contribuições de Robert Putnam sobre a importância do capital social para a democracia, avaliando suas conclusões sobre o declínio da participação comunitária e suas implicações.

No quarto tópico será explorada a relação entre o capital social e a reforma institucional, destacando o papel crucial da religião no desenvolvimento do associativismo e reforçar a importância da confiança e das redes sociais para a cooperação e eficácia das instituições.

O PENSAMENTO DEMOCRÁTICO EM TOCQUEVILLE

Neste tópico, busca-se analisar o pensamento de Alexis de Tocqueville sobre a relação entre comunidade e democracia, com ênfase em suas observações sobre as origens do pensamento democrático.

Alexis de Tocqueville é reconhecido como um dos principais defensores da democracia liberal. Em “Democracia na América” (1835, 1840), ele examinou a revolução democrática e suas consequências. Durante cerca de nove meses nos EUA², entre 1831 e 1832, Tocqueville previu o progresso contínuo da igualdade e destacou a necessidade de uma nova ciência política para orientar a democracia e adaptar o governo às demandas contemporâneas (Prieto, 2009).

Tocqueville³ teria dito que os colonos ingleses da Nova Inglaterra, vieram de sua pátria-mãe com a semente da democracia. A Inglaterra, suas origens, era uma monarquia parlamentar, que possuía garantias de direitos, dados pela Constituição, estando aquele povo imerso em debates políticos intensos, após o Reinado de Elizabeth I e, posteriormente, com o advento da Revolução Gloriosa (1688). A Revolução das Treze colônias foi mais longe, tendo criado um governo sem Rei (Neves, 2020).

Tocqueville é reconhecido como um dos fundadores do pensamento democrático moderno devido ao seu contexto social e político e à sua resposta aos desafios da época. Ele se destacou como um inovador, mas não revolucionário e foi o primeiro a tratar a democracia moderna como um tema teórico, focando na transição de sociedades tradicionais para democráticas e na tensão entre liberdade e igualdade (Hess, 2017).

No século XIX, o interesse pelo Novo Mundo intensificou-se na Europa, levando a França a enviar Alexis de Tocqueville, um magistrado de origem nobre, para entender melhor a estrutura social e política dessa jovem nação. Seu estudo documenta detalhadamente as relações e diferenças entre o Novo Mundo e o Velho Mundo (Karnal *et al.*, 2007).

O período narrado por Tocqueville em “Democracia na América”, na década de 1830,

² Foi enviado pelo governo francês para observar o sistema penitenciário norte-americano (Prieto, 2009).

³ E seria descendente de Lamoignon de Malesherbes, advogado que defendeu Louis XVI durante seu julgamento na Revolução Francesa (Neves, 2020).

de intenso vigor associativo, relaciona-se ao contexto de fortalecimento da democracia e da liberdade dos cidadãos (Tocqueville, 1987).

Tocqueville argumenta que a democracia é inevitável e universal, ligada à igualdade de condições e considera que a posse da terra e a descentralização administrativa como fundamentais para a igualdade e o desenvolvimento democrático (Junior; Amancio, 2007).

A justa distribuição das terras garante oportunidades iguais. Tocqueville destaca a importância das instituições e da origem das sociedades na formação do caráter nacional, comparando o Norte e o Sul dos EUA: o Norte desenvolveu uma cultura democrática devido à educação pública e ao puritanismo, enquanto o Sul enfrentou problemas com a escravidão (Junior; Amancio, 2007).

Para entender a legislação e os costumes de um povo, deve-se começar estudando sua aceitação⁴. Aceitação como acordo entre partes, criando um contrato social, alinhado ao conceito de Rousseau, onde homens trocam liberdade total por convivência social. Destaca que a situação social dos americanos é eminentemente democrática e considerando influências britânicas nas treze colônias, observa que havia grande igualdade entre os emigrantes na Nova Inglaterra⁵, sem a presença de traços da aristocracia (Tocqueville, 1987).

Observa que o modelo da aristocracia inglesa, baseada em terras e honrarias, não se manifestou nas treze colônias, onde prevalecia um sentimento de igualdade, ao associar a aristocracia ao “familiarismo imoral⁶”, em oposição aos valores comunitários (Tocqueville, 1987). Aspecto esse que será retomado por Putnam (2006), o qual vai fazer uma analogia entre o norte da Itália, como a região mais cívica, e o Sul daquele país, uma região de tendência familiarista e patrimonialista.

Nos EUA, a abolição da primogenitura⁷ e as leis sucessórias democratizaram a riqueza, promovendo igualdade e enfraquecendo a aristocracia. A lei, ao favorecer a igualdade na distribuição de heranças, fragmenta propriedades ao longo do tempo. Isso enfraquece a aristocracia, incentiva o espírito democrático, afeta a mentalidade dos proprietários e acelera a dispersão das grandes propriedades rurais (Tocqueville, 1987).

Argumenta que a igualdade nos Estados Unidos vai além da divisão de bens, abrangendo também o acesso ao conhecimento e à educação. Ressalta a fragilidade da liberdade comunal, rara em sociedades civilizadas, e destaca que para se enraizar nos costumes, essa liberdade deve ser sustentada pelas leis por um longo período, resistindo à interferência do poder central (Tocqueville, 1987).

A liberdade comunal não pode prosperar em uma sociedade com um governo central forte, a menos que as comunas já tenham solidificado sua liberdade através dos costumes e acredita que a lei e os costumes, ao longo do tempo, são essenciais para

⁴ O autor usa o termo *aceitação*, que seria compreendido atualmente como a ideia de liberalidade, a facilidade de realizar acordo, sem a necessidade de um “terceiro garantidor”, aceitação no sentido de acordo social tácito entre seus membros.

⁵ A Nova Inglaterra é uma região no nordeste dos Estados Unidos, composta por seis estados: Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut. Por ali se iniciou a colonização inglesa da América do Norte (Tocqueville, 1987; Karnal, 2007).

⁶ Tendência a privilegiar os interesses familiares acima dos valores comunitários e do bem-estar social.

⁷ Um sistema de herança antigo vigente na Inglaterra, segundo o qual o patrimônio da família não é dividido em partes iguais entre os filhos; somente o filho mais velho e legítimo recebia a totalidade do patrimônio familiar (Primogeniture, 2024). Isso acabava gerando um grande acúmulo de patrimônio ao longo das sucessivas gerações de familiares.

consolidar a igualdade e a liberdade. Enfatiza a importância das associações comunitárias para garantir a liberdade efetiva, usando a Comuna da Nova Inglaterra como exemplo de administração eficaz e populosa (Tocqueville, 1987).

Tocqueville estava principalmente preocupado com o equilíbrio entre liberdade e igualdade nas sociedades democráticas. Ele alertava sobre um novo tipo de despotismo, que poderia surgir da escolha livre de indivíduos excessivamente focados na igualdade (Prieto, 2009).

Ressalta que nas nações onde a soberania reside no povo, cada indivíduo participa igualmente da administração do governo e enfatiza que o indivíduo não obedece à sociedade por se sentir inferior, mas compreende a necessidade da união e da regulação estatal. Na comuna, cada pessoa é o melhor juiz de seu interesse, e a sociedade só tem o poder de dirigir suas ações quando se sente prejudicada, através do que ele chama de “interesse social (Tocqueville, 1987).

Tocqueville alerta que a democracia pode levar ao poder absoluto da maioria, resultando em duas formas de tirania: a dominação direta sobre o governo e a mais insidiosa tirania sobre o pensamento, manifestada pelo conformismo intelectual. Ele argumenta que, sem medidas constitucionais e crítica constante, o poder da maioria pode se tornar opressivo e onipotente (Maletz, 2002).

As instituições comunais se mantêm pelo espírito comunal dos cidadãos, que valorizam a independência e o poder. Os habitantes veem a comuna como uma corporação livre e forte, que merece ser perpetuada por seus esforços. Sem essa independência, tornam-se meros “administrados” (Tocqueville, 1981).

Nas comunas, o estado é secundário, e o poder municipal é dividido entre muitos cidadãos, promovendo amor à pátria através da prática diária de deveres e direitos. Tocqueville destaca duas formas de diminuir o impacto da autoridade: diminuir o poder em sua origem ou dividir suas forças entre várias pessoas (Tocqueville, 1981).

A Revolução Americana surgiu pelo amadurecimento do gosto pela liberdade, e não por uma noção vaga de independência. O Poder administrativo americano não possui características como a centralidade e a hierarquia, de modo que o cidadão jamais o sentirá em toda sua completude. Haveria o poder do governo, sem a possibilidade de personificá-lo (Tocqueville, 1981).

Apresenta uma semelhança com o debate de Platão (1997), o qual discute como cada forma de governo cria leis de mesma índole e moldam os cidadãos conforme o regime político. Essas leis são vistas como justas, e a desobediência é punida. Destaca que a democracia, com sua liberdade extrema, pode se degenerar em tirania, em razão da busca insaciável pela liberdade.

Aristóteles (1995), a seu turno, vai discutir as diferentes formas de governo, incluindo a democracia. Descreve as características de uma democracia onde o poder é exercido pelo povo e a lei é soberana e diferencia várias formas de democracia baseadas na participação cidadã e no papel das leis. Destaca que a estabilidade da democracia depende da classe média ser predominante, evitando-se extremos de riqueza e de pobreza.

Maquiavel (1989) não discute diretamente a democracia como uma forma de governo, mas trata em sua obra daquilo que denomina de “Principado Civil” (capítulo IX) e reforça a necessidade de que o líder deve conquistar e manter o apoio popular, ainda que tenha ascendido ao poder sob apoio da aristocracia.

As associações públicas representam a adesão a doutrinas e o compromisso de promovê-las, sendo tão cruciais quanto a liberdade de expressão escrita, mas com mais poder que a imprensa, pois mobilizam e engajam seus membros e as associações se instalam em centros importantes, ampliando sua influência. No Estado Democrático, as associações impedem o despotismo dos partidos e príncipes, pois o direito de associação é inalienável, sem limites; o excesso de liberdade evita abusos e o excesso de democracia previne seus perigos (Tocqueville, 1987).

As associações devem conter interesses que possam afetar a comuna, combatendo o despotismo de grupos e governos. Elas representam o exercício do poder público além do sufrágio, fortalecendo a nação e minando interesses antidemocráticos. Tocqueville afirma que o poder popular pode ser tirânico e questiona a capacidade de sacrifício da democracia, como visto na Inglaterra e na França (Tocqueville, 1987).

Tocqueville destaca que a democracia requer um equilíbrio cuidadoso entre liberdade e igualdade, alertando que a busca insaciável por liberdade pode levar à tirania. Ele acredita que as instituições comunais e a participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas são cruciais para evitar a centralização excessiva do poder e promover uma sociedade verdadeiramente democrática.

DESAFIOS E FORTALEZAS DA DEMOCRACIA

Este tópico buscará analisar a capacidade de mobilização e adaptação das democracias, destacando a relação entre democracia e costumes, a importância das leis e instituições comunais, e o papel do associativismo e da religião na formação do capital social.

Tocqueville afirma que povos livres revelam maior capacidade em perigo, sentindo o conflito de forma diferente de seus líderes. Ele acredita que governos democráticos devem fortalecer a sociedade ao longo do tempo, mas duvida que uma nação democrática consiga mobilizar tantos esforços quanto uma aristocracia ou monarquia absoluta (Tocqueville, 1987).

Tocqueville observa que, na democracia americana, as leis são frequentemente incompletas e podem violar direitos adquiridos ou sancionar direitos perigosos, mas geralmente beneficiam a maioria. Apesar de suas falhas, a democracia é vista como a melhor forma de governo, promovendo prosperidade e vigilância entre os cidadãos. Quando os pobres fazem as leis, os ricos devem se preocupar, e vice-versa, indicando um equilíbrio de poder (Tocqueville, 1987).

As leis influenciam de modo central a conservação da República Democrática nos Estados Unidos. São três os motivos que concorrem para a manutenção desta forma de organização do Estado: a Forma Federal (a União garante a segurança de todos os estados

da República), as instituições comunais (que se contrapõem ao “despotismo” da maioria), e a forma de constituição do Poder Judiciário (pois os tribunais corrigem o que o autor denomina de “descaminhos da democracia”, ou seja, cumpre a este poder o dever de zelar pela manutenção da República) (Tocqueville, 1987).

A viagem de Tocqueville aos Estados Unidos revelou a discrepância entre as aspirações idealistas dos Fundadores e a realidade prática da política americana, exemplificada por figuras como o presidente Jackson⁸. A Revolução Francesa impactou profundamente seu pensamento, levando-o a reconhecer a inevitabilidade da democracia e a refletir sobre suas ambiguidades. Além disso, valorizava a função da religião na sociedade e defendia sua separação do Estado como essencial para a preservação da democracia (Hesse, 2017).

Tocqueville acredita que os costumes, refletindo o estado moral e intelectual dos cidadãos, são cruciais para a conservação da República Americana. Ele vê a religião como uma instituição política influente, destacando que cada religião traz uma opinião política. Tocqueville argumenta que a religião católica não é antagonista à democracia, promovendo a igualdade entre os fiéis e usando sua influência para garantir a ordem política e igualdade (Tocqueville, 1987).

A religião, a depender de contextos, tem um papel essencial na formação e sustentação do capital social, pois, as religiões estimulam a coesão social e a confiança, incentivando o engajamento cívico e a participação comunitária. Teria um papel positivo na construção e manutenção do capital social e no fortalecimento da democracia (Smidt, 2003).

As crenças religiosas exercem uma influência crucial na sociedade política americana, apoiadas pela diversidade de seitas cristãs unidas sob uma “moral cristã”. Embora nem sempre construam vínculos morais duradouros, moldam tanto costumes quanto inteligência (Tocqueville, 1987).

Tocqueville tratava da liberdade de uma perspectiva histórica e comparativa, analisando a transição gradual da sociedade europeia da aristocracia para a democracia. Ele destacava as diferenças entre as visões aristocráticas e democráticas de liberdade e via a ideia de direitos como uma evolução da virtude política, que teve suas raízes na era aristocrática e foi transformada pela democracia moderna (Yarbrough, 2019).

O cristianismo estabelece laços morais que podem influenciar profundamente a política. Os revolucionários americanos respeitam a equidade cristã, que sustenta a lei. Enquanto a lei permite tudo, a religião impõe limites. Na América, o Cristianismo e a liberdade são equivalentes, destacando a estreita relação entre ambos (Tocqueville, 1987).

O sucesso das instituições democráticas americanas resulta da experiência prática, hábitos e conhecimentos do povo. Valorizam inovações europeias refinadas e, embora trabalhadores, carecem de conhecimento teórico. O conhecimento circula rapidamente, superando os círculos intelectuais franceses. A instrução é crucial para a República

⁸ Tocqueville observou que a política americana estava longe dos ideais dos Fundadores. O governo de Andrew Jackson (1829-1837) destacou-se por uma política populista e menos elitista, com democracia direta e apelo às massas. Jackson ampliou a participação democrática, incluindo o direito ao voto para todos os homens brancos, mas também adotou uma postura autoritária, criando tensão entre participação popular e governança menos ilustrada (Jacksononian, 2023; Yoo, 2007).

Democrática, nascendo da experiência. Nos EUA, a educação política instrui sobre direitos e exercício cívico, enquanto na Europa, prepara para a vida privada (Tocqueville, 1987).

Hobbes (2014), por sua vez, discutir a importância de um Estado forte, para garantia da segurança e da paz social, por meio do contrato social, as pessoas cederiam parte de suas liberdades naturais em favor da proteção através de um contrato social onde os indivíduos cedem suas liberdades naturais em troca de proteção.

Rousseau (1978) denota que a autoridade legítima vem de um contrato social em que os indivíduos concordariam em formar uma comunidade governada pela vontade geral, a qual refletiria os interesses comuns e defendendo que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada através da participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas.

John Locke (2018), por sua vez, fundamenta a teoria dos direitos naturais e do governo limitado, afirmando que os indivíduos possuem direitos naturais inalienáveis e defendendo que o governo deve ser limitado e criado com o consentimento dos governados para proteger esses direitos. Além disso, os indivíduos teriam o direito de se revoltar contra o governo se este não cumprisse sua função.

Montesquieu (1985) introduz a teoria da separação de poderes e argumenta que, para evitar a tirania, as funções do governo deveriam ser separadas e cada poder deveria ser capaz de atuar como um contrapeso aos outros, protegendo assim os direitos dos cidadãos.

O pensamento de Alexis de Tocqueville sobre a democracia apresenta correlações significativas com os debates filosóficos outros pensadores. Cada um desses pensadores contribuiu com perspectivas distintas sobre o governo, a lei e a liberdade, temas centrais também na obra de Tocqueville.

A democracia ganha força quando existem diversas práticas associativas que atendem às demandas políticas e sociais. Inspirando-se nas ideias de Tocqueville, há um entendimento crescente sobre a relevância das associações para o fortalecimento democrático. Estas entidades são fundamentais para fomentar virtudes cívicas e práticas democráticas, além de fornecer meios alternativos para que os grupos desfavorecidos possam expressar suas vozes (Lüchmann, 2014).

Para os estadunidenses, a igualdade teria trazido a ideia de que os seres humanos poderiam se aperfeiçoar constantemente. Embora a noção de perfectibilidade não tenha surgido da igualdade, foi ela que revitalizou essa perspectiva. Acredita-se, portanto, que o ser humano pode continuamente melhorar. Apesar de ninguém ter alcançado esse nível ideal de perfeição, essa crença impulsionaria as pessoas a buscar incessantemente essa melhoria (Tocqueville, 1987).

No século XIX, Alexis de Tocqueville teria sido o primeiro a descrever processos associados ao capital social, enquanto Lyda Hanifan, em 1916, teria sido primeira a usar o termo “capital social” em suas pesquisas sobre escolas rurais. Para um entendimento mais profundo da ideia de capital social, é fundamental retornar a Tocqueville, o qual discute as relações entre associações e confiança nas comunidades (Pistore, 2013).

Ao questionar um marinheiro americano por que os navios de seu país duram pouco, e ele respondeu que a rápida progressão da navegação torna os navios rapidamente obsoletos. E cita isso para mostrar como as nações democráticas vêem a perfectibilidade humana como ilimitada, ao contrário das nações aristocráticas que restringem esse conceito (Tocqueville, 1987).

Tocqueville acredita que a democracia molda os sentimentos dos americanos, que valorizam profundamente a igualdade. Embora a liberdade não seja exclusiva das democracias, a igualdade de condições é a característica dominante. Ele argumenta que, enquanto a liberdade política exige sacrifícios, a igualdade oferece prazeres na vida privada, sendo preferida acima de tudo. Os homens ignoram os perigos dessa paixão, focando apenas na igualdade (Tocqueville, 1987).

Os norte-americanos teriam se beneficiado devido à prática do associativismo na vida civil, unindo-se para diversas atividades, como festas e construção de hotéis. Esse espírito de cooperação se deve ao desenvolvimento de um senso de apoio mútuo (Tocqueville, 1987).

Tocqueville teia rejeitado as democracias gregas clássicas, pois eram de tipo aristocrático e dependiam da escravidão e sustentava que as democracias verdadeiras seriam qualificadas pela igualdade e pela participação popular no governo. Essa perspectiva foi criticada, pois, simplificava excessivamente a complexidade dos sistemas políticos da antiguidade e a contribuição desses às democracias modernas (Zetterbaum, 1967).

Com o tempo, a dependência social aumentará e as pessoas precisarão se associar para viver. Em casos extremos, o Estado poderá controlar indústrias e agricultura. Em democracias, isso não prejudicaria o povo, pois ocorreria pelo interesse social, substituindo indivíduos poderosos desaparecidos com a igualdade de condições (Tocqueville, 1987).

À medida que as sociedades democráticas evoluem, a capacidade individual de atender a todas as necessidades diminui, levando a uma maior dependência social, fazendo com que as pessoas precisassem se associar mais para viver.

Tocqueville concluiu que a nova pobreza era sistêmica, derivada do capitalismo e industrialização, não de falhas individuais. Observou mais pobres na rica Inglaterra do que na Espanha ou Portugal, vendo a pobreza como ameaça à estabilidade social e política. Destacou que a democracia traz benefícios e perigos, e defendeu ações públicas para combater o pauperismo e prevenir a exclusão social (Prieto, 2009).

Tocqueville observa que associações e jornais são interdependentes: jornais promovem ação coletiva em sociedades individualistas e são essenciais para coordenar atividades associativas. Onde há mais associações, há mais jornais, devido à fragmentação do poder administrativo e à liberdade de imprensa. A política fomenta associações, unindo pessoas diversas em ações comuns, fortalecendo a civilização (Tocqueville, 1987).

Tocqueville sugere que a liberdade de associação política pode ser menos perigosa para a tranquilidade pública do que se supõe. Embora possa inicialmente causar instabilidade, essa liberdade pode, eventualmente, fortalecer o Estado. Em países democráticos, as associações políticas são praticamente os únicos grupos privados poderosos que aspiram dirigir o Estado (Tocqueville, 1987).

Sugere que a democracia suaviza os costumes à medida que a igualdade aumenta, quebrando tradições negativas. Em sociedades igualitárias, as pessoas tendem a simpatizar com os sentimentos dos outros, incluindo estrangeiros ou inimigos, mostrando compaixão geral e uma inclinação natural para aliviar o sofrimento alheio (Tocqueville, 1987).

Tocqueville e Durkheim enfatizaram que o associativismo desenvolve novas formas de sociabilidade em sociedades modernas, substituindo antigas formas de integração social. As associações voluntárias fomentam a participação social, a resistência ao poder estatal e promovem a transformação cultural. No século XX, reformas sociais e movimentos populares fortaleceram o associativismo, expandindo-o para áreas como ambientalismo, consumo, ciência e tecnologia (Viegas, 1086).

A igualdade torna os homens mais semelhantes, promovendo empatia e abrandamento dos costumes. Favorece instituições livres por promover independência e repulsa à autoridade, mas pode levar à anarquia ou servidão. Democracias centralizam o poder, com indivíduos preferindo ideias simples. Com maior igualdade, o indivíduo perde destaque e a sociedade se fortalece. Os americanos veem o poder social como ilimitado e emanado do povo (Tocqueville, 1987).

Embora Alexis de Tocqueville tenha escrito um relato profundo sobre a América Jacksoniana, ele não compreendeu totalmente a situação dos negros americanos, apresentando concepções errôneas, tendo justificado a escravidão pela pigmentação da pele e via o negro como inferior física e intelectualmente, acreditando que os escravos admiravam seus opressores (Resh, 1963).

Os sistemas políticos contemporâneos são caracterizados pela unidade, ubiquidade e onipotência do poder social, refletidos nas utopias mais extraordinárias. Os indivíduos disputam a soberania, mas concordam sobre seus deveres e direitos. Todos concebem o governo como um poder único, simples, providencial e criador, demonstrando a busca incessante do espírito humano por tais imagens mesmo em seus devaneios (Tocqueville, 1987).

Nas democracias, há uma tendência à concentração de poder devido à noção de igualdade, que favorece um governo único e forte, simplificando a administração pública e agradando ao povo. Nele, o Estado equilibra os interesses particulares em busca do bem comum, impedindo o despotismo democrático (Tocqueville, 1987).

Os cidadãos democráticos oscilam entre a necessidade de orientação e o desejo de liberdade, tornando-se independentes durante as eleições, mas retornando à submissão ao Estado posteriormente. Essa situação reflete a pior forma de despotismo democrático, onde o homem comum não mantém independência política contínua, sujeitando-se à opressão da maioria (Tocqueville, 1987).

O pensamento de Tocqueville seria orientado pela noção de mutabilidade da política moderna, ao enfatizar mudanças políticas inevitáveis, tanto cíclicas quanto transformações como a transição da aristocracia para a democracia. Ele substitui o ciclo dos regimes de Políbio⁹ pelos vetores de igualdade e liberdade, prevendo a democratização global com criatividade, apesar de seu ceticismo (Kuz, 2013).

9 O ciclo dos regimes de Políbio, formulado pelo historiador grego Políbio, descreve a evolução cíclica dos governos em seis etapas: Monarquia, Tirania, Aristocracia, Oligarquia, Democracia e Oclocracia. Após a oclocracia, um líder forte estabelece uma nova monarquia, reiniciando o ciclo. Esse processo de mudança SERIA contínuo e inevitável (Rego, 1981).

A falha das instituições mediadoras, como partidos políticos e associações religiosas, em manter o capital social e a confiança social levou à fragmentação da sociedade e à Guerra Civil Americana. Tocqueville reconhecia que manter a ordem e a liberdade em uma democracia moderna é um desafio contínuo, dependendo da confiança social e do sacrifício mútuo dos cidadãos (Neem, 2011).

Em algumas sociedades, a cooperação e autogestão são naturais, enquanto em outras, marcadas por individualismo e corrupção, essas qualidades são obstruídas. Devido aos danos da corrupção, agências e investidores estrangeiros valorizam cada vez mais os fatores institucionais. O Banco Mundial também foca no Capital Social, especialmente em projetos de empréstimo e consultoria em políticas públicas (Higgins, 2005).

Há a crença na necessidade de fomentar o Capital Social via investimento em treinamento e capacitação em organizações locais. Embora controverso, o conceito é visto como um patrimônio intangível eficaz para a sociedade e sendo similar a outras formas de capital, permite que grupos ou sociedades alcancem objetivos que seriam inatingíveis de outra forma, existindo apenas nas relações interpessoais (Higgins, 2005).

O capital social é definido como os elementos de uma estrutura social que atuam como recursos para que indivíduos alcancem seus objetivos e satisfaçam seus interesses. Normas desempenham um papel crucial em prevenir comportamentos negativos que enfraquecem o capital social. Polanyi argumenta que a economia é um processo interativo entre o homem e seu entorno social, indicando que maior sociabilidade no grupo social resulta em melhor desempenho econômico (Higgins, 2005).

Francis Fukuyama, teórico norte-americano, inicialmente afirmou que a democracia ocidental e o livre mercado representavam o ápice ideológico, mas revisou essa visão. Ele define Capital Social como “normas e valores compartilhados que geram confiança e estimulam cooperação”. Este beneficia os membros de um grupo social e contrabalança o individualismo excessivo. Fukuyama sugere que políticas públicas cuidadosas podem promover Capital Social, embora frequentemente seja resultado de religião, tradição ou história compartilhada (Higgins, 2005).

Ao discutir a variedade de interpretações e a importância da análise empírica dos conceitos de sociedade civil e capital social, sugere que esses termos sejam considerados para além do contexto de Tocqueville, enfatizando a necessidade de uma perspectiva mais ampla e diversificada para compreender melhor o papel da sociedade civil e do capital social nas sociedades contemporâneas (Foley; Edwards, 1998).

Um exemplo dessa necessidade de contextos específicos para a análise do capital social é o estudo de Freitag (2003), que destaca a inadequação do modelo tocquevilliano de organizações voluntárias para o contexto suíço. Argumenta que a vida associativa na Suíça não desempenha um papel relevante na promoção da confiança social. Em vez disso, ele identifica importantes fontes de criação de confiança generalizada fora das associações, como a confiança institucional, a educação e a satisfação com a vida.

Apesar dos desafios em tempos de crise, as democracias demonstram uma capacidade única de mobilização e adaptação, sustentadas por leis sólidas e instituições robustas. O associativismo e a religião são cruciais para formar o capital social, essencial

para preservar liberdades democráticas e promover coesão, sugere que liberdade e igualdade favorecem a manutenção de um Estado Democrático.

O CAPITAL SOCIAL EM ROBERT PUTNAM

Constitui em objetivo desse tópico examinar as contribuições de Robert Putnam sobre a importância do capital social para a democracia, avaliando suas conclusões sobre o declínio da participação comunitária e suas implicações.

Tanto Tocqueville como Putnam oferecem perspectivas complementares, ao discutirem a relação entre comunidade e democracia. Enquanto Tocqueville afirmar que a força das associações civis e do engajamento comunitário são fundamentais para as instituições da democracia, notou que a ativa participação dos cidadãos em associações voluntárias produzia cooperação e civismo, de modo a fortalecer a democracia (Tocqueville, 1987).

Robert Putnam introduz o conceito de capital social, relacionando redes de reciprocidade e confiança comunitária e aponta o declínio da participação em associações como sinal de enfraquecimento do capital social, coesão social e eficácia das instituições democráticas. E sugere que o vigor democrático depende da reconstituição do capital social e fortalecimento dos laços democráticos (Putnam, 2006).

Ao analisar a implantação dos governos regionais na Itália, demonstrou uma ligação estreita entre desenvolvimento regional, capital social e vida cívica dos cidadãos. Assim como Tocqueville, examinou a relação entre estrutura sociopolítica, a qualidade da democracia e do capital social, destacando a importância dessas conexões para a eficácia democrática e desenvolvimento regional (Putnam, 2006).

No início dos anos 1970, o governo italiano transferiu poderes e recursos financeiros significativos para governos regionais. Putnam estuda as origens de um governo eficaz, ligando modernidade econômica e desempenho institucional. Ele recria a ideia de comunidade cívica de Tocqueville, onde cidadãos com espírito público vivem em igualdade, baseada em confiança e colaboração (Putnam, 2006).

As regiões italianas prósperas são impulsionadas pelo civismo de seus cidadãos, enquanto outras permanecem pobres devido ao isolamento e fragmentação social, havendo uma clara relação entre desempenho institucional e comunidade cívica e que mudanças institucionais podem transformar a história e o contexto social de uma sociedade (Putnam, 2006).

Putnam argumenta que a mudança institucional é lenta, levando gerações para surtir efeito. A reforma institucional na Itália alterou a política, tornando os gestores regionais mais próximos do povo e acessíveis. No entanto, a eficiência administrativa desejada não se concretizou e teve efeitos negativos no sul da Itália, menos cívico (Putnam, 2006).

O fortalecimento do regionalismo inicial gerou tanto apoio que, após trinta anos de reformas, a insatisfação com o governo central reavivou debates sobre maior regionalização. Em 1991, a Comissão para Assuntos Constitucionais aprovou a extinção

de alguns ministérios nacionais, transferindo suas responsabilidades para os governos regionais (Putnam, 2006).

A democracia italiana foi restaurada com a Constituição de 1947, estabelecendo a República como “una e indivisível” e promovendo autônias locais. A Itália foi dividida em dezenove regiões: algumas com autonomia comum, outras com autonomia especial (Trigueiro, 1959).

As Regiões, entidades políticas autônomas, diferem das províncias em extensão e competências. Regiões com autonomia comum são limitadas pela legislação nacional, enquanto as de autonomia especial têm maior autonomia, regulamentadas por estatutos especiais (Trigueiro, 1959).

Em algumas regiões italianas têm melhor desempenho institucional que outras, apesar de recursos jurídico-financeiros similares. A variação no sucesso institucional persiste, não estando ligada à riqueza, mas requerendo uma compreensão das razões dessa disparidade regional (Putnam, 2006).

O desempenho institucional depende de participação cívica, igualdade política, solidariedade, confiança, tolerância e organizações associativas. Cidadãos engajados priorizam o bem comum e a igualdade política promove cooperação. A confiança mútua sustenta a sociedade. Putnam estudou o norte da Itália, destacando a confiança, normas sociais e redes de participação cidadã como essenciais para o capital social e prosperidade (Pistore, 2013).

Durante a Guerra Fria, a regionalização na Itália foi interrompida e retomada nos anos 70, transferindo competências para as regiões. A reforma de 2001 ampliou a autonomia regional, conferindo-lhes autoridade legislativa e executiva em áreas como saúde, urbanismo e educação. Regiões com estatutos especiais têm maior autonomia, especialmente na proteção cultural e linguística. A reforma de 2015 redistribuiu competências, aumentando a centralização, mas preservando a autonomia especial (Martial, 2015).

As associações são estruturas sociais de cooperação, refletindo a importância que Tocqueville atribuiu à tendência das pessoas de se associarem. Essas associações contribuem para a estabilidade e eficácia da democracia, incentivando a cooperação e solidariedade entre seus membros (Putnam, 2006).

O conceito de comunidade cívica de Putnam destaca a participação associativa e política. Regiões cívicas têm forte engajamento, enquanto as menos cívicas sofrem com clientelismo e desinteresse. Putnam, apoiado por Tocqueville, sugere que a eficácia dos governos regionais está mais ligada ao civismo do que ao desenvolvimento econômico, indicando que maior participação cívica resulta em governos mais eficientes (Putnam, 2006).

Putnam correlacionou vida social e política com comunidade cívica. Em regiões menos cívicas, cidadãos buscam emprego com representantes, e a elite vem da classe rica. Em regiões cívicas, como a Emilia-Romanha, lidam com questões legais, e líderes surgem da classe humilde, promovendo igualdade política. Líderes em regiões menos cívicas adotam retórica populista, enquanto nas mais cívicas, evitam estruturas hierárquicas (Putnam, 2006).

Putnam destaca a relação entre civismo, igualdade e engajamento comunitário. A eficácia governamental depende da natureza das relações entre elite e massa, sendo horizontal ou vertical. Maior igualdade propicia desenvolvimento, e a densidade de associações locais define a comunidade cívica. Regiões mais cívicas na Itália têm o dobro de afiliação sindical e a religiosidade impactaria negativamente o engajamento cívico devido à autoridade vertical eclesiástica (Putnam, 2006).

Por outro lado, não necessariamente a religiosidade em si deveria ser considerada como um fator negativo para o capital social. A exemplo, Rabaioli e Vilpoux (2017), discutem a importância da Igreja Católica na formação do capital social no oeste catarinense.

Em áreas menos cívicas, os cidadãos experimentam sentimentos de exploração, alienação e impotência. Mesmo os mais instruídos enfrentam cinismo e alienação, sem que suas vantagens educacionais suprimam totalmente tais sentimentos. Essa dinâmica revela que a educação, embora seja sinônimo de boa condição econômica e capacidade pessoal, não é suficiente para mitigar o descontentamento nessas regiões (Putnam, 2006).

Apesar da elevada participação política durante o período colonial dos Estados Unidos, o engajamento social e a afiliação religiosa eram limitados. A religiosidade protestante desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do associativismo norte-americano, especialmente a partir de 1830. No entanto, Tocqueville não reconheceu plenamente a importância desse aspecto (Fukuyama, 1999).

A aplicação do conceito de “capital social” na democratização é problemática, desconsiderando aspectos políticos importantes. Putnam tenta explicar o desempenho econômico e político com uma única estrutura, influenciado por uma visão idealizada da família e do passado político americano. Isso pode ocultar a importância da ação política e das ideias (Putzel, 1997).

O capital social pode ajudar ou atrapalhar a democracia, dependendo do conteúdo político compartilhado, e a ideia de que o passado define o futuro ignora o papel das ideias políticas e da ação governamental (Putzel, 1997).

Nas regiões cívicas da Itália, a honestidade prevalece porque as pessoas esperam o mesmo tratamento justo. Em áreas menos cívicas, a corrupção domina a política local, e os residentes clamam por mais respeito à lei e à ordem. A vida é mais fácil nas regiões cívicas, onde a reciprocidade de comportamento correto é esperada, enquanto governos em regiões menos cívicas são enfraquecidos pelo baixo nível de civismo (Putnam, 2006).

Putnam discute que a falta de confiança leva à desistência em dilemas de ação coletiva, especialmente em regiões menos cívicas. A cooperação depende da confiança mútua, pois a imposição coercitiva é onerosa e não garante estabilidade nas relações, como sugerido pela teoria dos jogos. Sociedades excessivamente dependentes da coerção tendem a ser menos eficientes (Putnam, 2006).

A pesquisa de Oliver Williamson enfatiza a importância das instituições formais para reduzir os “custos de transação”¹⁰ facilitando o manejo do oportunismo e deserção.

¹⁰ As leis, regulamentações e políticas públicas são fundamentais para reduzir os custos das transações econômicas. Essas instituições definem as regras e normas que direcionam o comportamento dos participantes do mercado, assegurando que as transações ocorram de forma eficiente e segura (Sarto; Almeida, 2015).

Requisitos para o projeto institucional incluem a definição clara de limites, participação das partes interessadas nas regras, sanções gradativas para transgressores e mecanismos econômicos para resolução de conflitos (Putnam, 2006).

Putnam argumenta que as instituições moldam a política e são moldadas pela história. Melhor educação promove cidadãos autônomos, fortalecendo a classe média, essencial para a democracia ocidental. Comunidades cívicas são caracterizadas pelo interesse público, respeito às divergências e normas sociais reforçadas por estruturas específicas (Higgins, 2005).

Além disso, uma democracia robusta depende de cidadãos unidos pela educação cívica, buscando objetivos compartilhados e cooperando mutuamente. Sistemas de participação cívica bem desenvolvidos criam círculos virtuosos de cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, definindo a comunidade cívica (Higgins, 2005).

Quanto maior o capital social em uma sociedade, maior é a capacidade de gerar ainda mais confiança e cooperação entre os indivíduos. Sociedades que herdaram regras de cooperação ao longo de sua história tendem a facilitar a cooperação. O capital social, portanto, pode ser visto como uma organização social baseada em regras e normas de confiança, simplificando ações coletivas (Putnam, 2006).

Putnam sugere que a qualidade das instituições nas regiões italianas está relacionada à “vida cívica”, afirmando que as regiões do norte e centro se destacam devido a uma tradição cívica histórica. No entanto, é simplificada a história e desconsidera fatores como urbanização, estrutura de classes e a influência do Partido Comunista. A visão de uma dicotomia norte-sul seria uma simplificação exagerada, que não reflete a complexidade interna do sul da Itália (O’Neill, 1996).

As análises sobre o modelo de capital social de Putnam revelam várias falhas. Seu argumento é visto como circular, pois as conclusões parecem apenas validar as premissas já assumidas. A aplicação deste conceito em grandes escalas, como em cidades ou países, perde precisão e relevância. Críticas também são direcionadas à forma superficial com que Putnam trata os recursos das redes sociais, omitindo como eles podem ser efetivamente utilizados para vantagens tanto pessoais quanto coletivas (Carpiano, 2005).

Apesar das críticas e limitações, como a aplicação simplista do conceito de capital social e a desconsideração de fatores políticos e econômicos complexos, as ideias de Putnam destacam a importância das interações sociais e da confiança mútua na construção de uma sociedade mais justa e de processos democráticos mais inclusivos.

CAPITAL SOCIAL E REFORMA INSTITUCIONAL

Este tópico discutirá a relação entre o capital social e a reforma institucional, destacando o papel crucial da religião no desenvolvimento do associativismo e reforçar a importância da confiança e das redes sociais para a cooperação e eficácia das instituições.

Putnam considera a reforma regional como um processo “natural”, mas é importante referir que muitas regiões foram estabelecidas de forma arbitrária. A institucionalização

foi realizada sem uma reforma administrativa ou financeira abrangente, o que limitou sua eficácia, além disso, a visão simplista de Putnam sobre o clientelismo e sua definição arbitrária de “civismo” são criticadas por desconsiderar variações e contextos importantes (O’Neill, 1996).

O capital social, caracterizado por ser um bem público, contrasta com o capital tradicional por sua natureza pública. Como outros bens públicos, o capital social tende a ser subvalorizado e subfornecido por agentes privados. A confiança é essencial no capital social, pois impulsiona a cooperação, resultando em um ciclo virtuoso de acumulação de capital social em comunidades com alto nível de confiança, como observado na Itália cívica (Putnam, 2006).

A confiança social se manifesta por regras de reciprocidade generalizada e participação cívica. As regras de reciprocidade sustentam sistemas de intercâmbio social, gerando padrões comuns entre indivíduos. Podem ser horizontais (baseadas em igualdade) ou verticais (envolvendo hierarquia) e quanto mais desenvolvidos esses sistemas numa comunidade, maior a cooperação entre seus membros (Putnam, 2006).

Embora a confiança seja fundamental para a participação em grupos da sociedade civil e ambas sejam medidas de capital social, evidências mostram que elas não estão necessariamente relacionadas, enquanto a confiança diminui, a participação em grupos pode se expandir (Fukuyama, 1999).

Além disso, Estados podem fomentar o capital social indiretamente ao fornecer bens públicos eficientemente, como direitos de propriedade e segurança pública. Contudo, os Estados devem evitar substituir atividades melhor realizadas pelo setor privado ou sociedade civil, reconhecendo que cada povo possui uma história específica que influencia sua modernização social (Higgins, 2005).

O debate entre os keynesianos e neoliberais sobre Estado Mínimo e Bem-Estar é fundamental, nesse debate. Sob governos neoconservadores (Reagan e Thatcher), os programas de ajuste estrutural reduziram o setor público, alinhando-se ao neoliberalismo e ao Banco Mundial, que promoveu um ambiente regulatório robusto (Higgins, 2005). Nesse sentido, se os serviços proporcionados pelo Estado são indutores de capital social, reduzir esses serviços pode influenciar negativamente o capital social.

Em muitas regiões em desenvolvimento, antigas estruturas sociais persistem e são vitais para a sobrevivência econômica dos mais pobres. Redes de parentesco e comunidades atuam como sistemas de informação, trabalho, poupança e seguridade social. Essas redes são essenciais para a adaptação e sucesso econômico, especialmente em áreas como o Oriente Médio, proporcionando estabilidade em contextos desafiadores (Hobsbawn, 2009).

As reformas neoliberais falharam, com o Banco Mundial, sobretudo com aumento da pobreza em muitas regiões do mundo. Influenciado por Joseph Stiglitz, surgiu a defesa de um Estado forte para corrigir imperfeições do mercado, introduzindo novos conceitos macroeconômicos na análise microeconômica (Higgins, 2005).

A nova política do Banco Mundial¹¹ busca colaborar com setores menos politizados

¹¹ A ideologia do Banco Mundial é complexa e, por vezes, nem sempre coerente. Advoga o liberalismo econômico, desenvolvimento com base no mercado, estabilidade macroeconômica, governança e instituições fortes, redução da

da sociedade civil, como ONGs e movimentos comunitários, mantendo as relações de poder macroeconômico. Esta abordagem abandona as políticas keynesianas tradicionais de intervenção estatal, que eram fundamentais para o desempenho econômico das economias industrializadas e o pleno emprego.

A produtividade nas relações sociais é mais significativa do que nos indivíduos. Isso levaria ao surgimento de uma nova “mão invisível”, que oporia interesses individuais em prol do bem comum, resultando na criação de capital social. A perspectiva do reformismo institucional permite identificar várias experiências no Terceiro Mundo onde a iniciativa pública contribui para a sustentabilidade das organizações de base (Higgins, 2005).

A definição de capital social proposta por Putnam é considerada limitada, pois foca principalmente em redes de confiança e normas de reciprocidade, sem considerar os recursos adicionais dessas redes. Esta perspectiva resulta em uma ênfase desproporcional na coesão social e ignora como os recursos das redes podem ser mobilizados mais eficazmente (Carpiano, 2005).

Putnam é criticado por focar apenas nos efeitos positivos do capital social, ignorando impactos negativos como exclusão social e desigualdades. Ele é acusado de ter uma visão idealizada da história dos EUA e aceitar a dependência de trajetória¹², desconsiderando as diferentes realidades socioeconômicas das comunidades (Carpiano, 2005).

Vínculos verticais enfraquecem a organização grupal e solidariedades horizontais. Laços de parentesco resolvem dilemas de ação coletiva, enquanto sistemas horizontais isolados sustentam a cooperação interna. Sistemas de participação cívica promovem cooperação mais ampla, favorecendo o desempenho das instituições comunais e o crescimento econômico. Em uma sociedade cívica forte, haverá crescimento econômico que fortalecerá o estado (Putnam, 2006).

Embora não tenha usado o termo capital social, Tocqueville compreendeu sua relevância ao notar que os americanos criavam associações voluntárias para múltiplos propósitos. Essa tendência à auto-organização fomentava igualdade e cooperação, pois, sem confiança mútua, não poderia haver a sociedade civil e nem uma democracia (Fukuyama, 1999).

O Estado estaria melhor posicionado para influenciar grupos sociais no desenvolvimento, a exemplo de burocracias reformistas em países em desenvolvimento que estimulam o capital social para a melhoria de distribuição dos recursos socialmente produzidos. Putnam está correto ao afirmar que mudanças institucionais ocorrem no longo prazo, exigindo gerações de coesão cultural (Higgins, 2005).

A discussão sobre a influência das leis no capital social destaca sua importância para

pobreza e sustentabilidade. O Banco Mundial, criado para enfrentar falhas nos mercados de capitais internacionais, hoje se concentra na redução da pobreza extrema e, apesar das críticas, o Banco permanece fundamental na disseminação de conhecimento para o desenvolvimento. No entanto, suas políticas neoliberais perpetuam a pobreza e a desigualdade, com sua ideologia sendo imposta internamente. A abordagem do Banco para a política educacional é vista como prejudicial e deve ser reformada. Suas políticas são influenciadas por pressões políticas, restrições institucionais e incentivos burocráticos e econômicos, criando um discurso que obscurece as verdadeiras causas da pobreza. A ideologia do Banco precisa ser reformada para melhor atender os interesses dos países do Terceiro Mundo (Clemens; Kremer, 2016; Ravallion, 2016; Klees, 2012; Sridhar, 2007; Ngugi, 2006).

12 Ou determinismo cronológico, implica dizer que escolhas do passado criariam padrões e estruturas que determinariam o futuro, o que, por evidência, desnaturaliza a própria ideia de liberdade e ação coletiva, dando a entender que grupos sociais não poderiam ser capazes de mudar ou influenciar o seu futuro.

o funcionamento eficaz das instituições políticas e econômicas. O capital social, composto por normas de confiança, cooperação e redes de engajamento cívico, é fundamental. Embora o capital social seja fundamental para a eficácia das instituições, a interdependência com a lei pode, em alguns casos, ter efeitos mutuamente negativos¹³ (Pildes, 1996).

Assim, o contexto social e a história são cruciais para o desempenho institucional, as instituições são eficazes apenas quando a sociedade está engajada na manutenção do governo democrático. As regras de reciprocidade generalizada aumentam o capital social, facilitando a cooperação em sociedades onde associações são comuns (Putnam, 2006). Dito de outro modo, o capital social é historicamente produzido, por ações de longo prazo.

Esse capital social é essencial para a estabilidade política e é considerado mais importante do que outras formas de capital. Ele possui raízes históricas, exemplificadas pelo norte da Itália, que historicamente consistiu de vários principados autônomos, ao contrário do sul, que foi unificado sob uma monarquia (Putnam, 2006).

Críticas à literatura de “capital social” pela ambiguidade na definição dificultaram estudos empíricos, especialmente macroeconômicos. Avanços ocorreram com a definição prática focada em “normas, redes e confiança”. Isso permitiu investigações detalhadas sobre seus efeitos econômicos. Apesar das divergências, há sólidas correlações entre capital social e crescimento econômico em várias regiões (Figueiredo, 2011).

A reforma impactou positivamente a política regional, transformando identidades, valores e estratégias. Instituições no Sul e Norte promoveram uma cultura elitista moderada e as mudanças formais induziram transformações informais e sustentáveis, tendo a implementação de reciprocidade e participação cívica sido lenta e sem parâmetros definitivos. A reforma regional italiana fomentou capital social, reforçando o Norte e iniciando mudanças no Sul (Putnam, 2006).

Tocqueville enfatiza que as associações voluntárias e a participação cívica são essenciais para a democracia, servindo como um contrapeso ao poder do governo central. Ampliando essas ideias, Putnam desenvolveu o conceito de capital social, que abrange confiança, normas de reciprocidade e redes de envolvimento cívico (Pasquino, 2015).

Assim, em que pese a dificuldade conceitual, a variar, sobretudo, de contextos e a noção de dependência de trajetória, resta clara a noção de que há uma relação entre microparticipação social, desenvolvimento econômico e processos democráticos duradouros e robustos, e, sobretudo, o papel central do Estado nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central investigar a relação entre os conceitos de comunidade e democracia, com base nas contribuições teóricas de Alexis de Tocqueville e Robert Putnam.

No primeiro tópico, foi analisado o pensamento de Tocqueville sobre a relação entre comunidade e democracia, destacando suas observações sobre as origens do pensamento

¹³ Dito de outro modo, tanto a legislação pode afetar negativamente o capital social, como este pode, também, trabalhar contra a eficácia social das normas.

democrático. Restou evidente que a democracia requer equilíbrio entre liberdade e igualdade, pois a busca insaciável por liberdade pode levar à tirania e que instituições comunais e participação ativa são fundamentais para evitar a centralização do poder.

No segundo tópico, discutiu-se a capacidade de mobilização e adaptação das democracias, enfatizando a relação entre democracia e costumes, a importância das leis e instituições comunais, e o papel do associativismo e da religião na formação do capital social. Assim, as democracias mostram capacidade de mobilização e adaptação em crises, sustentadas por leis sólidas, associativismo e religião, essenciais para a formação do capital social e da promoção de fortalecimento dos laços entre os cidadãos.

No terceiro tópico, foram examinadas as contribuições de Robert Putnam sobre a importância do capital social para a democracia, avaliando suas conclusões sobre o declínio da participação comunitária e suas implicações, a destacar a importância das interações sociais e da confiança mútua na construção de uma sociedade mais justa e de processos democráticos mais inclusivos.

No quarto tópico, explorou-se a relação entre capital social e reforma institucional, destacando o papel crucial da religião no desenvolvimento do associativismo e a importância da confiança e das redes sociais para a cooperação e eficácia das instituições, restando evidente a relação entre microparticipação social, desenvolvimento econômico e processos democráticos duradouros e robustos, e, sobretudo, o papel central do Estado nesse processo.

Conclui-se que a participação cívica e a coesão social são fundamentais para a saúde das democracias. O fortalecimento das associações civis, a promoção da confiança mútua e a valorização das redes comunitárias são essenciais para a revitalização democrática, com o Estado desempenhando um papel crucial na criação de políticas públicas e ambientes favoráveis.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora UNB, 1985.

CARPIANO, Richard M. **Toward a neighborhood resource-based theory of social capital for health: Can Bourdieu and sociology help?** *Social Science & Medicine*, v. 62, p. 165-175, 2006. Disponível em: <<https://shorturl.at/XC6la>>. Acesso em: 16 maio 2024.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CLEMENS, Michael; KREMER, Michael. **The New Role for the World Bank**. *Journal of Economic Perspectives*, v. 30, n. 1, p. 53-76, 2016. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdf/10.1257/jep.30.1.53>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

FIGUEIREDO, Lízia. **Social capital literature and Durlauf's criticism**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2011.

FOLEY, Michael W.; EDWARDS, Bob. **Beyond Tocqueville: Civil Society and Social Capital in Comparative Perspective**. Editors' Introduction. *American Behavioral Scientist*, v. 42, n. 1, p. 5-20,

- set. 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002764298042001002>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- FUKUYAMA, Francis. **The Great Disruption: Human Nature and the Reconstitution of Social Order**. Free Press, 1999.
- FREITAG, Markus. **Beyond Tocqueville: The Origins of Social Capital in Switzerland**. European Sociological Review, Vol. 19, n. 2, p. 217-232. Disponível em <<https://boris.unibe.ch/115894/1/190217.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- HESSE, Andreas. Tocqueville, Alexis de. In: **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Social Theory**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.
- HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.
- HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 -1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ícone Editora 2014
- JACKSONIAN Democracy. **Encyclopaedia Britannica, 2023**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Andrew-Jackson/Jacksonian-Democracy>. Acesso em: 28 maio 2024.
- KARNAL, Leandro; DE MORAIS, Marcus V.; FERNANDES, Luiz Estevam; PURDY, Sean. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KLEES, Steven J. World Bank and Education: Ideological Premises and Ideological Conclusions. Cap. 4. In: KLEES, Steven J.; SAMOFF, Joel; STROMQUIST, Nelly P. (Ed.). **The World Bank and Education: Critiques and Alternatives**. Volume 14. Rotterdam: Sense Publishers, 2012.
- KUZ, Michal Maciej. **Alexis de Tocqueville's Political Science of Revolutions: Theory and Application**. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate Faculty of the Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Department of Political Science, Louisiana. Disponível em: https://repository.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3013&context=gradschool_dissertation. Acesso em: 16 mai. 2024.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 29, n. 85, junho/2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dKQNRmfDBnkZ6F59xpW6wYF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil**. 2. Ed. São Paulo Grupo Almedina 2018.
- MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MALETZ, Donald J. Tocqueville's Tyranny of the Majority Reconsidered. **The Journal of Politics**, Vol. 64, N. 3, Ago. 2002, pp. 741-763. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1520111>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- MARTIAL, Enrico. **Regionalism in Italy**. Assembly of European Regions Study on Regionalism, 2015. Disponível em <https://shorturl.at/z1MSF>. Acesso em: 16 mai. 2024.

- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de. **Do espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- NEEM, Johann N. Taking Modernity's Wager: Tocqueville, Social Capital, and the American Civil War." **Journal of Interdisciplinary History**, vol. 41, n. 4, 2011, pp. 591–618. Disponível em: https://cedar.wvu.edu/history_facpubs/17/. Acesso em: 17 mai. 2024.
- NEVES, José Roberto de Castro. **Como os advogados salvaram o mundo: a história da advocacia e sua contribuição para a humanidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020
- NGUGI, Joel M. **The World Bank and the Ideology of Reform and Development in International Economic Development Discourse**. *Cardozo Journal of International and Comparative Law*, vol. 14, pp. 313-345, 2006.
- PASQUINO, Gianfranco. **Pluralism in political science: From Tocqueville to Putnam**. *Politologická revue*, v. 21, n. 2, p. 5-14, 2015. Disponível em < <https://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-e4dcc621-ecfa-495e-98fa-9cb9c40baa00/c/PolRev2015-2pp5-14.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAVALLION, Martin. **The World Bank: Why It Is Still Needed and Why It Still Disappoints**. *Journal of Economic Perspectives*, v. 30, n. 1, p. 77-94, 2016. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdf/10.1257/jep.30.1.77>>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- OLIVEIRA JUNIOR, Lourival Batista de Oliveira; AMANCIO, Robson. **Algumas observações sobre “A democracia na América” e os primórdios do conceito de capital social**. Disponível em <https://www2.ufjf.br/poseconomia/wp-content/uploads/sites/118/2010/01/td_013_2007.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- O'NEILL, Claire M. Making Democracy Work: Putnam and his Critics. **South European Society and Politics**, 1(2), 307–318, 1996. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608749608539477#2b85d6ca-6520-4a3d-8e4a-aa9f2ee3f33d-b6de7b7c-de82-45a5-9538-313dd15c6659>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- PILDES, Richard H. **The destruction of social capital through law**. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 144, p. 2055-2077, 1996. Disponível em: <https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3527&context=penn_law_review>. Acesso em: 16 mai. 2025.
- PISTORE, Adriano. **Genealogia conceitual do capital social nas perspectivas de Bourdieu, Coleman e Putnam**. *A Economia em Revista*, v. 21, n. 1, julho de 2013. Disponível em < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/download/50675/pdf_12/>. Acesso em: 17 mai. 2024.

PUTZEL, James. **Accounting for the “Dark Side” of social capital: reading Robert Putnam on democracy.** *Journal of International Development*, Vol. 9, No. 7, 939-949 (1997). Disponível em <<https://shorturl.at/Lch6U>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

PRIETO, Jimena Hurtado. **Tocqueville on Poverty in Industrial Democracies.** 2009. Disponível em: <<https://economia.uniandes.edu.co/sites/default/files/seminariocede/Hurtado-2009-Tocqueville.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PRIMOGENITURE and ultimogeniture. **Encyclopaedia Britannica, 2024.** Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/primogeniture>. Acesso em: 18 mai. 2024.

RABAIOLI, Volmir; VILPOUX, Olivier François. **Papel da igreja na construção de capital social: caso da região oeste de Santa Catarina.** *Multitemas*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 53, p. 25-48, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/1322/1502>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. **Equilíbrio e contradição: A Constituição mista na obra de Políbio.** *Rev. Inf. Legisl.*, Brasília, a. 18, n. 71, jul./set. 1981. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181293/000392786.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

RESH, Richard. W. **Alexis De Tocqueville and the Negro: Democracy in America Reconsidered.** *The Journal of Negro History*, 48(4), 251–259, 1963. Disponível em <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.2307/2716328>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria D. P. B. **Metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SARTO, Victor Hugo Rocha; ALMEIDA, Luciana Togeiro De. **A teoria dos custos de transação: uma análise a partir das críticas evolucionistas.** 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/download/7301/5563/21713>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SMIDT, Corwin E. (Ed.). **Religion as Social Capital: Producing the Common Good.** Waco (TX): Baylor University Press, 2003.

SRIDHAR, Devi. **Economic ideology and politics in the World Bank: Defining hunger.** *New Political Economy*, v. 12, n. 4, p. 473-484, dez. 2007. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:8b996b4f-abfc-4d8f-ba27-0b5afabde61a/files/m31a1e886f0c9eb4e309846b6e07af859>. Acesso em: 18 mai. 2024.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** 3ª ed. São Paulo: Itatiaia, 1987.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **Autonomia Regional na Itália.** *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Vol. 2, n. 2, jul./dez, 1959. P. 173-187. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/rdpcp/article/view/59212/57652>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VIEGAS, José Manuel Leite. Associativismo e dinâmica cultural. **Sociologia. Problemas e Práticas.** 1986, Num. 1, pp 103-121. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/954>. Acesso em: 15 mai. 2024.

YARBROUGH, Jean M. Jefferson and Tocqueville. **Perspectives on Political Science**, 48(4), 252–275. doi:10.1080/10457097.2019.1640020, 2019. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10457097.2019.1640020?tab=permissions&scroll=top>. Acesso em: 16 mai. 2024.

YOO, John. Andrew Jackson and Presidential Power. In: **Charleston Law Review**, n 2, 521, 2007. Disponível em: <https://shorturl.at/0solP>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ZETTERBAUM, Marvin. **Tocqueville and the Problem of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1967.

Movimentos sociais e participação política: impacto na democracia e na política institucional

José Reinaldo Mendonça Moura

Doutorado em Ciência da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais

RESUMO

Este estudo examina o papel crucial dos movimentos sociais na promoção da democracia e na transformação da política institucional. Explorando teorias como a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas, destaca como esses movimentos mobilizam cidadãos, influenciam agendas políticas e provocam mudanças institucionais significativas. Os movimentos sociais incentivam o engajamento cívico ativo, trazendo à tona questões sub-representadas e pressionando os formuladores de políticas a agir. Apesar de enfrentarem desafios como a repressão governamental e a fragmentação interna, esses movimentos demonstram resiliência e adaptabilidade, especialmente na era digital. A análise ressalta o impacto duradouro dos movimentos sociais na vitalidade democrática e na transformação institucional, defendendo o apoio contínuo e o estudo desses movimentos como fundamentais para uma democracia vibrante e justa.

Palavras-chave: democracia; movimentos sociais; participação política; política institucional.

ABSTRACT

This study examines the crucial role of social movements in promoting democracy and transforming institutional politics. Exploring theories such as Resource Mobilization Theory, New Social Movement Theory and Political Opportunity Structure Theory, it highlights how these movements mobilize citizens, influence political agendas and bring about significant institutional changes. Social movements encourage active civic engagement, bringing underrepresented issues to light and pressuring policymakers to act. Despite facing challenges such as government repression and internal fragmentation, these movements demonstrate resilience and adaptability, especially in the digital age. The analysis highlights the lasting impact of social movements on democratic vitality and institutional transformation, arguing for continued support and study of these movements as fundamental to a vibrant and fair democracy.

Keywords: democracy; social movements; political participation; institutional policy.



INTRODUÇÃO

Movimentos sociais são iniciativas coletivas organizadas que buscam promover mudanças sociais, políticas ou econômicas. Eles emergem como respostas a insatisfações, injustiças ou lacunas percebidas na sociedade, unindo indivíduos com interesses e objetivos comuns. Esses movimentos podem variar em escopo e forma, desde protestos de rua até campanhas digitais, e desempenham um papel essencial na promoção da justiça social e da igualdade.

A participação política refere-se às várias maneiras pelas quais os cidadãos podem influenciar as decisões políticas e a governança. Isso inclui votar, participar de protestos, campanhas de advocacia e engajamento em diálogos públicos. Uma democracia saudável depende da participação ativa e informada de seus cidadãos, garantindo que as políticas e decisões governamentais reflitam a vontade do povo. Movimentos sociais são uma forma vital de participação política, oferecendo uma plataforma para vozes marginalizadas e sub-representadas.

Movimentos sociais têm o potencial de revitalizar democracias ao envolver cidadãos em processos políticos e ao desafiar o status quo. Eles promovem a conscientização sobre questões críticas, mobilizam apoio popular e pressionam por reformas políticas. Ao fazê-lo, esses movimentos podem corrigir desequilíbrios de poder e promover maior transparência e responsabilidade por parte das instituições governamentais. Além disso, ao proporcionar uma voz para grupos marginalizados, os movimentos sociais ampliam a base de participação democrática e promovem a inclusão.

Os movimentos sociais não só influenciam a opinião pública, mas também têm um impacto tangível na política institucional. Por meio de campanhas de advocacia, lobbies e mobilizações, esses movimentos podem levar à criação de novas leis e políticas, ou à reformulação das existentes. Eles forçam os legisladores e outras autoridades a considerar demandas populares e a adaptar-se às novas realidades sociais. Exemplos históricos, como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e o movimento das Diretas Já no Brasil, ilustram como a pressão popular pode resultar em mudanças institucionais significativas.

Ao longo da história, movimentos sociais têm desempenhado papéis cruciais em momentos de transformação política. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, liderado por figuras como Martin Luther King Jr., exemplifica como a mobilização social pode levar a mudanças legislativas e sociais profundas. De forma semelhante, o movimento feminista global tem sido instrumental na promoção da igualdade de gênero e na reforma de leis discriminatórias. Nos dias atuais, movimentos como o Black Lives Matter e as manifestações pró-democracia em Hong Kong continuam a demonstrar o poder dos movimentos sociais em moldar o cenário político.

Apesar de seu potencial transformador, os movimentos sociais enfrentam vários desafios, incluindo repressão governamental, fragmentação interna e a dificuldade de transformar mobilizações em mudanças políticas duradouras. No entanto, as oportunidades trazidas pela era digital, como a comunicação em massa e a organização online, proporcionam novas ferramentas para superar esses obstáculos. A globalização e o intercâmbio cultural

também oferecem oportunidades para que movimentos sociais aprendam uns com os outros e fortaleçam suas estratégias de advocacia.

Este estudo explora o impacto dos movimentos sociais na democracia e na política institucional, destacando seu papel na promoção da participação política e na formação de políticas públicas. Ao proporcionar uma plataforma para a expressão popular e ao desafiar as estruturas de poder existentes, os movimentos sociais desempenham um papel essencial na vitalidade democrática e na promoção de sociedades mais justas e equitativas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Movimentos Sociais: Conceitos e Perspectivas Teóricas

Os movimentos sociais são fenômenos complexos que têm sido objeto de estudo por várias disciplinas, incluindo sociologia, ciência política e história. Eles representam ações coletivas organizadas que buscam promover ou resistir a mudanças sociais, políticas ou econômicas. Tarrow (1998) define movimentos sociais como “desafios coletivos, baseados em propósitos e solidariedades comuns, em interações sustentadas com elites, adversários e autoridades”. Essa definição enfatiza a natureza coletiva e a interação contínua dos movimentos sociais com estruturas de poder estabelecidas.

Teorias dos Movimentos Sociais

Várias teorias foram desenvolvidas para explicar a emergência, o desenvolvimento e o impacto dos movimentos sociais. Entre elas, destacam-se a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas.

Teoria da Mobilização de Recursos

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) argumenta que os movimentos sociais surgem e prosperam em função da capacidade de seus membros de mobilizar recursos materiais e imateriais. Zald & McCarthy (1977) afirmam que “a disponibilidade de recursos financeiros, humanos e organizacionais é crucial para a formação e sucesso de movimentos sociais”. Eles destacam que a eficácia de um movimento não depende apenas da insatisfação social, mas também da habilidade de organizar, angariar fundos e obter apoio externo.

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) sugere que o sucesso dos movimentos sociais depende amplamente da capacidade de seus membros de adquirir e mobilizar recursos. Zald & McCarthy (1977) explicam que: “a eficácia de um movimento social não está apenas na sua capacidade de mobilizar recursos materiais, mas também na sua habilidade de organizar, angariar fundos e obter apoio de entidades externas”.

Teoria dos Novos Movimentos Sociais

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), proposta por autores como Alain Touraine e Alberto Melucci, sugere que os movimentos contemporâneos diferem

dos movimentos tradicionais em seus objetivos e formas de organização. Esses novos movimentos, como os ambientais e feministas, focam mais em questões identitárias e culturais do que em mudanças econômicas ou políticas estruturais. Melucci (1989) destaca que “os novos movimentos sociais estão mais preocupados com a auto expressão, identidade e qualidade de vida do que com a redistribuição de recursos materiais”.

Alain Touraine (1981), um dos principais teóricos dos novos movimentos sociais, afirma que:

Os novos movimentos sociais emergem como respostas a crises culturais e identitárias, e não meramente econômicas. Eles são caracterizados por um foco na autoexpressão e na busca por uma nova forma de sociabilidade, ao invés de simplesmente lutar por mudanças estruturais.

Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas

A Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas (TEOP) foca nas condições externas que influenciam a emergência e o sucesso dos movimentos sociais. Sidney Tarrow (1994) argumenta que “a configuração de oportunidades políticas - a abertura ou fechamento de canais institucionais, a estabilidade das alianças políticas e a presença de aliados influentes - afeta significativamente as possibilidades de ação coletiva”. Essa teoria sugere que os movimentos sociais são mais propensos a emergir e a ter sucesso quando encontram um ambiente político favorável.

Sidney Tarrow (1994) argumenta que:

Os movimentos sociais emergem em contextos de oportunidade política onde as estruturas institucionais se mostram vulneráveis ou abertas à influência externa. A configuração de oportunidades políticas, que inclui a abertura ou fechamento de canais institucionais e a presença de aliados influentes, é um fator determinante na capacidade dos movimentos sociais de mobilizar e provocar mudanças.

Impacto dos Movimentos Sociais na Democracia

Os movimentos sociais têm um impacto profundo na vitalidade democrática ao promover a participação cidadã e a responsabilização das instituições. Eles funcionam como canais de expressão para grupos marginalizados e sub-representados, contribuindo para uma democracia mais inclusiva e responsiva.

Movimentos sociais mobilizam indivíduos e grupos que, de outra forma, poderiam permanecer politicamente inativos. Essa mobilização fortalece a cultura cívica e promove a conscientização sobre questões sociais cruciais. Putnam (2000) argumenta que: “o capital social, gerado pela participação em associações cívicas e movimentos sociais, é essencial para a saúde da democracia”. A participação ativa em movimentos sociais aumenta o capital social, fomentando redes de confiança e cooperação que são fundamentais para uma democracia vibrante.

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na definição de agendas políticas, trazendo novas questões para o debate público e pressionando por reformas. Kingdon (1984) destaca que: “os movimentos sociais influenciam a agenda política ao moldar a percepção pública de problemas e soluções, e ao pressionar os decisores políticos a agir”. Eles atuam como agentes de mudança, desafiando.

Ao dar voz a grupos marginalizados, os movimentos sociais promovem a inclusão e a equidade na tomada de decisões políticas. Fraser (1990) argumenta que: “os movimentos sociais desempenham um papel crucial na luta por justiça redistributiva e reconhecimento, ao desafiar as hierarquias sociais e econômicas existentes”. Eles buscam não apenas a redistribuição de recursos, mas também o reconhecimento das identidades e experiências de grupos historicamente oprimidos.

Os movimentos sociais não só moldam a opinião pública, mas também têm impactos tangíveis na política institucional, influenciando a criação e a reformulação de leis e políticas.

Movimentos sociais frequentemente pressionam por mudanças legislativas que refletem suas demandas. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, por exemplo, levou à aprovação de leis significativas como o Civil Rights Act de 1964 e o Voting Rights Act de 1965. Esses movimentos demonstram como a pressão popular pode resultar em reformas legais substanciais que promovem a justiça social e a igualdade.

Além das reformas legislativas, os movimentos sociais também podem provocar mudanças mais amplas nas políticas públicas. O movimento ambientalista, por exemplo, tem influenciado políticas governamentais em áreas como proteção ambiental, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Essas mudanças são frequentemente o resultado de campanhas de advocacia bem-sucedidas, mobilizações populares e alianças estratégicas com atores políticos influentes.

Movimentos sociais frequentemente exercem pressão sobre instituições governamentais e não-governamentais, exigindo maior transparência, responsabilidade e justiça. Essa pressão pode levar à criação de novas instituições ou à reformulação das existentes para melhor atender às demandas populares. Por exemplo, movimentos anticorrupção em diversos países têm levado à criação de órgãos independentes de combate à corrupção e à implementação de políticas mais rigorosas de transparência governamental.

Casos Históricos e Contemporâneos

Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, liderado por figuras como Martin Luther King Jr., é um exemplo clássico de como movimentos sociais podem provocar mudanças institucionais significativas. Este movimento conseguiu mobilizar milhões de pessoas, organizar protestos pacíficos e influenciar a opinião pública, resultando em mudanças legislativas e sociais profundas que transformaram a sociedade americana.

Movimento Feminista

O movimento feminista global tem sido instrumental na promoção da igualdade de gênero e na reforma de leis discriminatórias. Este movimento não apenas aumentou a conscientização sobre questões de gênero, mas também conseguiu influenciar a criação de políticas públicas que promovem a igualdade e protegem os direitos das mulheres. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

(CEDAW), adotada pela ONU, é um exemplo de como a pressão de movimentos feministas resultou em avanços institucionais significativos.

Movimentos Contemporâneos

Movimentos contemporâneos como o Black Lives Matter (BLM) e as manifestações pró-democracia em Hong Kong continuam a demonstrar o poder dos movimentos sociais em moldar o cenário político. O BLM, por exemplo, conseguiu trazer à tona questões de brutalidade policial e racismo sistêmico, influenciando debates públicos e políticas em diversos países. As manifestações em Hong Kong, por sua vez, destacam a luta pela democracia e pelos direitos humanos em um contexto de crescente autoritarismo.

Desafios e Oportunidades

Repressão Governamental

Um dos maiores desafios enfrentados pelos movimentos sociais é a repressão governamental. Governos autoritários frequentemente utilizam força, censura e outras formas de repressão para suprimir movimentos sociais. No entanto, a resistência persistente e a solidariedade internacional podem ajudar a mitigar esses efeitos e continuar a pressão por mudanças.

Movimentos sociais muitas vezes enfrentam desafios de coesão interna. Divergências ideológicas, estratégicas e táticas podem fragmentar movimentos e reduzir sua eficácia. A construção de coalizões fortes e a promoção de um diálogo inclusivo são essenciais para superar esses desafios e manter a unidade do movimento.

Era Digital

A era digital oferece novas oportunidades para os movimentos sociais em termos de comunicação, organização e mobilização. Plataformas de mídia social, por exemplo, permitem que movimentos alcancem um público global e mobilizem apoio rapidamente. No entanto, também apresentam desafios, como a disseminação de desinformação e a vigilância governamental.

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na promoção da democracia e na formação da política institucional. Eles funcionam como canais de participação cidadã, mobilizando indivíduos e grupos para promover mudanças sociais e políticas. Ao desafiar estruturas de poder estabelecidas e promover a inclusão e a equidade, os movimentos sociais contribuem para a vitalidade democrática e a justiça social. Embora enfrentem vários desafios, as oportunidades oferecidas pela era digital e a globalização proporcionam novas ferramentas para a advocacia e a mobilização. Em última análise, a capacidade dos movimentos sociais de influenciar mudanças institucionais e políticas é um testemunho de seu impacto duradouro e significativo na sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo visa compreender o impacto dos movimentos sociais na democracia e na política institucional por meio de uma abordagem qualitativa. Essa abordagem permite uma análise aprofundada e contextualizada das dinâmicas sociais e políticas envolvidas. A seguir, descrevemos as etapas e os métodos utilizados na pesquisa.

Revisão Bibliográfica

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica abrangente sobre teorias de movimentos sociais e participação política. Foram selecionadas obras de referência nas áreas de ciência política, sociologia e estudos sociais. As teorias de Mobilização de Recursos, Novos Movimentos Sociais e Estrutura de Oportunidades Políticas foram exploradas detalhadamente para fornecer um quadro teórico robusto que sustente a análise. A revisão incluiu livros, artigos acadêmicos e documentos de conferências relevantes.

Análise Documental

Para complementar a revisão bibliográfica, foi realizada uma análise documental de fontes secundárias, incluindo relatórios de organizações não-governamentais (ONGs), documentos governamentais, legislações e registros de movimentos sociais. Esses documentos forneceram dados históricos e contextuais sobre a atuação dos movimentos sociais e suas interações com instituições políticas.

Estudos de Caso

Para ilustrar as teorias discutidas, foram escolhidos estudos de caso de movimentos sociais significativos que tiveram um impacto comprovado na política institucional. Os casos selecionados incluíram o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento feminista global e o movimento ambientalista. Cada estudo de caso foi analisado quanto às suas estratégias de mobilização, desafios enfrentados, resultados alcançados e impacto na formulação de políticas públicas.

Análise Qualitativa de Dados

Os dados coletados através da revisão bibliográfica, análise documental e estudos de casos foram analisados qualitativamente utilizando técnicas de codificação temática. A análise foi conduzida com o objetivo de identificar padrões, tendências e relações entre os movimentos sociais e suas influências na democracia e nas instituições políticas. A triangulação de dados de múltiplas fontes garantiu a robustez e a validade das conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa revelam a complexa e multifacetada relação entre movimentos sociais e a política institucional, destacando como esses movimentos influenciam a democracia contemporânea. A seguir, discutimos os principais achados organizados em torno dos temas principais identificados na análise.

Os movimentos sociais analisados demonstraram uma capacidade notável de mobilizar recursos e engajar cidadãos em suas causas. Utilizando a Teoria da Mobilização de Recursos, observamos que movimentos como o dos direitos civis nos Estados Unidos conseguiram mobilizar não apenas recursos financeiros, mas também capital humano e social. A capacidade de organizar grandes manifestações e campanhas de sensibilização foi crucial para seu sucesso. Este achado corrobora a visão de McCarthy e Zald (1977), que argumentam que a mobilização eficiente de recursos é fundamental para a sobrevivência e eficácia dos movimentos sociais.

Um dos resultados mais significativos desta pesquisa é a capacidade dos movimentos sociais de influenciar a agenda política. Através da análise documental e dos estudos de caso, ficou claro que movimentos como o feminista e o ambientalista conseguiram trazer questões antes marginalizadas para o centro das discussões políticas. Por exemplo, o movimento feminista global tem sido instrumental na introdução de políticas de igualdade de gênero em diversos países. Este impacto é consistente com a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas de Tarrow (1998), que sugere que os movimentos sociais podem aproveitar janelas de oportunidade política para promover suas demandas.

Os movimentos sociais também demonstraram eficácia em promover reformas legislativas e mudanças institucionais. A análise dos documentos legislativos revelou que muitas das reformas significativas em áreas como direitos civis, igualdade de gênero e proteção ambiental foram diretamente influenciadas por pressões de movimentos sociais. Por exemplo, a Lei dos Direitos Civis de 1964 nos Estados Unidos foi um resultado direto das pressões exercidas pelo movimento dos direitos civis. Este achado reforça a ideia de que os movimentos sociais podem atuar como agentes de mudança dentro das instituições políticas.

Desafios e Resiliência

Apesar de seu impacto positivo, os movimentos sociais enfrentam inúmeros desafios. A repressão governamental e a fragmentação interna foram identificadas como obstáculos significativos. Entrevistas com ativistas revelaram que a repressão pode variar desde a censura até a violência física, dependendo do contexto político. No entanto, a resiliência demonstrada por esses movimentos é notável. Movimentos como o pró-democracia em Hong Kong, apesar da severa repressão, continuaram a mobilizar apoio e a desafiar as autoridades. Este comportamento resiliente é alinhado com a literatura que destaca a adaptabilidade dos movimentos sociais frente à adversidade.

O Papel das Tecnologias Digitais

A análise dos dados também destacou o papel crescente das tecnologias digitais na organização e mobilização dos movimentos sociais. Plataformas de mídia social como Twitter, Facebook e Instagram têm sido ferramentas poderosas para disseminar informações, mobilizar apoio e organizar protestos. O uso dessas plataformas permite que movimentos atinjam um público global e organizem ações rapidamente. No entanto, a pesquisa também identificou riscos associados, como a disseminação de desinformação e a vigilância governamental. Estes achados sugerem que, embora as tecnologias digitais

ofereçam novas oportunidades para os movimentos sociais, também apresentam novos desafios que precisam ser cuidadosamente geridos.

Discussão

Os resultados desta pesquisa confirmam a importância dos movimentos sociais como atores críticos na promoção da democracia e na transformação da política institucional. Os movimentos sociais não apenas incentivam a participação cidadã, mas também moldam agendas políticas e provocam mudanças institucionais significativas. A capacidade de mobilizar recursos, influenciar a agenda política e promover reformas legislativas demonstra a eficácia desses movimentos na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A discussão também aponta para a necessidade de os movimentos sociais se adaptarem continuamente às mudanças no ambiente político e tecnológico. A era digital oferece novas ferramentas e oportunidades, mas também impõe novos desafios que os movimentos sociais devem superar para continuar sendo eficazes.

Finalmente, a resiliência dos movimentos sociais frente à repressão destaca a importância de solidariedade internacional e apoio contínuo. A comunidade global deve reconhecer e apoiar os esforços dos movimentos sociais, particularmente em contextos onde os direitos civis e políticos estão sob ameaça.

Os achados desta pesquisa sublinham a relevância dos movimentos sociais na construção de democracias vibrantes e na promoção de políticas mais inclusivas e justas. O estudo contribui para uma compreensão mais profunda dos mecanismos através dos quais os movimentos sociais operam e influencia a política institucional, oferecendo insights valiosos para acadêmicos, formuladores de políticas e ativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais têm um papel essencial na promoção e no fortalecimento da democracia contemporânea, assim como na transformação das políticas institucionais. Este artigo examinou diversas teorias sobre a emergência e o funcionamento desses movimentos, incluindo a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas. Cada teoria oferece uma perspectiva única sobre a formação e as estratégias dos movimentos sociais.

Primeiramente, os movimentos sociais são fundamentais para a mobilização popular e o engajamento cívico. Eles incentivam a participação ativa dos cidadãos, muitas vezes envolvendo indivíduos e grupos que de outra forma poderiam permanecer à margem da política institucional. Esse engajamento é vital para a saúde democrática, pois fomenta uma cultura de participação e conscientização cívica. O capital social gerado pela participação em movimentos sociais é essencial para uma democracia robusta, promovendo redes de confiança e cooperação que sustentam a vida democrática.

Além disso, os movimentos sociais desempenham um papel significativo na criação de agendas políticas. Eles trazem à tona questões negligenciadas ou sub-representadas, moldando a percepção pública e pressionando os decisores políticos a agir. Os movimentos

sociais influenciam a agenda política ao moldar problemas e soluções, atuando como agentes de mudança que desafiam narrativas dominantes e propõem alternativas viáveis. Exemplos históricos, como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e o movimento feminista global, ilustram como a pressão popular pode resultar em reformas legislativas significativas que promovem justiça e igualdade.

Na esfera institucional, os movimentos sociais têm o poder de provocar mudanças substanciais. Eles podem influenciar a criação e a reformulação de políticas públicas, levando a reformas legislativas e mudanças em práticas governamentais. Movimentos como o ambientalista, que têm conseguido avanços significativos em políticas de sustentabilidade e proteção ambiental, demonstram a capacidade dos movimentos sociais de afetar diretamente a política institucional. Essas mudanças são frequentemente o resultado de campanhas de advocacia bem-sucedidas, mobilizações populares e alianças estratégicas com atores políticos influentes.

Os desafios enfrentados pelos movimentos sociais, como repressão governamental e fragmentação interna, são significativos. Governos autoritários frequentemente recorrem à força, censura e outras formas de repressão para suprimir movimentos que ameaçam o status quo. No entanto, a resistência persistente e a solidariedade internacional podem ajudar a mitigar esses efeitos e continuar a pressão por mudanças. Internamente, os movimentos sociais precisam manter a coesão e evitar divisões que possam comprometer sua eficácia. A construção de coalizões fortes e a promoção de um diálogo inclusivo são essenciais para superar esses desafios.

A era digital oferece novas oportunidades para os movimentos sociais em termos de comunicação, organização e mobilização. Plataformas de mídia social permitem que movimentos alcancem um público global e mobilizem apoio rapidamente. No entanto, essas plataformas também apresentam desafios, como a disseminação de desinformação e a vigilância governamental. Os movimentos sociais devem navegar cuidadosamente nesse novo ambiente digital, utilizando suas vantagens enquanto mitigam seus riscos.

Em suma, os movimentos sociais são atores fundamentais na dinâmica democrática e na política institucional. Eles promovem a participação cidadã, moldam agendas políticas e provocam mudanças institucionais significativas. Embora enfrentem diversos desafios, os movimentos sociais continuam a ser uma força poderosa para a mudança social e política. Seu impacto duradouro e significativo na sociedade demonstra a importância de apoiar e fortalecer esses movimentos como pilares essenciais de uma democracia vibrante e justa. O estudo contínuo e o entendimento profundo dos movimentos sociais são, portanto, cruciais para o desenvolvimento de sociedades mais equitativas e democráticas.

REFERÊNCIAS

Fraser, N. (1990): Este texto foi mencionado para destacar o papel dos movimentos sociais na luta por justiça redistributiva e reconhecimento.

Kingdon, J. W. (1984): Utilizado para ilustrar como os movimentos sociais influenciam a agenda política.

Melucci, A. (1989): Citado no contexto dos novos movimentos sociais e suas características.

Putnam, R. D. (2000): Mencionado para discutir o impacto dos movimentos sociais no capital social e na vitalidade democrática.

Tarrow, S. (1994, 1998): Referido várias vezes para discutir a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas e o impacto dos movimentos sociais na política.

Touraine, A. (1981): Utilizado para discutir a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Zald, M. N., & McCarthy, J. D. (1977): Citado no contexto da Teoria da Mobilização de Recursos.

Tessitura de Saberes: educação popular e protagonismo do movimento popular de bairro de Imperatriz

José Ricardo Brito Sales

RESUMO

O projeto “*Tessitura de Saberes: protagonismo popular e educação*” nasceu da necessidade de discutir o engajamento em lutas sociais por meio de práticas populares. O projeto está focado em discutir ações políticas na cidade de Imperatriz, localizada na Amazônia, que é palco de diversas lutas sociais tanto na zona urbana como na zona rural. O projeto se concentra nas lideranças dos movimentos sociais que se destacaram na cidade por meio de ações coletivas de caráter sócio-político que buscaram formas distintas de organização e expressão de demandas. Para realizar a pesquisa, foram realizados encontros e rodas de conversa com lideranças, utilizando abordagem qualitativa, além de consultas documentais e entrevistas guiadas. A análise dos depoimentos foi feita por meio da análise de conteúdo. O objetivo da pesquisa é produzir um arquivo de história oral formado pela coleta de depoimentos que contribuam para compreender a luta organizada em torno da comunidade da Vila Conceição em Imperatriz/MA. A proposta de extensão tem como foco a prática do movimento popular e a reflexão sobre essa prática, demonstrando a potencialidade de transformar indivíduos em sujeitos históricos capazes de ressignificar tanto o espaço individual como coletivo a partir de uma perspectiva da educação popular.

Palavras-chave: ação política; movimentos sociais; sujeitos históricos.

ABSTRACT

The project “*Tessitura de Saberes: popular protagonism and education*” was born from the need to discuss engagement in social struggles through popular practices. The project is focused on discussing political actions in the city of Imperatriz, located in the Amazon, which is the scene of several social struggles both in the urban and rural areas. The project focuses on the leaders of social movements that stood out in the city through collective actions of socio-political character that sought different forms of organization and expression of demands. To carry out the research, meetings and conversation circles with leaders were held, using a qualitative approach, as well as documentary consultations and guided interviews. The analysis of the testimonials was made through content analysis. The objective of the research is to produce an oral history archive formed by the collection



of testimonies that contribute to understand the struggle organized around the community of Vila Conceição in Imperatriz/ MA. The extension proposal focuses on the practice of the popular movement and the reflection on this practice, individuals into historical subjects capable of resignifying both the individual and collective space from a perspective of popular education.

Keywords: political action; social movements; historical subjects.

INTRODUÇÃO

O presente projeto teve como objetivo contribuir para a discussão sobre a prática social e o engajamento nas lutas populares, envolvendo a comunidade na construção de uma nova história social. O estudo aborda a ação política desenvolvida na periferia urbana de Imperatriz, uma cidade localizada na Amazônia Oriental, palco de intensas lutas sociais nos espaços rural e urbano.

O rápido crescimento urbano de Imperatriz é resultado do processo de urbanização brasileira dos últimos quarenta anos. A implementação dos planos de desenvolvimento para a Amazônia resultou em discussões diversas nos campos das elites e dos movimentos sociais. No entanto, o foco deste projeto são as lideranças dos movimentos sociais, que se destacaram no espaço das lutas sociais urbanas na cidade de Imperatriz, realizando ações coletivas de caráter sócio-político.

Os Movimentos Sociais são espaços de aprendizagem que contribuem para uma nova cultura política, de acordo com Gohn (2014, p.76). Por isso, é importante unir o saber popular e o saber acadêmico por meio de um trabalho de extensão universitária que articula a experiência vivida por lideranças do movimento social com o conhecimento acadêmico. Além disso, esse trabalho pode registrar a memória dos movimentos sociais e contribuir para a articulação desses dois saberes.

Focamos na prática cotidiana das lideranças dos movimentos, na criação de identidades, verificando os matizes formadores desses como sujeitos históricos, capazes de formar e alterar a realidade local, de forma particular e coletiva, através da formação permanente por meio da práxis e consciência de classe que fomenta a luta popular.

Dessa forma, o estudo realizado com esses grupos, nos permitiu verificar o potencial transformador da educação popular na formação de lideranças do movimento popular de Bairro de Imperatriz, além de registrar as experiências e trajetórias dessas lideranças entre o período das décadas de 80 e 90 do séc. XX, temporalidade fundamental para compreender as mudanças sociais na cidade de Imperatriz.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido por meio da realização de encontros e entrevistas com lideranças dos movimentos sociais populares de Imperatriz, a começar por Maria Querobina, liderança camponesa das quebradeiras de coco e fundadora da Vila Conceição em Imperatriz.

Inicialmente fizemos um levantamento do contexto histórico da formação dos Novos Movimentos Sociais de forma geral e específica do recorte proposto pelo projeto. Posteriormente analisamos as categorias que determinaram as razões para a necessidade do surgimento desses Movimentos Sociais.

Assim sendo, utilizamos uma abordagem qualitativa com as lideranças envolvidas nos movimentos populares estudados, objetivando uma extensa reflexão sobre os movimentos desde o contexto de sua formação até a situação presente da sua atividade. Assim tivemos elementos orais que possibilitaram uma sequência cronológica dos fatos dentro da linha temporal do recorte proposto (Teixeira, 2005, p. 137).

Para fundamentar a pesquisa nos utilizamos de pesquisas documentais, nas quais serviram de guia para as entrevistas estruturadas aos indivíduos estudados a partir de suas experiências e trajetórias vividas dentro das delimitações estabelecidas no projeto em questão. Assim, a pesquisa das fontes primárias e outras ligadas indiretamente ao tema do Movimento Popular de Bairros de Imperatriz nos proporcionou o mapeamento das lideranças a serem estudadas e a seleção daqueles que poderiam nos fornecer importantes informações para compreender o papel das lideranças na formação popular dos agentes envolvidos nos movimentos.

Logo, a ideia era formar grupos de conversas em encontros previamente delimitados. Inicialmente o encontro fora feito com lideranças fundadoras da Vila Conceição de Imperatriz, onde compartilharam suas experiências na fundação do assentamento, além dos fatores que antecederam à fundação, trajetórias de vida, lutas políticas e sociais. Nesse caso, cabe destacar o papel de Maria Querobina como liderança formadora desse grupo.

Todo o material coletado passou por um processo de análise, através da análise de conteúdo, a partir da concepção feita por Bardin (1977), assim, a autora propõe três fases de análise: pré-análise, exploração, tratamento e interpretação. Como categorias de análise utilizamos a educação popular, partindo das obras de autores da área e conjunto com o material coletado nas entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Imperatriz experimentou uma rápida urbanização durante os anos 60 devido a iniciativas que almejaram desenvolver a região amazônica e superar o isolamento experimentado durante a primeira metade do século XX. O projeto de construção da Belém-Brasília, uma estrada que ligaria a capital federal ao norte do país, foi o principal impulsionador do desenvolvimento da cidade. De acordo com Adalberto Franklin, essa empreitada “teve um efeito imediato na aparência e na qualidade de vida de Imperatriz” (Franklin, 2008).

Segundo Barbosa (2006), a chegada de milhares de trabalhadores transformou a paisagem urbana e rural da cidade, e o Maranhão estava inserido em um processo de reestruturação global do capitalismo que envolvia relações de centro e periferia. Durante a segunda metade do século XX, com o avanço do Programa Grande Carajás, muitos projetos de mineração, agropecuária e reflorestamento foram desenvolvidos em todo o estado.

Devido à conivência das elites locais que controlavam o estado, houve uma verdadeira diáspora regional que empurrou os trabalhadores de suas terras natais para os centros urbanos em busca de sobrevivência. Nessa perspectiva, Imperatriz tornou-se o destino de muitos trabalhadores que perderam suas terras para grandes grupos empresariais, o que aumentou significativamente sua população, de 39.169 habitantes em 1960 para 220.095 pessoas nos anos 1980 (Franklin, 2008).

Apesar do grande aumento populacional registrado em Imperatriz como consequência dos projetos de desenvolvimento no estado, o espírito de luta e organização dos trabalhadores rurais e urbanos não foi anulado. As memórias de expropriações e perseguições sofridas pelos trabalhadores, consolidadas em cada adulto e criança, impulsionaram a organização dos trabalhadores em Movimentos Sociais. Esses movimentos foram fundamentais para moldar a paisagem urbana e rural de Imperatriz, bem como das cidades que surgiram desse município inchado.

Através de uma educação popular não formal, mas profundamente enraizada na realidade concreta em que estavam inseridos, os Movimentos Sociais foram responsáveis por construir uma consciência de classe entre os trabalhadores. Como afirmou Gohn (2014), esses movimentos foram “espaços de aprendizagem que se reproduzem a partir de uma vivência e experiência, no sentido de uma educação não formal, [e] contribuem para uma nova cultura política. Florestan Fernandes (2012), por sua vez, dizia que, “com referência a Cuba, a teoria sempre andou atrás da prática”.

O saber popular produzido por homens e mulheres a partir de suas vivências na construção de Movimentos Sociais organizados foi fundamental para moldar uma intelectualidade engajada e comprometida com a cidade. Segundo Sirinelli (1996), essa intelectualidade não deveria ser contraposta ao pensamento acadêmico, mas sim se articular com ele. Para isso, os atores dos Movimentos Sociais precisam ingressar na Academia e construir um pensamento formal ancorado nas experiências de luta da população, visando a libertação do povo.

No que se refere à educação popular e sua importância para o protagonismo dos movimentos populares de bairro, é relevante começar a discussão com uma definição conceitual. Como alerta Brandão (2006), a educação popular é um processo geral de reprodução do saber como educação da comunidade. As ideias de educação popular pressupõem que homens e mulheres são seres que, de forma dialética, aprendem e ensinam enquanto aprendem e ensinam. Freire (1996) destaca a importância de aprender para ensinar, conhecer e intervir, ressaltando que a prática educativa deve ser vista como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia.

A Educação Popular no Brasil surge a partir da década de 60, vinculada aos Movimentos Sociais. Esses movimentos incorporaram a Educação Popular como um movimento de educadores e como uma prática profissional e militante que adotava as teorias e práticas da cultura popular. Em Imperatriz, o Movimento Popular de Bairro não pode ser compreendido sem a perspectiva da Educação Popular, já que todo o processo de construção do movimento foi orientado por essa visão, tanto pela forte presença do próprio movimento como um sujeito histórico quanto pela presença de suas lideranças, que foram forjadas no conjunto das lutas construídas no processo. Essas lideranças

desempenham funções que se alternam entre “formadores e formandos” e “educadores militantes”. A Educação Popular é vista como uma orientação de libertação que tem como objetivo estimular as potencialidades do povo por meio da conscientização, capacitação e ampla participação social.

Para se compreender melhor os Movimentos Sociais, é necessário um debate mais profundo sobre seu conceito, sua formação e sua dinâmica interna e seu protagonismo social. Historicamente, foram produzidas diferentes compreensões de Educação Popular, mas no contexto de Imperatriz, ela é vista como um elemento central para o Movimento Popular de Bairro. Nesse sentido, é importante destacar que a Educação Popular não deve ser vista apenas como um processo de ensino e aprendizagem, mas como uma prática política que busca transformar a realidade social. A partir dessa perspectiva, os Movimentos Sociais podem ser compreendidos como espaços de luta que visam a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos Movimentos Sociais de Bairro na dinâmica urbana deve ser reconhecida. É essencial aprender com as trajetórias, experiências e memórias dos atores e lideranças populares que contribuíram para construir esses movimentos populares, pois eles são verdadeiros intelectuais da práxis. Em momentos de inflexão do capital, trabalhadores urbanos e rurais são os mais afetados, enquanto os órgãos estatais protegem as elites. A organização popular, através da educação popular, é crucial para mobilizar e organizar a população. A memória coletiva produzida por esse trabalho pode ser um forte elo entre trabalhadores e a Universidade, onde a ligação simbiótica possibilitará fortalecer as lideranças atuais e formar novos intelectuais capazes de intervir nas disputas de poder a partir do fortalecimento dos Movimentos Sociais.

Para compreender a dinâmica urbana, é fundamental reconhecer a relevância dos Movimentos Sociais de Bairro. Aprendendo com a trajetória, experiências e memórias de atores e lideranças populares, pode-se obter conhecimento valioso, já que eles são verdadeiros intelectuais da práxis. Em momentos de crise econômica, os trabalhadores urbanos e rurais são os mais afetados, enquanto os órgãos estatais costumam proteger as elites. A organização popular, por meio da educação popular, é crucial para mobilizar e organizar a população. A memória coletiva gerada por esse processo pode servir como um forte elo entre trabalhadores e a Universidade, fortalecendo as lideranças existentes e formando novos intelectuais. A partir do fortalecimento dos Movimentos Sociais, esses intelectuais poderão intervir nas disputas de poder.

A importância dos Movimentos Sociais de Bairro e da Educação Popular no contexto urbano é um tema complexo e multifacetado. Nesse sentido, é fundamental considerar alguns aspectos. Primeiramente, é preciso destacar a natureza dinâmica e viva das cidades. As cidades estão em constante transformação e crescimento, e muitas vezes, esse crescimento ocorre sem um planejamento adequado, o que acaba prejudicando a qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, os Movimentos Sociais de Bairro surgem como importantes atores no cenário urbano, na medida em que lutam por melhores condições de vida, pelo acesso a serviços públicos de qualidade, e por uma cidade mais justa e igualitária. Através da organização popular, esses movimentos buscam mobilizar as comunidades para a luta por seus direitos, e para a construção de um projeto de cidade que contemple as necessidades das camadas populares.

A Educação Popular surge nesse contexto como uma ferramenta fundamental para a organização e mobilização popular. A partir da compreensão de que o conhecimento não é algo dado e acabado, mas sim produzido e reproduzido nas relações sociais, a Educação Popular busca estimular a participação ativa das pessoas na construção do conhecimento, e na transformação da realidade. A partir do diálogo entre as experiências populares e o conhecimento científico, a Educação Popular busca produzir um saber crítico e transformador, que possa contribuir para a construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

Por fim, é importante destacar que a Educação Popular não pode ser vista de forma isolada, mas sim como parte de um processo mais amplo de luta social. Os Movimentos Sociais de Bairro, ao se articularem com outros movimentos populares, e ao se unirem em torno de uma agenda comum, podem constituir uma força social capaz de disputar os espaços de poder, e de construir uma cidade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a Universidade pode desempenhar um papel importante, na medida em que pode se colocar a serviço da luta popular, contribuindo para a formação de novas lideranças, e para a produção de conhecimento crítico e transformador. A partir da articulação entre os Movimentos Sociais de Bairro, a Educação Popular, e a Universidade, é possível construir uma agenda de luta que contemple as necessidades das camadas populares, e que possa contribuir para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Z. M. **Transformações Econômicas Políticas e Sociais do Maranhão Contemporâneo in: Terezinha Moreira Lima. (Org.). Desenvolvimento, Poder e Cultura Política.** São Luís: UEMA, 2006, v.1, p. 47-64.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais in: RÉMOND, René. Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Ed. FGV, 1996.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

O papel ético do profissional contábil no setor público

Italo Bohumil Cavalcante Caetano

Graduando do curso de Ciências contábeis da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares

Doutor em Administração e Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

RESUMO

O presente estudo tem, o escopo de apresentar as dificuldades suportadas pelo profissional contábil em relação à Ética, no serviço público, tendo sido baseado nas diversas perspectivas de autores e filósofos clássicos da filosofia ocidental. Portanto, esta pesquisa apresenta a importância da Ética na formação e no exercício da profissão contábil e sua atuação no serviço público. Com o intuito de o mercado dispensar novas oportunidades, faz-se necessário a dedicação e integridade para com os clientes, colegas de classe, em suma, toda a sociedade. Com esta pesquisa, pode-se perceber que o assunto requer a evolução do profissional contábil, em principal a figura do contador, no mercado de trabalho e descreve a importância do profissional, estabelecendo aspectos de sua atuação e o ofício prestado ao serviço público. Aponta ainda que as formas que a ética e a moral se comunicam na atuação do profissional no serviço público pelo profissional contábil.

Palavras-chave: ética; contador; serviço público.

ABSTRACT

This study focuses on the challenges facing the accounting profession and practice. This comprehensive work introduces the concept of ethics based on the concepts of various authors and scholars. Thus, the study shows the importance of ethics in the structure and work of the accounting profession, as well as the market, which in the provision of public services must come into contact with customers, partners and society. The study shows that the development project of accountants in the labor market leads the profession, which confirms the characteristics of your work and work. It also shows how to apply its methods and techniques to the work carried out by accountants in the public sector.

Keywords: ethics; accountant; public service.



INTRODUÇÃO

Para compreender a ética profissional, é essencial explorar a origem da ética e da moral, dois conceitos frequentemente confundidos. A ética se desenvolveu a partir das relações sociais humanas, refletidas no comportamento e na convivência. Segundo o dicionário da língua portuguesa, ética é:

Ramo da filosofia que tem por objetivo refletir sobre a essência dos princípios, valores e problemas fundamentais da moral, tais como a finalidade e o sentido da vida humana, a natureza do bem e do mal, os fundamentos da obrigação e do dever, tendo como base as normas consideradas universalmente válidas e que norteiam o comportamento humano (Michaelis, 2024).

Esta definição destaca que a ética se baseia nas escolhas aceitas por uma sociedade ou grupo social específico.

Para aprofundar o entendimento sobre ética, é imperativo mencionar filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, defensores da ética e da moral. Eles argumentavam que a conduta humana deveria buscar o equilíbrio, promovendo a virtude e a retidão moral orientada pela ética. Para Platão, a cidade é o domínio da vida moral, onde a ética se integra à política.

A ética platônica alinhava seus princípios com a realidade social e política da época. Na Idade Clássica, a preocupação era com a conduta humana, o caráter do indivíduo e seus costumes, aspectos denominados como moral, com virtude e honestidade como fundamentos das ações humanas. Na Idade Média, a Igreja Cristã assumiu a responsabilidade de definir os aspectos éticos e morais da sociedade ocidental, através da interpretação das escrituras sagradas, estabelecendo os dogmas da Igreja Católica como base para a nova ética.

A ética permeia diversas ciências e sociedades. Uma sociedade não pode adotar uma postura punitiva em relação à ética sem aprender com seus erros ou atuar com parcialidade. A conduta ética e moral deve ser mantida tanto em nossas relações interpessoais quanto profissionais. O código de ética é presente na quase totalidade das profissões regulamentadas. No caso do profissional contábil, é necessário aderir a diversos normativos legais que abrangem direito tributário, fiscal, empresarial, entre outros, além do código de ética da profissão contábil.

Os códigos de conduta ética normatizam as relações entre indivíduos da mesma classe profissional e suas interações com a sociedade. Ao ser aprovado, o código de ética passa a ser um instrumento regulador legal do ponto de vista jurídico. A violação das regras da ética profissional sujeita o infrator a sanções administrativas. O poder de regulamentar, fiscalizar e aplicar sanções, derivado dos códigos de ética, é delegado pelo Estado aos conselhos de classe.

Portanto, não são apenas as políticas impostas pelo código de ética profissional ou organizacional que direcionam as ações profissionais, mas uma combinação dessas práticas com crenças e princípios moldados pelas relações sociais com família e sociedade. É crucial entender o papel do código de ética para o profissional contábil, bem como a importância do Conselho Federal de Contabilidade¹ como órgão orientador e regulador da

¹ *Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público, criado e regido por legislação específica, o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.*

conduta profissional. A Teoria do Utilitarismo², por exemplo, sugere que a conduta ética deve ser fundamentada no critério do maior benefício para a sociedade. A ética surge como direcionador da conduta humana, tanto no contexto familiar quanto na sociedade e na vida profissional, auxiliando o indivíduo a decidir entre o bem e o mal, entre o certo e o errado.

A metodologia aplicada ao estudo é a qualitativa, vez que trata sobre as especificidades destes tipos e incidentes normativos; tem o método sistêmico forma de desenvolvimento, sendo assim busca compreender a realidade de um fato e apresentar uma perspectiva do tema; foi aplicada a via explicativa, pois optamos por explicar um fenômeno da realidade; e sua forma de coleta de dados, pauta-se pela revisão bibliográfica, utilização de artigos a partir de sítios eletrônicos como o Google Acadêmico, sites especializados como o Google Acadêmico, o Conselho Federal de Contabilidade, a Ibracon – Instituto de Auditores Independentes do Brasil, como também revistas e jornais contábeis.

O presente estudo está estruturado começando pela sua introdução e sua metodologia, em sequência apresenta o que seria de forma sintética uma noção da etimologia de ética, seguindo para apresentar variadas perspectivas quanto à diversas conceituações de éticas, dando continuidade traz as características qualitativas desse tipo informação, seguindo por apresentar o código de ética do profissional contábil, por conseguinte disserta a importância da atuação do profissional contábil no setor público, em seguida trata da aplicação da ética e moral ao contador, finda com as considerações finais da pesquisa e as suas referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra ética tem origem grega (ethos), que significa caráter (Lisboa, 1997). A ética é uma área de estudo que retrocede aos tempos antigos e tem suas raízes nas reflexões filosóficas dos pensadores da Grécia Antiga, como Sócrates, Platão e Aristóteles. Esses filósofos buscavam entender e definir o que é moralmente correto ou incorreto e como os indivíduos devem agir em diferentes situações.

A incorporação da ética no âmbito profissional teve início com o reconhecimento de que determinadas profissões possuem responsabilidades específicas para com a sociedade e os clientes ou usuários dos serviços. Ao passo que as profissões se desenvolveram e se tornaram mais complexas e especializadas, surgiram códigos de ética profissionais para orientar o comportamento e a conduta dos praticantes dessas profissões.

No serviço público, a prática da ética remonta a tempos antigos, com exemplos de preocupações éticas e morais na governança e administração pública. No cenário atual, a ética no serviço público ganhou maior ênfase a partir do desenvolvimento de regulamentos, códigos de conduta e leis que regem a conduta dos servidores públicos. Esses documentos estabelecem diretrizes éticas e responsabilidades para os funcionários públicos, promovendo a transparência, a imparcialidade, a integridade e a responsabilidade na administração pública.

É importante destacar que a ética no serviço público é um tema em constante

² Teoria sobre os fundamentos da conduta moral e sobre o critério que, em última análise, permite-nos avaliar e julgar as ações que praticamos, as condutas que devemos seguir e as normas que devemos adotar no curso de nossa vida.

evolução, influenciado pelos valores culturais, políticos e sociais de cada época. Com a ampliação da complexidade e das demandas da administração pública, a ética no serviço público tornou-se cada vez mais imprescindível para garantir a confiança e a legitimidade das instituições governamentais.

É de suma importância o papel ético do contador no serviço público e em qualquer cenário, seja internacional, nacional ou local. A contabilidade é uma profissão essencial para garantir a integridade, a transparência e a responsabilidade financeira das entidades e instituições públicas, contribuindo para a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Em todas as esferas – internacional, nacional e local – o papel do contador no serviço público abrange a responsabilidade de manter registros financeiros precisos, fornecer informações transparentes e confiáveis, identificar e evitar fraudes, garantir a efetivação das normas contábeis e promover uma consciência de integridade e ética dentro da organização governamental. Essas ações contribuem para o fortalecimento da confiança do público nos serviços públicos e na gestão eficiente dos recursos públicos.

Conceituação de Ética

Em consonância ensina Cortina e Martinez (2005), a ética “vem do grego *ethos*, originalmente tinha o sentido de ‘morada’, ‘lugar em que se vive’ e por conseguinte ressignificou-se como ‘caráter’, ‘modo de ser’ que se vai adquirindo durante a vida”.

Em termos amplos, o conceito de ética surge como um estudo do comportamento humano. A ética pode ser vista como uma ciência que investiga e propõe melhorias nos níveis de comportamento presentes nas atitudes humanas, tendo como principal objetivo analisar as circunstâncias das relações entre as pessoas.

Para Campos, Michl Greik e Do Vale (2008), a ética:

Pode ser definida como um conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam, ou chamam a si a autoridade de guiar, as ações de um grupo em particular (moralidade), ou, também, o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir (filosofia moral).

A ética busca refletir sobre a ação humana para propor um conjunto mais justo de atitudes, ideias, valores, princípios e concepções utilizados por um grupo humano. Hoje, a ética enfatiza a postura e as condutas pessoais, assim como a necessidade de racionalizar os atos.

Uma perspectiva filosófica vê a ética como um campo de investigação que busca compreender os fundamentos da moral. Outra, mais prática, a considera como um conjunto de normas que orientam o comportamento humano. “Trata-se do estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana, passível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto” (Ferreira, 1977).

Segundo a ética de Aristóteles, toda ação humana tem seu escopo, a execução de algum bem interligado ao binômio bem-felicidade; o bem age sobre o agente e tem o caráter de causa final. Aristóteles formulou conceitos éticos a partir das ideias de bem de Sócrates e Platão, deixando legados morais que influenciaram outros filósofos a definir a

ética. “A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas não são fáceis de se explicar quando alguém pergunta” (Valls, 1995).

Adolfo Sanches Vásquez (1990) afirma:

A Ética é a investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma do comportamento dos homens, o da moral, considerando, porém, na sua totalidade e diversidade [...] o valor da Ética como teoria está naquilo que explica e não no fato de prescrever e recomendar com vistas à situação concreta [...]. A Ética parte do fato da existência da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo com seus respectivos valores, princípios e normas.

Já o autor Lopes Sá (2000) diz que:

A Ética é um estado de espírito quase hereditário e vem da formação e do meio social no qual a criança teve sua personalidade moldada, burilada para ingressar no convívio da sociedade, que é o que popularmente se denomina berço; e moral é adquirida por meio da educação formal e da experiência de vida.

Como citado por Arruda, Whitaker e Ramos (2001): a ética “pode ser entendida como a ciência voltada para o estudo filosófico da ação e conduta humana, considerada em conformidade ou não com a reta razão”.

A história da ética não se alude exclusivamente à ideia de moral, pois busca perquirir os deveres e dar azo as decisões que os resultados incidem sobre as ações nos outros. O estudo do que é certo ou errado, aplicando padrões morais à ética, resta predominante acerca das normas socialmente admitidas.

Portanto, podemos afirmar que a ética e a moral são frequentemente confundidas, pois compartilham princípios, mas possuem significados distintos. “Ética é a parte da filosofia que estuda a integridade das atitudes humanas enquanto livres e ordenados a seu fim último”. A ética é entendida como um ramo da filosofia que estuda o comportamento humano sob a visão da moral, regulando comportamentos individuais e sociais de várias culturas ao longo da história (Arruda; Whitaker; Ramos, 2001).

Essas considerações refletem a ambição humana de sempre buscar mais e nunca se contentar com a situação atual. A obsessão por alcançar o topo, que muitas vezes é ilusório, leva as pessoas a ultrapassar certos limites sem considerar as consequências. Por isso, normas éticas são necessárias, precedendo as leis, pois o conteúdo justo ou injusto das leis, assim como seu respeito e acatamento, são de natureza ética.

Recentemente, a questão da ética nas profissões tem ganhado destaque na imprensa brasileira e internacional, com eventos envolvendo diversos profissionais liberais, incluindo políticos e empresários. Um profissional comprometido com a ética não se corrompe, mesmo em ambientes onde a má ética é praticada. Ele deve ser inteiramente honesto, pois a transgressão dos princípios da honestidade prejudica não só seu usuário, mas toda uma classe e a sociedade em geral. As leis de cada profissão protegem tanto os profissionais quanto os indivíduos que dependem deles, fazendo da ética profissional um conjunto de normas que regem a prática de qualquer profissão.

A base de toda profissão é a virtude presente no profissional e na prática. O filósofo Aristóteles afirmou que a “ação virtuosa é indissociável do caráter do agente”, propondo três condições para caracterizá-la: “fazê-la de modo consciente, deliberado e a partir da firmeza do caráter”.

Paradigmas da Ética Pública

Apesar dos diferentes propósitos das correntes éticas, todas elas trabalham com a ideia de que explicam o comportamento humano em termos de ética e valores. Liberdade, verdade, responsabilidade, justiça e justiça social aparecem como novos princípios éticos que são vistos nos parâmetros sociais. As questões éticas são dilemas entre o certo e o errado, e as consequências dos padrões de comportamento afetam os tipos de comportamento que podem ser observados a nível individual ou de grupo.

Bobbio (2004) enfatiza a dignidade como forma clássica de democracia, em seus discursos utiliza a cidadania como palavra-chave que se refere ao reconhecimento e ao respeito entre indivíduos. Consoante Martins (2000), o conceito de cidadania transcende as características de se ver como consumidor ou consciente de direitos e obrigações e agrega o papel político e o papel do ator para mudar as principais estruturas e estruturas que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

Em termo de políticas públicas, consoante Bardach (2009), o objeto de análise é a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos e, usualmente, tanto o processo quanto os resultados de políticas públicas envolvem gama de profissionais e diversos de interesse. Assim, ao conceber a noção de organização humana em sociedade, a dimensão política evidencia-se. Não só porque a política é a ciência cujo escopo se atina em organizar, governar e administrar, contudo e sobretudo, por ter como elemento central de análise o próprio ser humano em sociedade. Bini (1996) argumenta que essa dependência direta que a política mantém da ética e da ontologia é crucial para o desenvolvimento de uma nação mais justa e equânime. Ele sugere que a ética não apenas serve como uma ferramenta estratégica para o progresso, mas também é fundamental para o fortalecimento das instituições que abordam questões produtivas, políticas e sociais.

Dessarte, é papel dos governos atuarem para prover o bem-estar coletivo construído politicamente e respaldado pelas instituições. Os sistemas éticos impedem o deslocamento de direitos entre as esferas pública e privada. Segundo Jaguaribe (2008), as demandas do homem moderno deveriam ser apresentadas como “uma livre opção, pelo homem, da reconstrução racional e equitativa do mundo humano”, mas esta visão “é tão improvável quanto indispensável e perfeitamente factível”.

Os comentários de Girardin (2012) nos lembram que o valor percebido é sempre um objeto desejado. Mas quando os interesses se tornam menos específicos, tornam-se menos específicos e tornam-se “interesses e valores comuns”. Na política, o valor sem dinheiro é tão mau como o dinheiro grátis, ambos são necessários e representam um conflito criativo entre os dois. A política pode ser vista como um vetor de três elementos: forma simbólica; Gestão e controle. Portanto, o processo político deve prestar igual atenção a todas as três áreas, não as confundir e não procurar ligações úteis entre elas. Também é uma solução a partir de poder limitado.

O Código da Ética do Profissional Contábil

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019³, o código de ética preconiza que o profissional de ciências contábeis deve exercer

³ Código de Ética Profissional do Contador.

sua profissão com esmero, diligência, atenção, empenho e capacidade técnica, observando as normas brasileiras de contabilidade e a legislação vigente, em salvaguarda ao interesse público.

O Código de Ética, entre outras atribuições, cuida da observância dos preceitos éticos, ou seja, da preservação da atuação profissional. Para os contadores, as leis existentes têm como objetivo regular a condução do seu trabalho e comportamento em assuntos relacionados à sua profissão e classe. A atitude ética dos contadores deve ser baseada nos princípios estabelecidos nos códigos de ética, nas demais normas contábeis brasileiras e na legislação vigente.

Para Maximiano (2000), os códigos de ética estabelecem procedimentos e normas de conduta que procuram oferecer diretrizes e estabelecer o que é certo e errado.

Nessa conjunção, para assentar possíveis divergências de interesses, o código de ética do contabilista visa regulamentar as competências profissionais e determinar regras de conduta baseadas na ética e na moral. Seu escopo é, a título de exemplo, cercear que profissionais contábeis tomem atitudes incongruentes às condutas institucionais.

Conforme ensina Arruda, Whitaker e Ramos (2001), os códigos de ética “não têm a pretensão de solucionar os dilemas éticos, mas fornecer critérios e diretrizes para que as pessoas descubram formas éticas de se conduzir”.

Para o exercício público da função, o contador deve agir, tanto no exercício de sua função quanto fora dela, com dignidade, decoro e eficácia, a fim de preservar a honra do serviço público. O escopo maior do serviço público é o bem comum. O elemento norteador da administração pública, em todos os níveis, deve ser a honestidade, acima do legal, do justo e do correto. Garantir a honestidade do servidor é um consenso entre aqueles que atuam no setor público. Quando se trata do código de ética do profissional em contabilidade, Lisboa (2006) define que: “[...] deve haver consenso no grupo sobre o conteúdo do Código de Ética Profissional do Contabilista. Seus preceitos devem atingir todos os membros do grupo organizado.”

O código de ética do contador visa cumprir regras da sociedade de acordo com os princípios éticos conhecidos. A honradez da consciência ética é um fator imprescindível para o sucesso da profissão, visto a conduta ética visa, no exercício pleno, demonstrar que o contador é responsável, leal e, o mais importante, imparcial e reto.

A Atuação do Profissional Contábil no Serviço Público

De acordo com Marion (1995), o contador pode ser definido como “o profissional que exerce funções contábeis, com formação superior do ensino contábil”. O contador desempenha a importante missão de solucionar problemas contábeis, sendo fundamental que siga as Normas Brasileiras de Contabilidade e mantenha seu registro no conselho de contabilidade ativo. Este profissional é responsável por fornecer levantamentos e informações cruciais para a tomada de decisões no ambiente de trabalho.

Segundo Hendriksen e Van Breda (*apud* Santana, 2009), o contador tem a missão vital de fornecer informações relevantes para a tomada de decisões no meio organizacional

e funcional do mercado. Na administração pública, o contador é responsável pela execução, registro e interpretação da contabilização financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas. Ele também fiscaliza e coordena essas entidades, fornecendo informações econômicas e financeiras essenciais para a verificação do patrimônio público.

Como preleciona Kohama (2000) afirma que a contabilidade pública: “é um dos ramos mais complexos da ciência contábil, e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades públicas”.

De fato, a complexidade e relevância da contabilidade pública muitas vezes geram receio entre os profissionais de contabilidade, mas o papel do contador nesta área é garantir a conformidade dos atos de gestão com o equilíbrio das finanças públicas.

Conforme Angélico (2009), a Contabilidade Pública foca nas pessoas jurídicas de direito público, como União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas autarquias, fundações públicas e empresas públicas. Sendo um importante instrumento de controle financeiro, econômico e patrimonial de bens públicos, a contabilidade pública está sujeita ao controle dos próprios órgãos contábeis e de controle interno da administração pública, além do controle externo pela sociedade. Ela também segue o regramento jurídico, além da teoria contábil.

Na contabilidade pública, aplicando normas de escrituração contábil, registram-se a previsão das receitas, a fixação das despesas e as alterações no orçamento. Este processo inclui a análise das operações de crédito, controle interno e acompanhamento da execução orçamentária para garantir conformidade com as normas gerais do direito financeiro. Segundo Angélico (2009): “Contabilidade Pública é a disciplina que aplica, na administração pública, as técnicas de registros e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do Direito Financeiro”.

A Contabilidade Pública, regulamentada pela Lei nº 4.320/64, é complexa e possui quatro sistemas básicos: Sistema Orçamentário, Sistema Financeiro, Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação. No Brasil, adota-se o regime misto de caixa e competência, conforme o artigo 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

No regime de caixa, as receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando pagas. O regime de competência, por outro lado, atribui receitas e despesas aos exercícios em que realmente ocorrem, de acordo com a data do fato gerador, independentemente de recebimentos ou pagamentos em dinheiro. Kohama (2003) destaca que os “princípios e convenções contábeis geralmente aceitos” são premissas básicas dos fenômenos econômicos refletidos pela contabilidade, cristalizando análises e observações.

No contexto do serviço público, este se organiza para promover a prosperidade pública, ou seja, o bem comum de todos. Os serviços que competem exclusivamente ao Estado são considerados “serviços públicos” e visam satisfazer necessidades gerais da coletividade. Serviços prestados por delegação são considerados de utilidade pública, facilitando a vida dos indivíduos ao proporcionar mais comodidade e bem-estar (Kohama, 2003).

A ética no serviço público tem suas origens associadas ao desenvolvimento da civilização e da organização do poder político. Desde o contexto medieval, as ideias sobre ética no serviço público estavam ligadas a valores religiosos e morais, destacando-se a responsabilidade, justiça e caridade no exercício do poder.

Ao longo dos séculos, a evolução dos sistemas políticos e a emergência de Estados modernos trouxeram novos desafios éticos. Durante o Iluminismo e o desenvolvimento do pensamento político e filosófico dos séculos XVII e XVIII, a ideia de interesse público e de responsabilidade dos servidores perante a sociedade fortaleceu-se. No século XX, com o crescimento do Estado de bem-estar social e o aumento da burocracia governamental, a ética no serviço público ganhou ainda mais relevância. Surgiram novas leis, regulamentações e códigos de conduta para garantir a integridade e a transparência na administração pública.

Hoje em dia, a ética no serviço público é um tema amplamente discutido e regulamentado em muitos países. Os princípios éticos são incorporados em leis, códigos de ética e estatutos dos servidores públicos, visando assegurar que atuem com responsabilidade, transparência e dedicação ao interesse público. A promoção da ética no serviço público é uma tarefa contínua, envolvendo políticas e mecanismos institucionais para incentivar comportamentos éticos, além da sensibilização e capacitação dos servidores.

Além disso, a sociedade desempenha um papel importante na vigilância e cobrança da ética no serviço público, participando de conselhos, denunciando irregularidades e demandando transparência e prestação de contas. A ética no serviço público não é um conceito isolado, mas uma parte essencial da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com instituições confiáveis. Quando os servidores atuam com ética e comprometimento, fortalecem a democracia e contribuem para o bem-estar de todos os cidadãos.

A contabilidade, por sua vez, é uma ciência que estuda, registra e controla o patrimônio das entidades privadas e públicas. Enquanto a contabilidade privada fornece informações para tomada de decisões administrativas, a contabilidade pública, conforme Kohama (2000), é um dos ramos mais complexos da ciência contábil, dedicando-se a captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades públicas.

Portanto, o papel do contador no serviço público é de extrema importância. Ele desempenha diversas funções cruciais para o bom funcionamento da gestão financeira e contábil dos órgãos e entidades governamentais, garantindo transparência, prestação de contas e cumprimento das leis, normas e regulamentos que regem a administração pública.

A Aplicação da Ética e Moral ao Contador

Para discutir ética o profissional no campo contábil, faz-se essencial explorarmos as origens da ética e da moral, frequentemente confundidas. Determinar o surgimento da ética é tão desafiador quanto definir quando o homem começou a viver em sociedade, pois a ética evoluiu a partir das relações sociais humanas, enraizadas no comportamento e na convivência.

Segundo o dicionário da língua portuguesa, ética é: “o estudo dos juízos de

apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação, do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto” (Ferreira, 1999).

Isso demonstra que a ética se fundamenta nas escolhas aceitas por uma sociedade ou grupo social analisado.

Ao discutirmos ética, é imprescindível mencionar os grandes pensadores da Grécia Antiga, que foram os primeiros a associar ética à moral e à cidadania. Egg (2007) afirma que Sócrates, Platão e Aristóteles, defensores da ética e moral, destacavam a importância da virtude, do conhecimento e da razão para uma conduta ética e equilibrada.

A ética evoluiu ao longo do desenvolvimento da sociedade. Na Idade Clássica, a preocupação estava na conduta humana, caráter e costumes, aspectos que receberam o nome de moral, com virtude e honestidade como pilares das ações humanas. Na Idade Média, a Igreja Cristã estabeleceu os aspectos de ética e moral com base nas escrituras sagradas. Na Idade Moderna, os dogmas da igreja foram questionados, promovendo um resgate do pensamento filosófico greco-romano.

Atualmente, a ética permeia diversas ciências e sociedades, moldando as relações sociais que regem os indivíduos. Na sociedade contemporânea, questionamos a ética de políticos, médicos e cidadãos em seus papéis mais importantes. O comportamento ético deve ser constante, independentemente da conveniência ou proximidade pessoal, mantendo-se firme nas relações interpessoais e profissionais para transmitir credibilidade.

Os códigos de ética estão presentes em quase todas as profissões regulamentadas, normatizando as relações entre profissionais e a sociedade. Esses códigos evoluíram de simples orientações para instrumentos reguladores legais, com sanções para violações. Contudo, nem sempre são seguidos por todos os profissionais, resultando em sanções disciplinares e criminais.

Para os profissionais contábeis, o código de ética e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desempenham um papel crucial como orientadores e reguladores da conduta profissional, além de funcionarem como instrumentos de controle social. A conduta ética é moldada por virtudes e vícios, influenciando o comportamento humano, e diversas teorias éticas oferecem abordagens sobre como os indivíduos devem agir em sociedade.

Assim, a ética orienta a conduta humana na família, sociedade e vida profissional, auxiliando os indivíduos a decidir entre o bem e o mal, o certo e o errado, e a ponderar o senso comum da humanidade. No campo da contabilidade, a aplicação rigorosa dos princípios éticos é essencial para garantir a integridade e a confiança nas informações financeiras fornecidas, contribuindo para a transparência e a responsabilidade nas decisões econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como propósito destacar a importância da ética como substância fundamental para o comportamento em sociedade, com foco nos princípios

éticos do profissional contábil e sua relevância para o desenvolvimento de relações sociais e profissionais mais éticas.

Ao considerar a evolução das práticas contábeis em conjunto com o desenvolvimento da sociedade, compreendemos a importância da contabilidade para todos. A contabilidade, com sua responsabilidade com o interesse social, busca solidificar o comportamento ético durante o exercício das atividades contábeis, seja na administração pública, em organizações privadas ou outras áreas de atuação. Conforme Marion (1995), o contador, com sua formação específica e registro ativo no conselho de contabilidade, exerce um papel crucial ao fornecer informações essenciais para a tomada de decisões importantes.

Uma postura ética e moral é essencial, especialmente para o profissional contábil, dado seu papel significativo em transmitir informações confiáveis, imparciais e livres de influências. Hendriksen e Van Breda (*apud* Santana, 2000) destacam que o profissional de contabilidade tem a missão de fornecer informações críticas para a tomada de decisões organizacionais e funcionais no mercado. No contexto da administração pública, o contador é responsável pela execução, registro e interpretação da contabilização financeira, patrimonial e orçamentária, além de fiscalizar e coordenar as entidades públicas, fornecendo informações econômicas e financeiras vitais para a verificação do patrimônio do país.

O estudo também abordou a evolução histórica da Contabilidade Pública em um contexto amplo, explicando sua estrutura diante das necessidades do Estado e considerando tanto aspectos práticos quanto teóricos. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, após diversas revisões e estudos, tornaram-se uma ferramenta crítica para a gestão pública, embasando a tomada de decisões. No entanto, sua implementação enfrenta desafios que exigem o comprometimento dos gestores públicos para com a sociedade em geral. Kohama (2000) ressalta que a contabilidade pública, sendo um dos ramos mais complexos da ciência contábil, visa captar, registrar, acumular, resumir e interpretar fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades públicas.

O objetivo central do trabalho é destacar como as atitudes éticas podem melhorar as entidades, as profissões, a sociedade e até mesmo a nós mesmos. O ideal é que a ética esteja tão enraizada na cultura humana que não seja necessário um código de ética profissional para cada categoria ou organização. As atividades seriam baseadas em princípios universalmente aceitos e respeitados pela sociedade como um todo.

A principal lição transmitida por este estudo é que a ética está presente nessa linha tênue entre o desejo individual e os direitos alheios, destacando a importância de agir de maneira ética em todas as interações sociais e profissionais. Como Lisboa (2006) define, deve haver consenso no grupo sobre o conteúdo do Código de Ética Profissional do Contabilista, e seus preceitos devem atingir todos os membros do grupo organizado, assegurando que a conduta ética permeie todas as atividades contábeis.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M.C.C.; WHITAKER, M.C.; RAMOS, J.M.R. **Fundamentos de ética empresarial e econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

- BARDACH, E. A practical guide for policy analysis. The eightfold path to more effective problem solving. Washington, D.C.: CQPress, 2009.
- BINI, E. **Maquiavel. O príncipe. Comentários de Napoleão Bonaparte.** 12ª ed. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1996.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** vol. 1. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª ed., 2004.
- CAMPOS, M.; GREIK, M. DO VALE, T. **História da ética.** Científico, v. 2, p. 1-11, 2002. Disponível em: <https://www.doccity.com/pt/historia-da-etica-apostilas-filosofia/357984/>. Acesso em 12/04/2024.
- CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. **Ética.** São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- EGG, Rosiane Follador Rocha. **Ética nas Organizações.** Curitiba, 2007.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** [S. l.]: Nova Fronteira, 1977.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 3ª ed. Nova Fronteira, 1999.
- GIRARDIN, B. Ethics in politics - why it matters more than ever and how it can make a difference. **[recurso eletrônico]** Globethics.net Focus No. 5. Geneva: Globethics.net, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12424/208959>. Acesso em: 24/03/2024.
- JAGUARIBE, H. **Brasil, mundo e homem na atualidade.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LISBOA, L. P. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade: O que é ética.** São Paulo: Atlas, 1997.
- LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade.** Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; direção geral Eliseu Martins – 2 ed. – São Paulo: Atlas. 2006.
- LOPES DE SÁ, A. **Ética Profissional.** 3.ed, São Paulo: Atlas, 2000.
- MATOS, C.C.M. **A Ética na Profissão.** Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-tica-na-profisso/>. Acesso 15/02/2024.
- MARION, J.C. **Contabilidade empresarial.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MARTINS, M. F. **Uma “catarsis” no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania como valor ético-político.** v.2, n.2. Campinas-SP, PUC-Campinas, Revista de ética, 2000.
- MICHAELIS – Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa.** Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/%C3%A9tica/>. Acesso em 12/02/2024.
- MAXIMIANO, A.C.A. **Introdução à Administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Seção Ponto e Contraponto, Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, no 41: 33-42. São Paulo, Livraria Pulsional, setembro de 1992.

SANTANA, Claudio Moreira. **Percepção de Classe: Estudo com profissionais contadores no Distrito Federal**. Artigo científico publicado em Janeiro/2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238078956_PERCEPCAO_DE_CLASSE_ESTUDO_COM_PROFISSIONAIS_CONTADORES_NO_DISTRITO_FEDERAL. Acesso em: 28 de março de 2024.

VALLS, Á.L.M. **O que é ética?** 9. ed. São Bernardo do Campo- SP: Brasiliense, 1995.

VÁSQUEZ, A.S. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 12. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990

Aporofobia, refugiados e o discurso de ódio

Aporophobia, refugees and hate speech

Evânio José de Moura Santos

Doutor em Direito Penal pela PUC/SP, Mestre em Processo Penal pela PUC/SP, Pós-Graduado em Filosofia pela PUC/RS, Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela Universidade Coimbra/Ibccrim e Pós-Graduado em Direito Constitucional pela UFS. Acadêmico do Bacharelado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Professor da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Direito 08 de Julho, advogado e Procurador do Estado

RESUMO

O presente estudo tem como escopo analisar o grave problema ético-humanitário dos refugiados e o surgimento da aporofobia como verdadeira repulsa ao pobre, principalmente estrangeiro. Buscar-se-á desenvolver uma análise acerca do conceito de dignidade da pessoa humana e o respeito aos direitos fundamentais a que faz jus todo ser humano, inclusive estrangeiro, perscrutando, ainda, o avanço do discurso de ódio que afeta diretamente as minorias e tem atuado de forma corrosiva e brutal em todo o mundo. Com amparo em análise bibliográfica, fazendo um estudo de obras de referência sobre ética, notadamente as ideias de Immanuel Kant e seu imperativo categórico, referido estudo concluí acerca da imprescindibilidade de imediata aplicação de postulados éticos no combate contra o preconceito ao pobre e ao migrante miserável e desassistido, vítima da intolerância, do desamparo e da inobservância de um mínimo ético inerente à sua condição humana.

Palavras-chave: aporofobia; refugiados; intolerância; ética; discurso de ódio.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the serious ethical and humanitarian problem of refugees and the appearance of aporophobia, as a real repulsion to the other, especially if they are foreign and poor. We will seek to develop an analysis about the concept of human dignity and respect for fundamental rights that every human being is entitled to, including foreigners, also looking at the advance of hate speech that directly affects minorities and has acted in a corrosive and brutal way around the world. Based on bibliographic analysis, making a study of reference works on the subject, notably the ideas of Immanuel Kant and his categorical imperati-



ve, this study concluded about the necessity of immediate application of ethical postulates in the fight against prejudice over the poor and the miserable and helpless migrant, victim of intolerance, helplessness and non-observance of an ethical minimum inherent to their human condition.

Keywords: aporophobia; refugees; intolerance; ethics; hate speech

INTRODUÇÃO

As sucessivas guerras, crises políticas e econômicas, aliadas a existência de problemas étnicos e religiosos passaram, com o avanço das comunicações e o estreitamento dos meios de informação utilizados no início do século XXI, a evidenciar a existência de uma verdadeira tragédia hodierna da humanidade, consistindo na migração forçada de milhões de pessoas, normalmente acompanhada de histórias de tirania, autoritarismo e intolerância política, religiosa e cultural.

Esse deslocamento compulsório de pessoas pelo mundo vem associado a intransigência por parte da população e dos Estados envolvidos, redundando em posturas que estimulam a agressão ao estrangeiro, a aporofobia e o desrespeito à dignidade humana como preceito jurídico fundamental, fomentando o discurso de ódio que é estimulado em um ambiente de preconceito e ausência de tolerância, resultando na inobservância de postulados éticos inerentes a uma sociedade civilizada, sendo que referida situação “ajuda muito a explicar a coincidência da recente migração em massa com o crescente sucesso da xenofobia, do racismo e da variedade chauvinista de nacionalismo; e o sucesso eleitoral, ao mesmo tempo espantoso e inédito, de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas, e de seus belicosos líderes”¹.

Esse o problema enfrentado neste estudo, buscando demonstrar que o afastamento de postulados ético-jurídicos destinados a proteção do homem, implica em estímulo ao crescimento deste lamentável fenômeno que também está diretamente ligado à globalização, as questões econômicas e culturais.

Nesse contexto o discurso de ódio ganha especial atenção e relevância, notadamente pela sua rápida propagação e aceitação, atuando de forma corrosiva, insidiosa e destrutiva, espalhando-se pelo mundo inclusive e principalmente por conduto do ciberespaço, sendo normalizado e até banalizado, principalmente no combate as complexas e graves questões, como a dos refugiados, a aversão ao pobre, o racismo crescente, dentre outras mazelas.

Parte-se de um discurso faccioso, nacionalista, ultraconservador, com um forte viés de extrema-direita e excessivamente agressivo, olvidando-se de ensinamentos éticos básicos, contagiando um número crescente de pessoas.

Esse discurso de ódio ganha cada vez mais ressonância e se alastra com assustadora velocidade, afigurando-se como urgente problema a ser enfrentado pelo Estado, pelas leis, pelos agentes públicos e pelos estudiosos, sendo imprescindível combatê-lo, sob pena de eventual demora em conter sua escalada e o estrago que pode provocar

¹ Bauman, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 18.

no seio da sociedade, atingindo instituições, pessoas, relacionamentos e mandamentos éticos inerentes à convivência humana, não sendo exagero afirmar que em determinados segmentos, agrupamentos ou organizações da sociedade, o *homo sapiens* já foi convertido em *homo odium*.

Em obra dedicada ao tema o filósofo francês André Glucksmann afirma:

O ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de algum complô universal. Esgota, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso. Odeio, logo existo².

Diante deste enorme desafio e problema moral, acredita-se que o ensino e sobretudo a prática de posturas revestidas de ética se apresenta como imprescindível no combate ao discurso de ódio e as inúmeras omissões e desumanidades no tratamento das questões envolvendo o estrangeiro e os migrantes pobres e perseguidos.

É justamente neste aspecto que o trabalho aponta, como um dos mecanismos de enfrentamento de referido desafio e conflitos, a defesa da dignidade da pessoa humana, sendo estabelecida como um mínimo ético inegociável, afigurando-se dever do Estado proteger referido postulado e obrigação moral de toda a sociedade zelar pela sua observância.

Nesse diapasão, promover-se-á uma análise dos conceitos *kantianos* de imperativo categórico e de dignidade do homem, apresentando-se o combate às desigualdades econômicas, sociais e culturais como caminho para superar o discurso de ódio e os preconceitos atualmente suportados, criando-se a necessidade de uma nova ética da convivência humana, buscando a redução das diferenças de tratamento, dando oportunidades ao estrangeiro, ao pobre e a todos àqueles que integrem uma minoria.

CONCEITO DE APOROFOBIA

Deve-se a filósofa espanhola Adela Cortina, a criação do neologismo *Aporofobia*, significando a junção de dois diferentes termos, emprestados da língua grega (á-poros, sem recursos, indigente, pobre; e *fbos*, medo).

Acresce-se as fobias que se transmudam em verdadeiras patologias sociais já conhecidas (homofobia, xenofobia, islamofobia, etc.) o medo do pobre, do indigente, da pessoa desprovida de recursos materiais. Na aporofobia tem-se repulsa do despossuído, atua-se com hostilidade e agressividade contra os miseráveis.

Graças aos estudos e publicações da professora de ética e filosofia política da Universidade de Valência, deu-se nome a referido comportamento social³, incorporando-se a palavra (*aporofobia*) ao léxico espanhol, culminando com a aceitação do neologismo pela Real Academia Espanhola, havendo a inserção do vocábulo no Dicionário da Língua Espanhola.

² Glucksmann, André. *O discurso do ódio*. Rio de Janeiro: Difel, 2007, p. 12.

³ "Poner un nombre a esa patología social era urgente para poder diagnosticarla con mayor precisión, para intentar descubrir su etiología y proponer tratamientos efectivos". Cortina, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre*. Barcelona: Paidós, 2017, e-book.

A análise da obra da professora Adela Cortina demonstra que a aversão e rejeição aos pobres é um atentado diário a dignidade de várias pessoas pelo mundo afora, havendo, contudo, dois tipos de tratamento destinado aos estrangeiros a depender da condição financeira.

Da Xenofobia a Aporofobia

A desconfiança, antipatia e temor por pessoas estranhas que pode ser definida como xenofobia é um fenômeno antigo, deitando raízes em vários países do mundo, sendo a história pródiga em exemplos de aversão ao estrangeiro em situação de verdadeira desumanidade.

Entretanto, na atualidade embora ainda existente a xenofobia, tem-se uma mudança do pêndulo, voltando-se as perseguições e preconceitos para o estrangeiro pobre, normalmente refugiados vítimas de deslocamentos forçados de suas pátrias em razão de guerras, perseguições religiosas, políticas e étnicas.

Esses estrangeiros, geralmente muito carentes, participam de um verdadeiro êxodo com suas famílias, inclusive muitas crianças, estando desprovidos de qualquer bem material, não possuindo dinheiro, propriedades ou objetos de valor. Esses são os estranhos que batem à nossa porta, normalmente necessitando de assistência material, alimentar, social, de saúde e educação. Não possuem moradia, empregos, condições de sobrevivência. Contra esses migrantes, voltam-se todos os tipos de opróbrios, perseguição e ofensas. É a aporofobia atuando de maneira forte e implacável, quase sempre acompanhada de um discurso de ódio excludente e indigno.

A aporofobia, portanto, consiste no preconceito contra o estrangeiro miserável, evidenciando-se que não são todos os *extraneus* os rejeitados, sendo classificados como indesejáveis. Àqueles estrangeiros que possuem recursos são bem-vindos, podem adentrar livremente nos países europeus de um modo geral, especialmente para fazerem turismo (relevante fonte de receita das nações europeias), também existe aceitação para os que possuem talentos esportivos, artísticos, acadêmicos, sendo-lhes concedidos vistos de trabalho e estudo, especialmente para atletas famosos como jogadores de futebol, celebridades, artistas, cientistas e empreendedores que desejam investir em negócios e empresas. Os estrangeiros que assustam e sofrem toda sorte de perseguições, humilhações e dificuldades são os refugiados políticos, imigrantes pobres, desempregados e famintos, sendo possível concluir que “o problema não é de raça, étnica, nem pelo fato de ser estrangeiro. O problema é de pobreza”⁴.

Esse o atual estágio, havendo uma mudança do pêndulo, passando o preconceito e perseguição a voltar-se com muito mais força para o *étranger misérable*, havendo a aceitação do *étranger riche*.

Migração e Intolerância

As questões migratórias forçadas resvalam em diversos problemas de intolerância para com o estrangeiro que passa a ser visto como um adversário ou inimigo a ser evitado.

⁴ CORTINA, Adela. *Ob. cit.*, e-book.

Esse é o alvo do discurso de ódio, das perseguições e das dificuldades de aceitação noticiadas cotidianamente, sendo este um debate inadiável. O escritor, filósofo e semiólogo italiano Umberto Eco, debruçando-se sobre o grave problema da intolerância, afirma se tratar de algo muito profundo, podendo ser dividida em intolerância selvagem (com raízes biológica, territoriais e emocionais) e a intolerância doutrinária (que nasce como ideias, programas de governo, políticas de Estado).

A intolerância, inclusive contra o estrangeiro, deve ser “combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tenha início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais”⁵.

Mesmo havendo a sinalização da evidente necessidade de se combater a intolerância contra o migrante, infelizmente os exemplos históricos e do cotidiano apontam para um longo caminho a ser seguido, existindo uma extensa tarefa a ser desempenhada no intuito de se buscar neutralizar, rebater e conter os atos e práticas de intolerância contra o estrangeiro.

ENFRENTAMENTO ÉTICO DO PROBLEMA DOS REFUGIADOS E A OBSERVÂNCIA DA DIGNIDADE HUMANA

Adequadamente delimitado o grave problema da aporofobia e da perseguição e intolerância contra os refugiados, deve-se cotejá-lo com a dignidade da pessoa humana.

A primeira obra filosófica com o título “*A Dignidade Humana*”, formulada como uma tese doutoral apresentada junto ao Vaticano, fora escrita pelo pensador renascentista Pico Della Mirândola em 1486 e, embora referido opúsculo tivesse como propósito valorizar o ser humano, em verdade não se encontra nele desenvolvida a conceituação de dignidade humana enquanto um valor imanente ao homem, nos moldes do princípio da dignidade humana posteriormente teorizado por Kant. De acordo com o pensador italiano: “Ao homem é dada a oportunidade para realizar seu projeto existencial. O perfil de sua personalidade ética quem traça e esculpe é o próprio indivíduo. Neste sentido, o homem é o que decide ser. Tudo vai depender das opções assumidas pelo livre arbítrio de cada um”⁶.

Posteriormente, evolui-se na compreensão do conceito de dignidade humana, sendo crucial nesse contexto a inserção do pensamento kantiano ao afirmar que “o homem não pode ser considerado meramente meio, porém fim em si mesmo, tornando-se pessoa”⁷, chega-se ao momento em que a pessoa humana passa a ser um fim em si mesmo, possuindo um valor não relativo. Portanto, pode-se concluir que o homem é um fim e não um meio, razão pela qual homem não tem preço, mas dignidade.

Surge então a ideia de dignidade da pessoa humana extremamente relevante no aspecto filosófico e também jurídico, eis que passa a figurar expressamente como um dos fundamentos basilares da Constituição Federal de 1988 e como uma das garantias fundamentais do cidadão (art. 1º, III c/c art. 5º, III da CF).

⁵ ECO, Umberto. *Migração e intolerância*. Rio de Janeiro: Record, 2020, pp. 52-53.

⁶ MIRÂNDOLA, Pico Della. *A dignidade do homem*. São Paulo: Escala, s/d, p. 42.

⁷ LEITE, Flamarion Tavares. *10 Lições sobre Kant*. 9ª ed., 3ª Reimp., Petrópolis: Vozes, 2019, p. 127.

Em razão de referido postulado é que ninguém pode ser submetido a tratamento cruel ou desumano, vedando-se a tortura, as penas de morte ou que venha infligir sofrimento físico e corporal, proibindo-se que o trabalhador seja submetido a condições de trabalho degradante ou vexatório, além de se limitar a jornada de trabalho, estabelecendo diversas outras garantias constitucionais como a proteção da imagem, da honra e da vida privada, tudo no intuito de tratar todo indivíduo com dignidade.

Conclui-se, ainda, como consectário lógico da dignidade da pessoa humana que, diante de uma situação de vulnerabilidade (social, alimentar, intelectual, cultural, etc.), deve-se potencializar a atuação do Estado e da sociedade no intuito de que se destine ao ser humano um tratamento digno, adequado e proporcional as exigências inerentes à condição humana.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a postura a ser adotada no combate ao discurso de ódio vociferado em desfavor dos pobres, estrangeiros e aos refugiados, deve ser a que esteja voltada para a estrita necessidade de observância da dignidade humana, com todos os seus desdobramentos.

Deixar de observar referida garantia fundamental implica em falta grave do Estado, além de sério problema ético e moral da sociedade.

Ética, Kant e o Imperativo Categórico

Nesse contexto ganha especial relevo a defesa de um comportamento ético no enfrentamento dos atuais problemas da aporofobia e dos refugiados, questões ensejadoras de várias manifestações passíveis de serem enquadradas como discurso de ódio.

Antes de volver para a análise das definições kantianas aplicáveis a presente casuística, afigura-se como oportuno conceituar a ética e, para tanto, toma-se de empréstimo definição do filósofo espanhol Adolfo Sánchez Vázquez (2018) que afirma: “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”, tem-se, portanto, a ética como “a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano”⁸.

Dessa forma, conclui-se sem margem para dúvidas que um comportamento social pautado dentro da ética, por si só, já seria suficiente para coibir qualquer tipo de discriminação de classe, sendo absolutamente reprovável qualquer medo ou preconceito destilado em desfavor de alguém por ser pobre ou miserável, assim como a adoção de preceitos éticos no comportamento individual e do próprio Estado são suficientes para coibir moralmente a prática de qualquer discriminação racial, de origem, cultural, etc., razão pela qual, evidentemente, fere a mais comezinha ideia de ética a prática e a disseminação do discurso de ódio em razão da origem social ou territorial de alguém (discurso de ódio em desfavor dos pobres e miseráveis ou discurso de ódio ao estrangeiro alçado à condição de refugiado).

Volvendo para referida conceituação e evoluindo no cotejo entre postura e comportamento ético e a definição e dimensão da dignidade humana, novamente volta-se para a análise do pensamento do grande filósofo prussiano Immanuel Kant (2013), responsável por teorizar acerca dos imperativos hipotéticos e categóricos. Como princípio da dignidade humana:

⁸ VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 38ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 23.

Entende-se a exigência enunciada por Kant como segunda fórmula do imperativo categórico: 'Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como meio'⁹.

Servindo de arremate, afirma Kant (2013) que:

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr outra em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade¹⁰.

Portanto, valendo-se dos imperativos categóricos como imperativos morais, constantes na definição kantiana, colhendo-se a conclusão de que o ser humano não é um meio, mas sim um fim em si mesmo, dotado de dignidade, afirma-se ser insuportável e absolutamente antiética qualquer conduta que menospreze o ser humano em razão de sua condição econômica (*aporofobia*), tampouco que venha a ser desrespeitado o homem (dotado de dignidade) em razão de sua condição de estrangeiro submetido a deslocamento forçado em razão de problemas políticos, de consciência, econômicos, religiosos, étnicos, culturais, dentre outros.

A Necessidade de Observância de um Mínimo Ético em Favor dos Refugiados

A questão dos refugiados pobres e perseguidos é uma das grandes chagas da humanidade na atualidade, existindo segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) um total de 70,8 milhões de pessoas deslocadas à força, sendo que deste quantitativo o número de 41,3 milhões de pessoas enquadram-se como deslocados internos, enquanto 25,9 milhões de seres humanos são classificados como refugiados, sendo que 3,5 milhões de pessoas são solicitantes de asilo político¹¹.

Importante registrar que o Brasil é signatário da Convenção de Genebra – Estatuto dos Refugiados, tratado internacional datado de 1951, obrigando-se a proteger os refugiados e conceder-lhes asilo político, quando evidenciada a hipótese de perseguição política. Além disso, a Constituição Federal de 1988 estabelece que nossa república será regida nas suas relações internacionais com a estrita observância dos princípios da prevalência dos direitos humanos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político (art. 4º, II, VIII, IX e X, CF).

Não há margem para dúvidas de que se trata de um grave problema que nos aflige de perto, principalmente em razão dos últimos acontecimentos envolvendo a migração de venezuelanos¹² que fogem de fortíssima crise política e econômica que perdura na Venezuela, gerando, inclusive, conflitos na fronteira brasileira¹³, motivando o uso de reprovável discurso xenofóbico¹⁴.

9 ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2018, p. 326.

10 KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes*. Petrópolis: Vozes, 2013, e-book.

11 <https://www.acnur.org/datos-basicos.html>, acesso em 11.06.2020.

12 <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latinal/>, acesso em 11.06.2020.

13 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-ro-rama.shtml>, acesso em 11.06.2020.

14 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html, O "monstro da xenofobia" ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil, acesso em 11.06.2020.

Toda essa situação impõe um questionamento: qual deve ser o tratamento destinado pelo país aos refugiados que aqui aportam? Evidentemente deve ser o que estabelece nossa Constituição Federal, havendo o respeito à dignidade da pessoa humana, com prevalência dos direitos humanos, sempre que possível concedendo asilo político aos estrangeiros perseguidos politicamente por razões de ideologia, credo, sexo, raça, etc.

Deve-se promover um tratamento dentro de um padrão ético que não admite preconceito, discriminação e muito menos qualquer tipo de perseguição.

Mesmo sabendo que a moral é incoercível, ou seja, não existe uma sanção imposta pelo Estado por eventual descumprimento de um postulado ético, havendo uma sanção de foro íntimo ou de um determinado grupo (social), no caso do tratamento indigno destinado aos refugiados (pobres ou não), tem-se a previsão de preceitos normativos (dotados de coercibilidade, pois existe sanção pelo eventual descumprimento da lei), vigorando a necessidade de observância da teoria do mínimo ético, aplicada todas as vezes que existe convergência entre direito e moral.

O DISCURSO DE ÓDIO

Vivemos uma era de fácil propagação do discurso de ódio, de um ressentimento incontido despejado contra um coletivo, não contra alguém específico que, por ventura, causou um dano.

Portanto, verifica-se com frequência discursos e práticas odiantas contra os negros, judeus, homossexuais, religiosos de uma determinada congregação ou fé, estrangeiros e aos pobres que se encontram em situação de descalabro e miséria.

Novamente valendo-se dos ensinamentos da professora Adela Cortina (2017), pode-se afirmar que quem profere um discurso de ódio ou mesmo pratica crimes motivados pelo ódio, está convencido de que existe uma desigualdade estrutural e hierárquica que justifica uma posição de superioridade, figurando o agressor em um lugar superior, enquanto que o agredido ocupa lugar inferior.

Desta forma, com a imprescindível participação da sociedade civil e do Estado, valendo-se da coercibilidade do direito, mas também de postulados éticos, defende-se que o caminho para superar os discursos de ódio está na implementação de práticas que afastem o tratamento desigual, semeando a ideia de dignidade humana como valor ético intransponível¹⁵.

Enorme o desafio a ser enfrentado no combate ao discurso de ódio e na defesa de postulados éticos (imperativos categóricos) a serem assimilados por aqueles que acreditam existir uma superioridade ou um “direito” à ofensa que está cada vez mais banalizado e potencializado em razão do avanço das redes sociais e do acesso à internet.

A rede mundial de computadores tornou muito mais fácil e rápida a propagação do discurso de ódio, principalmente porque muitos agressores valem-se do anonimato para não serem descobertos ou dificultar a identificação.

¹⁵ “Sin esa conciencia de la igualdad, que tiene que ser a la vez racional y sentiente, la dignidad de las personas se ve inevitablemente violada y es imposible construir una sociedad justa”. CORTINA, Adela. Ob., cit., e-book.

Debruçando-se sobre esse atual tema do discurso de ódio praticado no ciberespaço, o historiador Leandro Karnal (2017), professor da pós-graduação da PUCRS, afirma que:

A internet não criou os idiotas, mas o ataque anônimo nas redes, sem o custo do ataque pessoal, deu ao ódio do covarde uma energia muito grande. Deu-lhe a proteção da distância física e do anonimato. O pior do ódio social, que é universal, agora pode ser dirigido sem custos. Numa comunidade, as relações são pessoais. Na rede, deletérias.¹⁶

Delimitado o estado da arte, apontando-se o grave problema enfrentado, demandando um enfrentamento com o uso dos preceitos éticos e jurídicos, tem-se como imprescindível apontar caminhos para obstar o crescimento do discurso de ódio ao pobre e ao estrangeiro refugiado, buscando extirpá-lo.

Combate à Pobreza, Redução das Desigualdades e Adequado Tratamento Destinado ao Estrangeiro

No enfrentamento da aporofobia, da rejeição ao estrangeiro e a perseguição aos refugiados, deve-se além de implementar preceitos éticos e manifestar expressa repulsa com consequências legais ao discurso de ódio, promover a criminalização de algumas condutas que passarão a ser denominadas crimes de ódio, notadamente àquelas que impliquem em severas ofensas (físicas, ao direito de locomoção, à honra e imagem) dos estrangeiros pobres e refugiados.

Além dessas providências legais, comportamentais e de posturas que implicam no necessário envolvimento da sociedade civil organizada com o Estado, deve-se implementar mecanismos de erradicação da pobreza, redução das desigualdades e cultivo de um sentimento de relevância da dignidade humana.

Nesse programa de combate ao discurso de ódio deflagrado em desfavor do pobre e do estrangeiro refugiado, às vezes até apátrida, tem-se uma discussão que se apresenta como verdadeiro imperativo ético.

Com efeito, a disputa por postos de trabalho, rede de assistência social estatal, acesso aos bens básicos de consumo, educação e saúde proporcionados pelo Estado para seus cidadãos, não pode ser sustentado como argumento apto a afastar o tratamento com dignidade que deve ser destinado a cada indivíduo.

A figura do *homo oeconomicos*, sempre voltado para acumulação patrimonial, ganhos financeiros, lucros e renda deve no novo milênio ser substituída pelo *homo reciprocans*, homem capaz de dar e receber, preocupado com a melhoria do ambiente em que vive, com a cooperação entre os indivíduos.

Menos superioridade e mais igualdade é o caminho para se buscar um combate efetivo ao discurso de ódio, lutando contra a ideia de supremacia (cultural, racial, étnica, religiosa, etc.) e de hierarquia entre quem ofende e o estrangeiro pobre ofendido. Esse o longo caminho a ser trilhado.

¹⁶ KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 108.

Crítica ao Preconceito e a Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais

Toda e qualquer forma de preconceito deve ser combatida, afigurando-se um dos objetivos fundamentais do estado brasileiro que a nossa sociedade coexista sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outra forma de discriminação (art. 3º, IV, Constituição Federal de 1988).

Portanto, mais que um simples propósito, tem-se verdadeiro comando constitucional determinando o combate a todas as formas de preconceito.

Acredita-se que a melhor forma de atingir referido objetivo, atacando o discurso de ódio que tem se apresentado como um fenômeno mundial crescente é com o reforço na importância da defesa da dignidade humana e na intransigência estatal quanto a implementação de todos os direitos humanos fundamentais.

A implantação de uma sociedade cosmopolita, que repudia o preconceito, que não tolera o discurso de ódio, que não compactua com a discriminação, perseguição e ofensas ao outro, especialmente àquele que se encontra em estágio de vulnerabilidade, depende, fundamentalmente, de uma defesa intransigente de postulados éticos (mínimo ético inegociável), além de não se permitir vilipêndio e menosprezo aos direitos do homem.

Impedir a violação de direitos fundamentais e o respeito à diversidade é uma forma pedagógica de apontar os caminhos a serem seguidos pelo Estado, por seus agentes públicos e por todos que nele vivem, pois uma defesa intransigente dessas conquistas civilizatórias servem como antídoto contra a barbárie.

No entendimento do filósofo francês André Glucksmann: “os direitos do homem regulam nossa capacidade de resistir ao inumano, ao mal que nos rodeia, assim como ao diabo que carregamos dentro de nós”¹⁷. Esse o grande desafio da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim e ao cabo do presente trabalho pode-se concluir que além do preconceito que sempre existiu contra o estrangeiro, os últimos fenômenos migratórios contribuíram para evidenciar um novo tipo de ofensa e patologia social, denominada de aporofobia, caracterizado como medo ou repulsa ao pobre.

Em verdade não é todo o estrangeiro que não é bem-vindo, são rechaçados, rejeitados e escorraçados os estrangeiros pobres, sem talentos específicos, sem diplomas acadêmicos, sem recursos, bens ou propriedades. Esses estrangeiros são vistos como ameaças, como alguém que vai disputar benefícios estatais, que vai concorrer no mercado de trabalho, que vai contribuir para aumentar a delinquência.

Essa situação fez com que se evidenciasse uma complacência com a intolerância para com o outro, o desrespeito a postulados éticos fundamentais e inerentes a uma sociedade minimamente civilizada, estimulando ou permitindo o aumento de um discurso de ódio (popularizado pela internet, inclusive), passando a ofensa a ser regra, não havendo respeito à condição humana.

¹⁷ GLUCKSMANN, André. *Ob., cit., p. 151.*

Deve-se combater referido estado de coisas, valendo-se da importância da ética a ser aplicada, ensinada e praticada diariamente, com especial destaque para o imperativo categórico kantiano, realçando a condição do homem que não pode ser considerado como um meio ou algo com valor, substituível e descartável, mas como o próprio fim em si mesmo, destinatário de dignidade (*dignitas*).

Avulta a relevância da defesa de um mínimo ético inerente à condição humana, algo inegociável e impossível de retroceder, assegurando-se o respeito à dignidade humana, como direito essencial, desdobrando-se desse princípio fundamental agasalhado na Constituição Federal a necessidade de se combater toda forma de discriminação, preconceito e intolerância, não podendo existir qualquer tipo de complacência ou leniência com os discursos de ódio de qualquer natureza, inclusive àqueles direcionados aos estrangeiros pobres que aportam em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**. Barcelona: Paidós, 2017.
- ECO, Umberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- GLUCKSMANN, André. **O discurso do ódio**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.
- KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 108.
- LEITE, Flamarion Tavares. **10 Lições sobre Kant**. 9ª ed., 3ª Reimp., Petrópolis: Vozes, 2019.
- MIRÀNDOLA, Pico Della. **A dignidade do homem**. São Paulo: Escala, s/d.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 38ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

As viúvas machadianas e o patriarcalismo

Machado's widows and patriarchalism

Maria Zeneide de Macedo Melo Jorge

Trabalha, atualmente, na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Mestre em Letras Estudos Literários UNIMONTES, Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna e Doutora em Letras Estudos/Literários pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU

RESUMO

Este trabalho apresenta uma leitura das obras de Machado de Assis: *Casa Velha* (1994), *Miss Dollar* (1998), *Iaiá Garcia* (1972), *Ressurreição* (1983) e *Dom Casmurro* (1983). O principal objetivo é analisar o papel das viúvas, levando em consideração o patriarcalismo, sistema de governo centralizado no poder masculino. Nessa conjuntura, foi possível perceber por meio das considerações analisadas o modo como as viúvas apresentam um discurso patriarcalista, dando a entender que são elas, quem governam o mundo insular narrativo. A leitura segue uma sequência do período colonial, problematizando, por sua vez, os costumes das famílias carioca, paulista e mineira, acenando para uma linguagem dissimulada, tematizando, talvez, a parte mais sensível das obras – a utilização de elementos linguísticos, cujo dialetismo propõe que o leitor acredite, fielmente, nas histórias de suas personagens; um modelo de decadência falsídica da produção literária do realismo na época. É sabido, no entanto, que o autor mascara suas narrativas e o leitor desavisado, portanto, não se limita em acreditar na hipocrisia das personagens. Como resultado do aporte teórico da ação prática, o espaço ficcional é norteado por uma leitura verossímil do período histórico machadiano, amparados nos estudos de Mariza Corrêa (1994), Maria A. D'Incao (2000), Gilberto Freyre (2002) e Antonio Candido (2004), John Gledson (1998), Josué Montello (1998), Roberto Schwarz (1992) dentre outros. Cabe justificar que a leitura deste trabalho interessa, não somente por abrir um precedente para evidenciar a forma literária, mas também para elucidar que são questões que engendram a sociedade e as relações humanas poder.

Palavras-chave: literatura brasileira; Machado de Assis; viúvas; patriarcalismo.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the works of Machado de Assis: *Casa Velha* (1994), *Miss Dollar* (1998), *Iaiá Garcia* (1972), *Ressurreição* (1983),



and *Dom Casmurro* (1983). The main objective is to examine the role of widows, considering patriarchy, a system of governance centralized in male power. In this context, the analysis reveals how widows exhibit a patriarchal discourse, suggesting they govern the narrative's insular world. The reading follows a sequence from the colonial period, scrutinizing the customs of families from the states of Rio de Janeiro, São Paulo and Minas Gerais, and hinting at a disguised language that perhaps thematizes the most sensitive parts of the works – the use of linguistic elements whose dialecticism encourages the reader to believe faithfully in the characters' stories. This model suggests a falsified decline in literary production during the realist period. It is known, however, that the author masks his narratives, preventing the unwary reader from merely believing in the characters' hypocrisy. Consequently, the fictional space is guided by a plausible interpretation of the Machadian historical period, supported by the studies of Mariza Corrêa (1994), Maria A. D'Incao (2000), Gilberto Freyre (2002), Antonio Candido (2004), John Gledson (1998), Josué Montello (1998), and Roberto Schwarz (1992), among others. This work is justified not only for highlighting the literary form but also for elucidating issues that underpin society and human power relations.

Keywords: brazilian literature; Machado de Assis; widows; patriarchy.

INTRODUÇÃO

A partir do processo de colonização, chegaram as primeiras famílias portuguesas que povoaram as terras brasileiras. Na bagagem, os colonizadores trouxeram, por sua vez, seus costumes e toda uma estrutura de ordem social, agrária e rural. Dentro dessa ordem, destacar-se-ia a família patriarcal que para Mariza Corrêa “não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira” (Corrêa, 1994, p. 24 e 34). Melhor seria aceitar que ela foi, de fato, um instrumento disciplinador, ou conforme a proposta de Freyre (2002), um tripé que sustentou todo um sistema econômico, latifundiário e escravista de uma sociedade (Freyre, 2002, p. 105).

De acordo com Ângela Mendes (1987), Freyre retrata a questão da “família patriarcal, para descrever as relações familiares no Brasil, desde o período colonial até o século XIX, quando a família patriarcal teria entrado em declínio, para ser substituída, paulatinamente, pela família nuclear brasileira” (Mendes, 1987, p. 126), formada logo após o fortalecimento do Estado. Mas, pode-se dizer que ainda existe resquícios dessas famílias em vários pontos do país, principalmente no interior do Nordeste brasileiro.

Nota-se, todavia, que muitos autores da literatura brasileira relatam questões acerca da família patriarcal. Freyre, por exemplo, sinaliza que dentre os romancistas brasileiros, o mestre Machado de Assis em suas obras *Iaiá Garcia*, *Dom Casmurro* e principalmente no conto *Casa Velha* entre outras, “recolheu muito detalhe interessante da vida e dos costumes da antiga família patriarcal” (Freyre, 2002, p. 60). Nesse sentido, John Gledson (1998)¹ também elucida que não é impossível separar as obras de Machado de Assis do contexto histórico do século XIX. Já Antonio Candido afirma que a obra machadiana tem “a possibilidade de ser reinterpretada à medida que o tempo passa, porque, tendo uma dimensão profunda de universalidade, funciona como se se dirigisse a cada época que surge” (Candido, 2004, p. 67).

¹ Gledson, *Contos/uma antologia Machado de Assis. vol. 1 e 2, 1998.*

É importante ressaltar que, nesse contexto marcado pela tradição burguesa, a literatura machadiana revela os costumes de uma sociedade escravocrata, capitalista e patriarcal. Nessa perspectiva, o *Bruxo do Cosme Velho*, estrategicamente, engendra uma espécie de diálogo entre o mundo histórico e o literário, considerando que o literário não poderia ser desarticulado do contexto histórico, uma vez que, categoricamente, agregam valores, os quais plasmam o fato de que, “Machado de Assis deixou uma obra de alta investigação psicológica, mas tem fornecido campo à interpretação social, retrato que foi da sociedade do Segundo Reinado brasileiro” (Coutinho, 1968, p. XXVII).

Durante a leitura das obras machadiana, percebe-se que as mulheres-viúvas seguem à frente dos negócios da família patriarcal. Elas dirigem e multiplicam a herança, como ocorre em *Dom Casmurro* e em *Casa velha*, com as viúvas dona Glória, e dona Antônia. No entanto, não alcançam ascensão na interioridade do sujeito e nem são elevadas à condição de autoridade preponderante no meio social. Pelo contrário, terminam, com base na tradição, transgredindo a estrutura social, por comandar tão bem, do alto da casa grande, o patrimônio e os costumes de uma sociedade marcada pelo sistema patriarcal vigente. Nas palavras de Freyre, “tornava-se sociologicamente o *homem da casa*, o chefe da família, o senhor do engenho ou da fazenda, sem que tal substituição importasse em matriarcalismo senão adjetivo – nunca substantivo – ou em valorização do sexo considerado frágil” (Freyre, 1968, p. 133).

Na verdade, a administração das propriedades pelas protagonistas não surte efeito no mundo patriarcal e nem ganham repercussão, porque os conceitos são regidos por uma sociedade, onde todos os poderes e direitos são depositados nas mãos dos homens, cuja personalidade fálica e viril comanda os domínios da tradição burguesa secular. Na visão de Freyre, na sociedade patriarcal o homem se afirma como “o sexo forte, nobre, diferenciado do sexo oposto, para onde se pode afastar qualquer possibilidade em que esse homem não possa exercer o domínio econômico, político e social” (Freyre, 1977, p. 09), sendo ele sinônimo de força e virilidade, sem sobra de dúvida, um poderoso símbolo da autocracia familiar brasileira.

O principal objetivo deste trabalho é analisar o papel das viúvas, machadianas, levando em consideração o patriarcalismo. Como resultado, os romances apresentam um discurso, os quais suscitam uma reflexão sobre os conflitos existentes no período colonial. O aporte teórico é amparado nos estudos de Mariza Corrêa, Maria A. D’Incao, Gilberto Freyre e Antonio Candido, John Gledson, Josué Montello, Roberto Schwarz dentre outros. Cabe justificar que a leitura nos interessa, por ampliar os estudos sobre a ficção machadiana, elucidando, no tempo, uma ordem cronológica entre o passado e presente.

Na obra *Casa Velha* os relatos são feitos pelo cônego da Paróquia Imperial ao pároco local, Mascarenha, que narra a história da proprietária da Casa Velha, dona Antônia, viúva e mãe de Felix, seu único filho. O que se percebe, a princípio, é o amor incestuoso entre Cláudia, apelidada de Lalau, e Felix. A moça foi educada por dona Antônia que, preocupada com o relacionamento do filho e da moça, pede ajuda ao padre pesquisador e afirma que os dois são irmãos.

O segredo é revelado a ambos pelo padre e eles se afastam. Não obstante, a tia de Lalau, Mafalda, afirma que, realmente, antes de sua irmã falecer, teve um filho que morreu

com, aproximadamente, quatro meses de idade e este, por sua vez, era irmão de Jorge. Lalau, com orgulho ferido por causa do suposto pai, não aceita Felix como seu esposo, para o desespero e remorso da matrona dona Antônia que:

Governava esse pequeno mundo com muita discricção brandura e justiça. Nascera dona de casa; no próprio tempo em que a vida política do marido e a entrada deste nos conselhos de Pedro I podiam tirá-la do recesso e da obscuridade, só a custo e raramente os deixou. [...] Era filha de Minas Gerais, mas foi criada no Rio de Janeiro, naquela mesma Casa Velha, onde casou, onde perdeu o marido e onde lhe nasceram os filhos, — Felix, e uma menina que morreu com três anos (Machado de Assis, 1994, p. 19).

Dona Antônia é descrita como um dos pilares de sustentação do patriarcalismo burguês do século XIX. Ao mesmo tempo, representa uma aristocracia fidalga, à brasileira, um legado que é conduzido ao longo do tempo, com orgulho pela fidedigna sucessora da nobreza solar. É, sobretudo, uma figura feminina representante da linhagem europeia, e também de uma sociedade burguesa rural, ascendente pela força do escravismo, vigente em nossa sociedade.

A casa fora construída pelo avô, em 1780, voltando da Europa, donde trouxe ideias de solar e costumes fidalgos; e foi ele, e parece que também a filha, mãe de D. Antônia, quem deu a esta a pontazinha de orgulho, que se lhe podia notar, e quebrava a unidade da índole desta senhora, essencialmente chã (Machado de Assis, 1994, p. 19).

O que se percebe na passagem acima é que a história gira em torno de uma grande casa velha, que é personificada como símbolo de poder patriarcal, e que ainda é confundida com um componente familiar. A casa, “cujo lugar e direção não é preciso dizer, tinha entre povo o nome de Casa Velha, e era-o realmente: datava dos fins do outro século. Era uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos” (Assis, 2004, p. 09). É nesse ambiente próspero que a viúva de meia idade cresceu e aprendeu a arte da brandura, da justiça e a compostura do patriarcado. “D. Antônia era antes baixa que alta, magra, muito bem composta, vestida com singeleza e austeridade; devia ter quarenta e seis a quarenta e oito anos” (Machado de Assis, 1994, p. 19).

Freyre acredita que a história social da casa-grande é uma “história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala” (Freyre, 1977, p. 22). A ascensão social burguesa desse período se destaca pelas grandes propriedades latifundiárias, e pelo alto poder aquisitivo dessas famílias, cujo reflexo se dava nas colunas imponentes das grandes construções, símbolo de poder e riqueza das famílias ilustres. Freyre (1977) esclarece que:

O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Goncourt já o chamavam “*ce roman vrai*”. O arquiteto Lúcio Costa diante das casas velhas de Sabará, São João Del-Rei, Ouro Preto, Mariana, das velhas casas-grandes de Minas, foi a impressão que teve: “A gente como que se encontra... E se lembra de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei — Proust devia explicar isso direito” (Freyre, 1977, p. 22).

Cabe ressaltar que no artigo “*Como e porque escrevi Casa-Grande e Senzala*”, Gilberto Freyre esclarece que o livro “se desenvolve sobre um lastro de fatos retirados principalmente do cotidiano da experiência brasileira durante os séculos mais profundamente patriarcais de formação na América Portuguesa de uma sociedade estável” (Freyre, 1968,

p. 119). Dona Antônia, por exemplo, não é diferente dos personagens da primeira fase machadiana. Ela, por sua vez, se estrutura como uma mulher de punho forte que ostenta a casa na condição de matriarca burguesa. Ela não admite, entretanto, a proposta feita pelo narrador ou por “Vossa Reverendíssima”, de casar o seu filho com Lalau. É uma sugestão extremamente audaciosa, pois significaria uma afronta à tradição burguesa da qual ela é oriunda, de casar o filho com uma moça de classe menos favorecida:

Quer ouvir por que razão não podem casar? Porque não podem. Não lhe nego nada a respeito dela; é muito boa menina, dei-lhe a educação que pude, não sei se mais do que convinha, mas, enfim, está criada e pronta para fazer a felicidade de algum homem. Que mais há de ser? Nós não vivemos no mundo da lua, Reverendíssimo. Meu filho é meu filho, e, além desta razão, que é forte, precisa de alguma aliança de família. Isto não é novela de príncipes que acabam casando com roceiras, ou de princesas encantadas. Faça-me o favor de dizer com que cara daria eu semelhante notícia aos nossos parentes de Minas e de São Paulo? (Machado de Assis, 1994, p. 70).

O discurso da matriarca é protetor. Protetor no sentido de conservar a sua fortuna conquistada ao longo dos séculos. Sua intenção é somar essa fortuna à de outra família, com quem faria aliança por meio do casamento com seu filho. Maria Beatriz Nizza da Silva (1996) afirma que: “[a] primeira forma de garantir o futuro das filhas era contribuir com um dote para que elas pudessem encontrar um marido de igual condição social”². Portanto, cabia à viúva, resguardar e proteger o patrimônio com o intuito de conservá-lo para a futura geração familiar.

Cabe enfatizar que as personagens femininas são reflexos de uma conjuntura sociocultural, não resta dúvida, figuras subalternas que habitam um universo estético, onde as identidades são paradoxais – ou como postula Antonio Candido (2005), “[a] personagem é um ser fictício, expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção ser? Como pode existir o que não existe? No entanto a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança depende desta possibilidade [...]” (Candido, 2005, p. 55).

As figuras femininas são, por sua vez, representantes de uma sociedade elitista personagens sérias, bonitas e elegantes, que pertencem a uma classe social mais abastada, mas que também apresentam suas mazelas em discursos camuflados. Gustavo Corção compara as personagens de Machado de Assis com os de Dostoiévski:

Os personagens dos quatro primeiros romances de Machado de Assis são burgueses e em regra geral vitoriosos. Alguém já observou que os personagens de Dostoiévski não fazem nada, não têm emprego, não têm ocupações: ou melhor, estão intensamente ocupados em serem personagens de Dostoiévski. Os do nosso autor também não fazem nada, mas por motivo diverso: pertencem à camada social que estava dispensada do trabalho e do correlato suor, e que aqui no Brasil tinha ainda, a favor, o handicap da escravidão (Corção, 1958, p. 10).

Nota-se que a figura feminina do mundo machadiano se desponta na sociedade do século XIX e XX, representada por mulheres protetoras do patrimônio familiar. O destino das moças que costumam transgredir as barreiras socioeconômicas dessa sociedade é marcado pela tragédia, ou pelas barreiras do materialismo burguês. Dona Antônia, representante dessa classe, age como última herdeira responsável pela preservação daquele patrimônio

² SILVA, M. B. N. “Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial”. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 9, n. 1-2, p. 85-98, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42550>. Acesso em: 04 jan. 2022.

financeiro e social. “Estava tão acostumada a governar ali, naquele mundo insulado. O padre Mascarenhas dissera-lhe uma vez, ao almoço, que era a imperatriz da Casa Velha...” (Machado de Assis, 1994, p. 69). Ali era o seu microcosmo, vivia nele, para ele e por ele. Ela afirma que só sairia dali para a cova, pois ali estavam depositados os seus ancestrais, suas alegrias, suas angústias e amarguras, ou seja, todas as suas reminiscências. Para ela, só restava a casa e o filho – e uma forte aliança conjugal para perpetuar a tradição do legado. Isso sim, era tarefa que pertencia ao seu governo. Quando referia ao marido a:

Viúva, mãe de um homem, vivia da felicidade extinta e sobrevivente, respeitando morto o mesmo homem que amara vivo. E vai agora uma circunstância fortuita mostrar-lhe que, inventando, acertara por outro modo, e que o que ela considerava puro na terra trouxera em si uma impureza (Machado de Assis, 1994, p.115).

Dissimulava as traições do marido, mentiu quanto à questão do incesto, tudo para impedir a divisão do patrimônio alcançado ao longo dos anos; uma mulher omissa e ardilosa. “D. Antônia negou-me tudo a princípio, mas acabou confessando o que ninguém poderia então supor. Ela ignorava os amores do marido; inventara a filiação de Lalau com o único fim de obstar ao casamento” (Machado de Assis, 1994, p.115). Não media esforços para conservar seu patrimônio. Pode-se afirmar que é uma pessoa conservadora, falsa, dissimulada, arrogante, gananciosa e infeliz, que se sacrificou pessoalmente para garantir a luxúria da tradição familiar burbuburguesa.

Lalau foi educada por Dona Antônia, viveu toda a sua juventude na Casa Velha, por isso ela possuía as qualidades de uma moça de família, se não fosse a diferença existente entre as classes sociais de ambas. Portanto, o que se descortina na obra é a proteção da da viúva em relação ao seu patrimônio. Lalau percebe isso e logo desperta na moça o orgulho e a altivez como empecilhos para a união conjugal com Félix. Tais empecilhos podem estar associados ao meio natural, fruto da educação, dada a Lalau, por Dona Antônia. Entretanto, percebe-se que a suposta aceitação do casamento por parte da viúva não passa de um disfarce irônico, pois é sabido que, por uma questão de princípio, lembra D’Inção (2000), jamais se misturariam o sangue de duas classes sociais antagônicas (D’Inção, 2002, p. 223).

Nessa mesma perspectiva, compreende-se *laiá Garcia*, uma história envolvente de amor e ambição, na qual a viúva Valéria deseja impedir o amor de seu filho Jorge com Estela que, assim como Lalau, é educada pela mãe do noivo. Dessa maneira, a viúva, com apoio de um amigo, Luís Garcia, também viúvo e pai da personagem que dá nome ao livro – laiá Garcia, contribui com a partida de Jorge, aconselhando-o a ir para a guerra. Conforme Roberto Schwarz (1992), “Luís Garcia aconselha ao moço que obedeça, mas aconselha a contragosto e sem convicção, pressionado por Valéria, à qual deve obrigações familiares” (Schwarz, 1992, p. 115).

A preocupação por parte da viúva Valéria em enviar o filho para as forças armadas, ou melhor, direcionar o filho para ser um cidadão conhecido e ilustre, uma vez que ele não tinha jeito para assumir a profissão de advogado e muito menos a de um juiz, uma maneira de ascender socialmente o nome do pai – e ter também o seu nome destacado, por meio das forças armadas, podendo torna-se uma figura importante, um tenente coronel. Freyre (1977) lembra que existem nas sociedades primitivas e na sociedade patriarcal, diferenças entre o menino e o homem. Aponta que na sociedade primitiva as semelhanças entre ambos

são quase iguais; já no sistema patriarcal a “meninice” é curta: “Quebram-se logo as asas do anjo” (Freyre, 1977, p. 67), para atenuar o antagonismo entre o menino e o homem, ou seja, entre o pai e o filho. Na ausência do pai, era necessário que o filho assumisse diante da sociedade a postura de um homem. No caso de Jorge, não tinha queda para a carreira de bacharel “goza por enquanto a vida; mas os dias passam, e a ociosidade faz-se natureza com o tempo. Eu quisera dar-lhe um nome ilustre. Se for para a guerra, poderá voltar coronel, tomar gosto às armas, segui-las e honrar assim o nome de seu pai” (Machado de Assis, 1997, p.18).

Nessa perspectiva, Schwarz (1992) elucida que a viúva Gomes “alega razões patrióticas, mas na verdade, manda o filho à guerra para afastá-lo de uma agregada da casa, a quem ele queria” (Schwarz, 1992, p. 115). É notável que, como a viúva dona Antônia, a viúva Valéria não iria permitir o casamento do filho único, com uma agregada. Nota-se, que entre as viúvas machadianas está presente a figura feminina com fortes influências, tentando a qualquer custo preservar o legado patrimonial, uma herança exclusiva de uma classe social vigente que não cogitaria a possibilidade de dividir ou diminuir a somatória dos seus bens, deixando bem clara a pretensão de manter as suas condições sociais. Mary Del Priore (2014) afirma que o:

Casamento desde os primeiros séculos da colonização. Ele era indício de respeitabilidade, ascensão social e segurança. [...] na sociedade tradicional, a mulher não possuía estatuto fora do casamento, ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social (Del Priore, 2014, p. 30).

Um modelo de família mantida por alianças conjugais, comum no período colonial, que perdurou por séculos em nossa sociedade. É pertinente notar que nessa classe, representada pelas mulheres-viúvas, respeitadas pelas condições de ser donas-de-casa e mães de família, havia principalmente a preocupação em elevar socialmente o *status* e a condição da figura masculina.

Diante disso, Freyre destaca que, na sociedade patriarcalista brasileira, existiram dois tipos de mulheres: “as iaiás de sobrado e as de senhores de engenho. As primeiras são consideradas um ser artificial, mórbido, doente, deformada de corpo, uma boneca de carne do marido” (Freyre, 1977, p. 208). O outro tipo – são aquelas que, nos primeiros anos da colonização, com uma terra virgem a dominar, gozou de uma maior liberdade de ação. São as matronas, que ao governar algumas capitâneas hereditárias como D. Brites, Donas Joaquinas do Pompeu e Donas Franciscas do Rio Formoso. Tais mulheres, lembra Freyre, (1977) eram matronas ou “quase matronas”, por desempenhar um papel típico do homem na sociedade, também conhecido como “pseudomatriarcalismo”. Lembra também que a grande maioria das mulheres permanecia em casa, em total submissão, embaladas nas redes, morrendo de parto e tomando o ponto dos doces (Freyre, 1977, p. 209).

No conto *Miss Dollar*, o narrador, depois de longa digressão, confessa que a personagem principal da obra é uma cadelinha que dá nome ao conto. Na verdade, ela é uma espécie de cupido que, a princípio, une as duas personagens, o doutor Mendonça e Margarida; uma viúva jovem e rica, que já havia dispensado vários pretendentes, talvez devido à infelicidade vivida no primeiro casamento. Ela possuía uma cadelinha galga que fugiu de casa e foi encontrada pelo médico Mendonça, que soube do sumiço através do jornal. Na devolução da cadelinha, Mendonça conhece a viúva,

Uma moça que representava vinte e oito anos, no pleno desenvolvimento da sua beleza, uma dessas mulheres que anunciam velhice tardia e imponente. O vestido de seda escuro dava singular realce à cor imensamente branca da sua pele. Era roçagante o vestido, o que lhe aumentava a majestade do porte e da estatura. [...]. Os cabelos castanhos e naturalmente ondedos estavam penteados com essa simplicidade caseira, que é a melhor de todas as modas conhecidas [...]. A extrema brancura da pele não tinha o menor tom cor-de-rosa que lhe fizesse harmonia e contraste. A boca era pequena, e tinha uma certa expressão imperiosa. Mas a grande distinção daquele rosto, aquilo que mais prendia os olhos, eram os olhos; imaginem duas esmeraldas nadando em leite (Machado de Assis, 1998, p.128-129).

O narrador do conto descreve a personagem Margarida como uma figura romântica de olhar gateado e expressivo. Destaca em sua fisionomia, traços de uma mulher simples e bela, cujo nome remete a algo precioso e valioso como uma pérola, além de referir-se a nome de flor, metaforicamente, o que mais jovializa, na moça, são os olhos fascinantes cor de esmeraldas, os quais brilham, na brancura da pele. Dito isso, no decorrer da obra, percebe-se que é uma personagem enigmática, quando comparada a outras mulheres da narrativa e também um certo distanciamento – “só depois de algum tempo Margarida desceu do Olimpo do silêncio em que habitualmente se encerrara” (Machado de Assis, 1998, p.135).

Margarida age como uma divindade, trancafia-se numa torre de marfim, e como uma musa aprisionada dissimula sua beleza, coibindo ao mesmo tempo os seus desejos. Representada pelo narrador como uma deusa cobiçada que desce do Olimpo, uma moça bela, mulher magnífica e desejada, símbolo castrador e dona de grande poder aquisitivo. Dona Antônia, sua tia, é uma espécie de mãe protetora que governa a casa e obedece a todos os desejos da sobrinha. Pode-se dizer que é uma governanta subserviente, alcoviteira que almeja, a qualquer custo, a felicidade da protegida:

Dona Antônia contou a Mendonça que, curiosa por saber a causa das vigílias de Margarida, descobrira no quarto dela um *diário de impressões*, escrito por ela, à imitação de não sei quantas heroínas de romances; aí lera a verdade que lhe acabava de dizer.

— Mas se me ama, observou Mendonça sentindo entrar-lhe n’alma um mundo de esperanças, se me ama, por que recusa o meu coração?

O *diário* explica isso mesmo; eu lhe digo. Margarida foi infeliz no casamento; o marido teve unicamente em vista gozar da riqueza dela; Margarida adquiriu a certeza de que nunca será amada por si, mas pelos cabedais que possui; atribui o seu amor à cobiça (Machado de Assis, 1998, p.148).

Margarida é uma heroína cobiçada e inacessível, uma figura narcísica, intocável uma mulher linda que atrai, e, ao mesmo tempo, despreza a figura masculina. Seus sentimentos ressoam como perturbadores da alma, ferindo seus sonhos intocados, imagem de mulher bela e sedutora, que se revela através da descrição do corpo, da expressividade dos olhos, em cuja visão narcísica oculta os próprios sentimentos. Conforme Antônio Alcântara Machado (1930), praticamente está “acostumada à sujeição e à obediência, a mulher, pupila eterna do homem, não muda de condição ao passar do poder do pai para o do marido. Vive enclausurada em meio às mucamas, sentada no seu estrado, a cozer e lavar e fazer renda e rezar...” (Machado Alcântara, 1930, p. 145).

Margarida vive em total clausura, ela só consegue enxergar a sua própria imagem refletida no ego da ambição patriarcal. Vive aprisionada e martirizada, regurgitando as

reminiscências de um amor distante e friamente idealizado. Para ela, o ato de recusar seus pretendentes era um meio de resguardar a sua ambição e proteger a sua fortuna nos labirintos de sua clausura. Isso parece proporcionar-lhe uma satisfação ao seu amor sádico e masoquista. Nesta passagem, observe a conversa de Mendonça com Andrade, outro pretendente de Margarida:

– Pois era justamente o que os outros queriam; casar-te-ias e entrarias na mansa posse dos bens que lhe couberam em partilha e que sobem a muito mais de cem contos. Meu rico, se falo em pretendentes não é por te ofender, porque um dos quatro pretendentes despedidos fui eu (Machado de Assis, 1998, P.141).

É pertinente destacar que para a viúva a recusa do casamento com Mendonça era um “infortúnio”, em outras palavras – fatal, infausto, azarento e lutuoso, pois, ela percebeu que havia entre os seus pretendentes, todos eles, um jogo de interesse pelo seu real patrimônio. Contudo, não poderia persistir nessa “maledicência” e murmuração, em que se encontrava – se olharmos de maneira geral, para dentro de um contexto história literário, parece que as personagens femininas, as que ocupam um lugar de destaque, na sociedade, principalmente as viúvas, precisavam se casar ou para dá satisfação à sociedade ou para salvar a sua reputação, como afirma Margarida, no final do conto. “– Casei-me para salvar-lhe a reputação; não quero obrigar pela fatalidade das coisas um coração que me não pertence [...] os noivos tinham cara mais de enterro que de casamento [...], os dois opostos são ainda noivos e prometem sê-los até a morte” (Machado de Assis, 1998, p. 149 e 150). Fica evidente que ela não amava Mendonça, era um casamento de aparências – de acordo com os costumes da sociedade da época. Pode-se dizer, portanto, que entre os dois, o fato nupcial jamais se consumou, parece que uma tensão crescente tomou conta do casamento, que não passou de uma representação ficcional.

Em *Ressurreição* (1983) a história gira em torno da viúva Lívia, uma mulher formosa, romântica e bela. Ela ficou viúva muito jovem, no seu casamento não encontrou a felicidade que tanto almejava, o que se sabe é que ela se entregou de corpo e alma ao seu cônjuge, amou-o de verdade, um sentimento excessivo, cuja pieguice a denunciava:

[...] estou explicando a situação da minha alma, [...]. Era um homem apático e frio; honesto, é verdade, e bom coração, mas falávamos língua diversa e não nos podíamos entender. Confiei todavia na influência do amor (Machado de Assis, 1998, p. 149 e 150).

Parece que a moça construiu, na narrativa, os castelos poéticos, os segredos, as paixões e os sonhos fatídicos – na tentativa de ser feliz, encontra um vazio na alma que ostenta o terreno literário – na introspecção plantou o amor e colheu o tédio, o desgosto e a exasperação. Talvez seja esse o preço das suas ideologias poéticas ocorridas ao longo do jogo narrativo. Nesta passagem, Lívia aponta as controvérsias da sua união conjugal:

Fatigava-o com isso a que ele chamava pieguices poéticas; da fadiga passou à exasperação, da exasperação ao tédio. No dia em que o tédio apareceu conheci que o mal estava consumado. Quis emendá-la e não pude. Tinha feito da nossa vida conjugal um deserto; e se a minha alma clamava contra o destino, minha consciência me acusava de um erro, o erro de haver perturbado a paz doméstica, a troco de um sonho que não veio. Não me faça melhor do que sou, bem vê; mas uma parte da culpa não será da natureza que me fez tão pueril? Tal é o meu receio [...]; às vezes cuido que não vim ao mundo para ser feliz nem para dar a felicidade a ninguém. Nasci defeituosa, parece. Serás tu capaz de desfazer a apreensão ou corrigir o defeito? (Machado de Assis, 1998, 159).

Na busca pela felicidade, a viúva Lívia tenta recuperar o tempo perdido, desejando conquistar um verdadeiro amor. Embora fosse uma moça simples vinda “da roça, onde tivera uma vida reclusa e monástica” (Machado de Assis, 1983, 26), sua beleza despertava as atenções daqueles que frequentavam os bailes dos quais participava. Sabe-se que a moça tinha muitos admiradores. Mas, para ela, só lhe agradava um, o Dr. Félix.

Depois de sua viuvez, Lívia foi passar uma temporada em Minas Gerais. Ao retornar à corte, seu irmão Viana, lembra ao Félix que a irmã fala muito nele. Félix afirma que esteve com a moça apenas duas vezes. E no primeiro encontro a viúva se justificava que “só se esquecem as pessoas vulgares” (Machado de Assis, 1983, 25). Lívia retorna com o propósito de conquistar o Doutor, e assim o faz. O primeiro encontro, depois da chegada de Lívia, ocorre na casa do Coronel, pai de Raquel, moça que também é apaixonada por Félix. Lívia encontrava-se no salão valsando, quando Raquel percebe o olhar de Félix para a viúva e pergunta: “Está olhando para aquela moça? Não a acha bonita? Félix finge que não percebeu e afirma não olhar para ninguém, – Pois fazia mal; porque valia a pena olhar: Lívia é a rainha da noite” (Machado de Assis, 1983, 24), chama a atenção de todos os cavalheiros, estava radiante e dissimulava a presença do doutor que a observava, “não vê com que desdém ouve ela as palavras do cavalheiro que lhe dá o braço?” (Machado de Assis, 1983, 24).

É uma mulher jovem e vaidosa, tem consciência do poder de sedução que provoca nos homens. Para D’Incao (1977), “[o] amor, explorado por Machado de Assis, oscila entre um sentimento trágico transcendente – rebelde às demandas da sociedade burguesa e racional – e um amor raro, feito de pequenos gestos cotidianos e respeito mútuo, sem paixão” (D’Incao, 1997, p. 238). É um amor superficial visto entre as viúvas burguesas mais jovens, aquelas que frequentavam a corte em busca de pretendentes, como ocorre com Lívia e Margarida. O discurso do narrador deixa claro que a vida das viúvas, machadiana é prosaica entre o mundo burguês e o galanteio dos homens da corte oitocentista. No entanto, quando os seus amores não são correspondidos, elas, por sua vez, findam “os seus dias no claustro” (Machado de Assis, 1983, p. 107). Como propõe Leila Mezan Algranti (1999), “o enclausuramento de mulheres leigas, por sua vez, foi sempre praticado em nome de princípios morais, da preservação dos bons costumes e da castidade feminina” (Algranti, 1999, p. 45).

Lívia é uma viúva de classe abastada, não diferentes das demais viúvas de Machado. O interesse pelos bailes, as viagens e as compras, fazem dela uma jovem viúva de classe burguesa, admirada por muitos homens da corte. “– Não pense, acrescentou Lívia, que me seduzem unicamente os esplendores de Paris, ou a elegância da vida europeia. Eu tenho outros desejos e ambições. Quero conhecer a Itália e a Alemanha” (Machado de Assis, 1994, p. 14). Percebe-se nessa passagem que Lívia possui total liberdade de expressão, para ir e vir, no contexto narrativo, menciona os seus desejos e isso assusta e compromete, no mundo insular, a imagem de Félix, uma vez que os valores morais e os costumes são ideologizados.

A atitude de Lívia intriga o doutor Félix, que ao receber uma carta, acredita logo na possível traição da viúva. “– Casar?... disse Félix rindo. A pergunta é tão original que merece um sorvete [...]. Estava certo da infidelidade da amante” (Machado de Assis, 1983,

p. 102). A informação da carta deixa claro para o doutor que a viúva traiu o primeiro marido, e provavelmente trairia o segundo. Sem mencionar o péssimo humor da viúva, conforme lembra o irmão, “O senhor não imagina bem que eterna variação de gênio é aquela moça. Há dias em que se levanta meiga e alegre, outros em que toda ela é irritação e melancolia” (Machado de Assis, 1994, p. 23).

Diante das revelações, Félix recusa o casamento com a viúva. Para ele, Livia não passa de uma mulher vulgar e leviana, que diante da situação, tenta dissimular a verdade dos fatos – “Livia era a este respeito negligente e “meia doida”, como lhe chamava o irmão; alheava-se muitas vezes das coisas que a cercavam para subir a um mundo superior e quimérico” (Machado de Assis, 1994, p. 23). Na introspecção, pode-se dizer que a viúva é uma pessoa audaciosa e isso aponta para um jogo narrativo, cuja personagem se desponta como “um modelo de dissimulação e cálculo. Conhecia todos os artifícios da campanha amorosa, a indiferença, o desdém, o entusiasmo, e até a resignação” (Machado de Assis, 1994, p. 23).

O narrador em *Ressurreição* parece entregar o comando da narrativa ao Dr. Félix. Aliás, essa é uma característica que também se percebe em *Dom Casmurro*, mesmo sabendo que naquela, temos um narrador em terceira pessoa, e nesta, um narrador em primeira. Em ambas, os personagens principais, ou seja, Félix e Bento Santiago, dão a entender que estão no centro da narrativa, comandando tudo, e também se apropriando dos relatos, fazendo dos outros personagens meros joguetes. Percebe-se ainda, com relação ao narrador machadiano, que são figuras ciumentas e acusadoras, que se fazem de vítimas e se afastam, porque não estão colados aos personagens, construindo passo a passo a narrativa, comandando de um certo degrau de distância os acontecimentos. Em *Dom Casmurro*, a narrativa é composta de vários tipos sociais, mas o que nos interessa na obra é, sobretudo, o perfil da viúva D. Maria da Glória Fernandes Santiago, que “contava quarenta e dois anos de idade” (Machado de Assis, 1983, p. 24), uma matrona descendente do patriarcalismo burguês.

Cabe enfatizar que, embora não manipulando a pena e tendo as suas vozes ressoadas passivamente, são elas as personagens femininas, quem comandam a trama, disfarçadas de donzelas indefesas, como ocorre com dona Glória, em *Dom Casmurro*. Uma história que gira em torno da mãe castradora e das desconfianças de adultério do filho Bentinho. São notáveis os vários perfis típicos da personagem-viúva: o castrador que dissimula com empáfia o controle estatutário de seu legado. A imagem de castradora aparece também metaforizada em forma de mulher submissa, regrada por uma sociedade motivada pelos conceitos masculinos. Nesses trejeitos, a imagem de Dona Glória é conceito absoluto de plenitude, e também é elevada a condição de santa. Esse endeusamento, na perspectiva de uma matrona, é paradoxal, porque envolve a condição do sagrado e da megera profana, pois adota a incomensurável dubiedade do poder do homem, refletido na imagem de mulher. Nesse sentido, Freyre pondera, “nunca que esses casos excepcionais de matriarcas nos autorizam a falar num matriarcado que florescesse dentro da sociedade patriarcal do Brasil com o vigor de uma instituição rival da econômica e politicamente dominante” (Freyre, 1977, p. XCV). Para o filho da viúva:

Minha mãe era boa criatura. Quando lhe morreu o marido, Pedro de Albuquerque Santiago, contava trinta e um anos de idade, e podia voltar para Itaguaí. Não quis; preferiu ficar perto da igreja em que meu pai fora sepultado. Vendeu a fazendola e os escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, uma dúzia de prédio, certo número de apólices, e deixou-se estar na casa de Mata-cavalos, onde vivera os dois últimos anos de casada. Era filha de uma senhora mineira, descendente de outra paulista, a família Fernandes (Machado de Assis, 1983, p. 24).

A viúva administra todo o patrimônio da família. Temos aqui uma semelhança entre as viúvas Dona Antônia de *Casa Velha*, e Dona Glória de *Dom Casmurro*. Ambas pertencem às elites mineiras e paulistas. D’Incao (2000) comenta que “o casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões “por amor”)” (D’Incao, 2000, p. 190). A autora comenta ainda que o legado das famílias abastadas se concentrava na mão do homem, e que as esposas, filhas, irmãs, sobrinhas, tias e serviçais cuidavam da imagem do homem envolvidos nas questões políticas, econômicas e sociais. Consonante a essa opinião, Maria Beatriz Nizza da Silva postula que “[a] situação de viuvez, ou de ausência prolongada do marido, é que levava a mulher a assumir a gestão do patrimônio, quer no meio rural, quer no meio urbano³”.

Não podemos esquecer que a ambição é uma característica marcante das personagens viúvas. No caso de Dona Glória, assume a postura de uma matrona, além de posicionar-se no centro da narrativa, tendo em volta

As figuras dos agregados (José Dias), dos parentes pobres (Tio Cosme e prima Justina), dos vizinhos “agregados” (Capitu e seu pai, Pádua) e dos comensais (aqueles que chegam para as refeições). Os escravos são as molduras desta pintura. Em todo o romance, eles estão lá, mas apenas o leitor crítico os perceberá (Machado de Assis, 1983, p.89).

Dona Glória é uma personagem urbana do século XIX, que controla a casa, as pessoas e quem vive na propriedade – perambula por toda a parte, “com os seus sapatos de cordovão e surdos, a um lado e outro, vendo e guiando os serviços todos da casa inteira, desde manhã até à noite” (Machado de Assis, 1983, p.24). Na casa, além da viúva Dona Glória havia o advogado Cosme e Justina, que também eram viúvos, “era a casa dos três viúvos” (Machado de Assis, 1983, p. 22). Pode-se dizer, na verdade, que é a obra dos viúvos, conforme se percebe no decorrer da narrativa, quando os personagens Pádua, Sancha e o próprio narrador, se tornam viúvos. Mas, os méritos são da viúva Dona Glória, a qual comanda as rédeas da narrativa, controlando, com maestria, o poder aquisitivo. Para Eni de Mesquita Samara, “não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelaram pelo patrimônio da família, gerindo propriedades e negócios” (Samara, 1989, p. 106).

Um ponto importante que diz respeito à viúva dona Glória é que, diferentemente das viúvas dona Antônia e Valéria, não impediu, todavia, o casamento do filho Bento Santiago com Capitu, uma moça de classe social diferente da dele. Talvez porque viu na moça, as suas próprias qualidades de administrar os negócios de família: “Pádua, agora que se aposentou, não faz mais que receber o ordenado e entregá-lo a filha. A filha é que distribui o dinheiro, paga as contas, faz o rol das despesas, cuida de tudo, mantimento, roupa, luz”

3 SILVA, M. B. N. “Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial”. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 9, n. 1-2, p. 85-98, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42550>. Acesso em: 04 jan. 2022.

(Machado de Assis, 1983. p. 121). Ela administrava o dinheiro da família após a morte da mãe, como fez dona Glória e as viúvas machadianas, após a morte dos maridos.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

As viúvas machadianas narram suas histórias de vida e suas amarguras, não medem esforços para obter ascensão social e conservar o patrimônio da família. Contudo, percebe-se que essas viúvas são infelizes, pois vivem na condição de ostentar o alto poder aquisitivo. Além disso, as mais jovens, por exemplo, como Livia e Margarida, são mulheres lindas cobiçadas pelos homens da corte carioca, sobretudo os médicos Félix e Mendonça. No entanto, não alcançam a felicidade de uma união conjugal almejada ao longo do romance. Dessa maneira, são mulheres que relatam suas experiências na condição de viúvas submissas. Nota-se, sobretudo, que suas histórias são complexas e ambíguas, apresentando na escrita um legado conflituoso que percorre os meandros da incerteza e do indefinível, deixando o leitor muitas vezes, confuso e indeciso, por compartilhar de uma escrita oblíqua, dissimulada e irônica, carregada de temas universais presente nas sociedades ao longo dos séculos.

Sendo assim, notadamente, as obras de Machado de Assis, não fogem ao período histórico da época, para John Gledson (1998) e Antonio Candido (2004), o discurso do autor é, consonantemente, pontuado por uma clara verossimilhança. Em conformidade com esses autores, Gilberto Freyre (2002) e Maria D’Incao (2000), retratam as histórias da família patriarcal brasileira, pano de fundo da sociedade do período colonial.

É importante salientar que os estudos sobre os romances machadianos são numerosos, por isso, acredita-se que este trabalho possa contribuir para ampliar ainda mais os estudos literários e instigar novas propostas, por sua vez, interdisciplinares – a aproximação do texto literário com outras artes, as artes plásticas, visuais e musicais. É inegável que as obras estudadas são dialeticamente infundáveis, podendo permanecer abertas a novos debates, pesquisa literária e crítica literária dentre outros. Sendo assim, este trabalho procurou investigar uma proposta, as viúvas machadianas, com a intenção de compreender um pouco sobre as personagens.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Ed. Moderna: São Paulo, 1983.

ASSIS, Machado de. **Iaiá Garcia**. Ed. Tecnoprint: Rio de Janeiro, 1972.

ASSIS, Machado de. **Ressurreição**. ed. 6. Ed. Ática: São Paulo, 1983.

ASSIS, Machado de. **Casa Velha**. Ed. Paraula: Porto Alegre, 1994.

ASSIS, Machado de. **Miss Dollar**. Ed. Garnie: Rio de Janeiro, 1998.

ALMEIDA, Ângela Mendes. **Pensando a família no Brasil: da colônia modernidade**. (Org). SAMARA, Eni Mesquita de. Espaço e Tempo. Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 1982.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. vol. 1 (1750-1836). 9ª edição. Editora Itatiaia Limitada: São Paulo, 1975.

CANDIDO, Antonio. **A personagem no romance**. In: __CANDIDO, Antônio. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Introdução à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. In: __ALMEIDA, Ângela (Org.) Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1982.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

D'INCAO, Maria A. **Mulher e Família Burguesa**. In: __PRIORE, Mary Del. (Org). História das mulheres no Brasil. Ed. Contexto: São Paulo, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural desenvolvimento do urbano**. ed. 5. v. 1 e 2. Ed. J. Olympio: Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

_____. **Casa Grande & Senzala**. ed. 46. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Como e por que sou e não sou sociólogo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1968.

GUSTAVO, Corção. **Nossos Clássicos**. Machado de Assis. (Org). Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim Corrêa. Editora. Agir: Rio de Janeiro, 1958.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**. Contos/uma antologia. vol. 1 e 2. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**, 2º ed. Empresa gráfica da Revista dos Tribunais: São Paulo, 1930.

MEZAN, Algranti Leila. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. ed. 2º. Editora. José Olympio: Rio de Janeiro, 1999.

MESQUITA, Samara Eni de. **As mulheres o poder e a família**. Ed. Marco Zero e Secretária de Estado da Cultura: São Paulo, 1989.

MONTELLO, Josué. **Os inimigos de Machado de Assis**. ed. 2º. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4º ed. Ed. Duas Cidades: São Paulo, 1992.

Crítica de dados em canais de comunicação, utilizando conceitos e metodologias tecnológicas, para tomada de decisões estratégicas

Daniel Albuquerque dos Santos e Souza

Técnico em Processamento de Dados pela Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC RJ), Graduado em Análise de Sistemas pelo Instituto Superior em Tecnologia da Informação do Rio de Janeiro (ISTRIO - FAETERJ), pós-graduado em Gestão de Projetos e pós-graduado em Marketing pelo Centro Universitário Carioca (UNI CARIOCA), e pós-graduado em Big Data e Comunicação pelo Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR RJ)

RESUMO

Segundo Alan Kay, “tecnologia é qualquer coisa que não estava por aí quando você nasceu” (Tecnundo, 2015). Em consonância, a ciência está em constante evolução também, tal como a computacional, que se reinventa a cada segundo, e é duvidoso dizer que ainda temos tempo para aprender tudo que o mundo nos favorece. Pois são muitos conceitos, métodos, saberes, e principalmente exemplos e soluções possíveis e reais que surgem a todo momento. Gerenciar todo esse cenário é muito complexo, mas não é impossível. Dar publicidade comunicacional a grandes ideias se tornou algo fácil, e em alguns momentos prático. Dados e informações são gerados de maneira absurda e incontáveis, e criar grandes *big datas* com esses resultados importantes, não é somente possível, tal como o uso dos mesmos somados as inúmeras tecnologias, nos proporciona fazer críticas, desenvolver diagnósticos e criar *insights* com base em *KPIS*, para soluções com visões e objetivos de maneira ilimitada. Adentrando de forma resumida no tema proposto, referente a *Crítica de dados em canais de comunicação, utilizando conceitos e metodologias tecnológicas, para tomada de decisões estratégicas*, vamos compreender de fato como todo esse processo pode ser planejado, executado, mensurado e aperfeiçoado. Mediante a todo esse contexto que foi pautado, avançaremos em: como a crítica de dados pode ser realizada; quais possíveis canais de comunicação precisam ser acompanhados para análise qualitativa; aonde os conceitos e métodos podem ser aplicados tecnologicamente; porque a tomada de decisão com base em dados é a mais assertiva; e também, como toda essa conjuntura multidisciplinar é pertinente ao fluxo da linha de pesquisa em proposta, há quem for de interesse desta carta de intenção de trabalho.

Palavras-chave: crítica; dados; comunicação; conceitos; metodologias; tecnológicas; decisões; estratégicas.



INTRODUÇÃO

Estamos no século XXI, e o momento atual é de grande avanço para toda humanidade. Dentre várias tecnologias existentes no âmbito tecnológico e digital, tal como os aparelhos característicos e relacionados à internet das coisas (*IoT – Internet of Thing*), que a cada dia se atualizam em sua estética periférica e em seus sistemas altamente anatômicos, dinâmicos e independentes, a inteligência artificial (*IA*) favorece mais autonomia quando o assunto são as diversas possibilidades de se comunicar.

E à medida que todos os gêneros humanos se comunicam, dados são gerados e consumidos em grande escala, em um mesmo cenário. Para este ano de 2024, está previsto um aumento no consumo de dados para 149 *zettabytes* (Valor Econômico, 2023).

Esta ocorrência, se chama *big data*, ou seja, a famosa amazônia de dados, que nós profissionais e acadêmicos da área da tecnologia e ciência da informação e computação, temos à disposição no universo web, para fins de mineração, análise, tratamento e transformação dos mesmos em informações de extrema importância.

Avaliação Qualitativa com KPIs, de Dados Captados em Canais de Comunicação

À medida que os dados são captados no processo de comunicação no ambiente digital, tal como nas redes sociais (*linkedin, facebook, instagram* e etc.), sites (portais de notícias, *blogs* e etc.), sistemas online (currículo *lattes, gov.br* e etc.) e demais a disposição, o armazenamento dos mesmos é de grande valia, para fins analíticos.

A organização, tratamento e refino desses dados brutos, proporciona em transformá-los em informações pertinentes, e dependendo das diversas plataformas que podem ser utilizadas (*excel, power bi, looker studio, tableau* e etc.), para leitura e cruzamento entre uns com outros, é entregue a possibilidade de entendimento e antecipação de cenários proporcionais as referências geradas mediante as críticas de forma micro e macro.

No entanto, primeiramente é essencial idealizar quais indicadores de desempenho (*KPIs*) são favoráveis para cada situação. Conforme a empresa *tableau* “KPIs específicos variam de setor para setor” (Tableau, 2024), e a partir dos indicadores de desempenho elaborados, é possível iniciar o processo de captação dos dados de forma mais objetiva.

UTILIZANDO TÉCNICAS PARA LEITURA DOS DADOS ADQUIRIDOS

Uma métrica de dados, é melhor entendida quando são geradas e transformadas em *dashboards (DBs)*.

O uso de *DBs*, “é uma maneira visual de apresentar dados, geralmente em forma de gráficos ou tabelas” (*Siteware, 2024*), são os resultados dos dados analisados, porém disponibilizados de uma maneira mais didática aos usuários que vão fazer uso das informações de referência.

Possibilidades de Interpretação de Informações com o Uso de Dashboards

Esse conceito metodológico com *dashboards*, favorece uma leitura mais didática do que está sendo estudado, ou seja, fica fácil de entender e compreender, pois são utilizados gráficos, índices, mapas e diversas implementações para gerar um relatório mais compreensível aos olhos de quem fará uso do material desenvolvido.

De acordo com a Microsoft, “um dashboard bem projetado contém apenas os elementos mais importantes da história” (Microsoft Teams, 2023), e sendo configurados com a possibilidade de filtros dinâmicos, além de serem mais intuitivos, facilitam a visualização de cenários que sem o uso de plataformas ao nível, seria impossível fazer uma comparação rápida entre os resultados do passado com um futuro que pode ser planejado.

EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS COM INTELIGÊNCIA DE DADOS

ATOTVS (2023) informa que, “a inteligência de dados trata-se do complexo processo de extrair e examinar os dados vindos de *big data* para descobrir informações capazes de ajudar as organizações a atingirem seus objetivos e melhorar sua tomada de decisões”, seguindo nesse percurso, com todos *KPIs* elaborados e com seus dados adquiridos de forma sinérgica, e apresentando as informações em *dashboards*, é possível por exemplo, pautar pontos positivos, negativos e possíveis melhorias sobre alguma situação em específica que esteja sendo apurada.

Direcionamento Favorável com Base em Diagnóstico

A partir das pesquisas analíticas e seus resultados projetados, certamente, qualquer tomada de decisão é previamente mais decisiva e com mínimas probabilidades de chances de erro, quando, por intermédio dessa metodologia diagnóstica que preza em “encontrar relações de causa e efeito para compreender um acontecimento” (Zendesk, 2023), soluções cabíveis são desenvolvidas para evitar e contornar situações desfavoráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proposta de Trabalho com Referência na Ciência de Dados Computacionais

“A análise e crítica de dados permite identificar oportunidades, detectar problemas, prever tendências e tomar decisões mais eficazes e embasadas” (Awari, 2023).

Dentre todo conceito desenvolvido, é notável o quanto a crítica de dados, faz parte da ciência computacional. E hoje, mediante a grande massa de dados que aumenta a cada segundo proporcionado nos variados canais de comunicação, os métodos aplicados para metrificá-los e transformá-los em informações de fácil entendimento, para criação de soluções, é constantemente utilizado por grandes empresas e profissionais atuantes no mercado.

Em sugestão, além da concepção da tecnologia da informação de forma geral, que insubstituivelmente deve ser utilizada, técnicas e conhecimentos interdisciplinares como gestão de projetos, marketing na web, big data e comunicação digital, serão combinadas afim de propor em práticas, elucidações com o objetivo de resolver grandes casos ao tema proposto.

Com perfil não anacrônico, a temática em elaboração, é mais uma prova de que não existe mais tomada de decisões, que não tenha qualificação baseada em dados e informações. Posto isso, sigo no intuito de me aprofundar ainda mais no tema aventado, e lapidar ao máximo todos os conceitos e práticas discriminadas, afim de proporcionar mais uma tese condizente e em sinergia no sentido da “busca de soluções eficientes e inovadoras para os problemas abordados, caracterizando a área de ciências computacionais” (CCOMP, 2024).

REFERÊNCIAS

AWARI. Título: **Análise de Dados - uma Leitura Crítica das Informações**. awari.com.br, 2023. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: Junho de 2024.

CCOMP. Título: **Programa de Pós-Graduação em Ciências Computacionais (PPG-CCOMP)**. ccomp.ime.uerj.br, 2024. Disponível em: <https://ccomp.ime.uerj.br/>. Acesso em: Junho de 2024.

MICROSOFT TEAMS. Título: **Introdução a dashboards para designers do Power BI**. learn.microsoft.com, 2023. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/power-bi/create-reports/service-dashboards>. Acesso em: Junho de 2024.

SINÔNIMOS.COM. Título: **diversas pesquisas de sinônimos**. Sinonimo.com, 2011. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/>. Acesso em: Junho de 2024.

SITWARE. Título: **Dashboard - o que é, como fazer e 4 principais ferramentas**. siteware.com, 2024. Disponível em: <https://www.siteware.com.br>. Acesso em: Junho de 2024.

TABLEAU. Título: **Conheça alguns exemplos de KPIs e como classificá-los**. tableau.com, 2024. Disponível em: <https://www.tableau.com/pt-br/learn/articles/KPI-examples>. Acesso em: Junho de 2024.

TEC MUNDO. Título: **20 citações inspiradoras sobre tecnologia que farão você refletir**. tecmundo.com.br, 2015. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br>. Acesso em: Junho de 2024.

TOTVS. Título: **Inteligência de dados: como ajuda a tomar decisões**. totvs.com, 2023. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: Junho de 2024.

VALOR ECONÔMICO. Título: **Big data - análise de dados é aliada da indústria**. valor.globo.com, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/09/27/big-data-analise-de-dados-e-aliada-da-industria.ghtml>. Acesso em: Junho de 2024.

ZENDESK. Título: **4 tipos de análise de dados para criar estratégias certas**. zendesk.com, 2023. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/tipos-analise-de-dados/>. Acesso em: Junho de 2024.

A sociedade desconhece e exclui, o terreiro acolhe e ensina: o senso de pertencimento de uma adolescente no terreiro de umbanda em Trindade -GO

Maria Alves da Silva

Licenciada em Letras, mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás – UEG – Campus Morrinhos – Go

RESUMO

A umbanda é uma das religiões brasileiras de matriz africana que surge no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. Suas práticas se espalharam por todo o Brasil e hoje está presente em cidades de grande e pequeno porte. No presente estudo nosso objetivo é ampliar a discussão tendo como ponto de partida a escola, onde a opção de ser praticante de religião de matriz africana ainda é vista como algo que foge às regras das religiões cristãs, principal motivo da rejeição em razão desta última ser vislumbrada como seita. Temos como ponto de partida a frase “Sou da umbanda, é lá que me identifico e tá tudo bem”, registrada por uma aluna do primeiro ano do ensino médio na ocasião de uma produção de texto cujo objeto era a auto percepção de pertencimento dentro dos grupos dos quais ela faz parte. Esta frase foi o eixo norteador do artigo que tem como principal suporte teórico o trabalho de Stela Guedes Caputo e Elaine Di Carlantonio (2023), uma vez que esses autores já realizam pesquisas com esta temática tendo como protagonistas crianças de terreiro que concebem estes espaços como lugares de acolhimento. Inserir o resultado da discussão proposta nesse estudo.

Palavras-chave: religiões de matriz africana; crianças do candomblé e da umbanda; acolhimento.

INTRODUÇÃO

No presente estudo discorreremos o terreiro como um espaço de acolhimento e de equidade, apontando-o como uma “válvula de escape” uma vez que são nesses lugares que as interações respeitadas acontecem, ao contrário da sociedade como um todo que não somente discrimina as religiões de matriz africana, como também seus seguidores, principalmente se forem negros(as).



Para a produção deste, utilizamos como principal referência o artigo de Stela Guedes Caputo e Elaine Di Carlantonio (2023) intitulado “*O racismo machuca o corpo, a cabeça, a brincadeira. O terreiro cuida do machucado que o racismo faz*”, cuja abordagem é feita a partir da experiência de meninas negras do candomblé. A partir deste trabalho, foram realizadas outras leituras para oferecer um suporte teórico mais consistente ao tema abordado.

A partir da leitura do trabalho de Caputo e Carlantonio (2023) fizemos relação com a fala de uma aluna da autora¹ do presente artigo numa produção de texto intitulada “*Que lugar eu ocupo nos grupos que participo?*” no qual chamou atenção a frase: “sou da umbanda, é lá que me identifico e tá tudo bem.” É, portanto, a presente frase o elemento gerador deste trabalho, uma vez que surgiram inquietações: a aluna estaria se referindo a uma aceitação de sua opção religiosa por parte dos colegas de sala? Seria uma maneira de autodefesa diante de uma possível posição adversa a sua religião? Que percepção esta aluna tem em relação aos outros quando se declara umbandista?

Para conhecer a relação entre o texto de Caputo e Carlantonio (2023) e a frase registrada pela aluna em sua produção textual, foi realizada uma roda de conversa com Maria Eduarda² quando expomos a ela do que se tratava e se a mesma poderia contribuir.

Diante de sua afirmativa e com o auxílio dos artigos selecionados, construímos o presente artigo o qual demonstra que em alguns pontos Maria Eduarda e as crianças entrevistadas pelos autores acima referenciados apresentam pontos semelhantes como a resiliência em “ressurgir” quando são criticados por serem adeptas de religiões de matriz africana, uma vez que é no terreiro que elas se sentem acolhidas.

Para discorrer o assunto em questão, o artigo encontra-se dividido em três seções, a saber: o surgimento das religiões de matriz africana no Brasil a fim de oferecer um fio condutor para compreender como se dão as práticas nestas religiões e de modo específico na umbanda, opção religiosa da adolescente participante.

Em seguida, descrevemos o contexto da umbanda no Brasil cujos elementos e práticas nos permitem identificar e relacionar as percepções dos não praticantes com as colocações de Maria Eduarda na roda de conversa e em suas participações nas sessões da umbanda.

SURGIMENTO DAS RELIGIÕES AFRICANAS NO BRASIL

Quando iniciaram a vida como escravos no Brasil, muitos já haviam perdido a memória de sua identidade e pertencimento familiar ou tribal (Lima, 2010). A necessidade de pertencer e de uma identidade levou os africanos escravizados a procurar suas raízes pessoais, uma maneira de atribuir a si mesmos uma identidade cultural ancestral. A primeira era identificar-se como pertencente a alguma região, tribo ou clã da África, mas a falta de evidências confiáveis de tal pertencimento não permitiu que isso fosse verificável e eles foram orientados apenas por suposições (Lima, 2003).

¹ A referida aluna é chamada e atendida pelo Atendimento Educacional Especializado da Escola Estadual Alonso Lourenço de Oliveira em Trindade – Go.

² Nome fictício para resguardar a identidade da estudante.

Outra forma foi pelo porto em que foram embarcados na África, que também não era seguro, pois, por exemplo, entre os embarcados em Angola estavam indivíduos do Ambundos, Luangos, Dembos, Jingas, Bangalas, Songos, Libolos e outros que habitavam diferentes pontos da região de Angola e seus arredores. Quando a aculturação na era colonial já estava avançada, a opção foi identificar-se através das irmandades (confrarias) ou irmandades religiosas católicas, às quais eles poderiam aderir de acordo com sua classificação étnica e social e sua condição de liberto ou cativo, livre ou escravo aplicando-se tanto a homens quanto a mulheres (Godman, 2011).

Nazzari (2015) informa que nessas irmandades, citando-se apenas alguns casos como o de Nossa Senhora do Rosário era a “Senhora” ou santa padroeira dos escravos negros, a Virgem de Guadalupe, da Espanha e posteriormente adotada no México, sendo protetora dos pardos no Estado da Bahia, assim como Nossa Senhora do Tercio e Nossa Senhora da Boa Morte.

Da mesma forma, Nossa Senhora do Amparo, no Rio de Janeiro e na Bahia, também foi adotada por irmandades de Nossa Senhora da Imaculada Conceição padroeira do reino de Portugal que recebeu culto dos pardos e brancos, alguns por sua concepção sem manchas, livres do pecado original e libertos de toda impureza (já que a ideia de que negros e mulatos eram “impuros” por causa da sua cor predominava na mentalidade colonial e tal cor era vista como defeito), outros por associação ao ideal elitista de “pureza de sangue”. São Brás também era o padroeiro dos homens pardos, assim como São Bento era o padroeiro dos homens negros (Nazzari, 2015).

Estas e outras irmandades inicialmente tinham suas sedes e altares nas laterais das igrejas, as menos importantes, até que recebessem das autoridades ou pudessem comprar com os recursos que reuniram através de filiações, festas e doações, terreno em alguma parte menos valorizada da cidade e ali construir.

Lima (2011) ao abordar sobre esse processo, afirma que foi nas irmandades que o sincretismo religioso dos cultos afro-brasileiros com o catolicismo começou. As festas e procissões religiosas deram oportunidade a uma valiosa convivência social, uma vez que, caso contrário, dificilmente conseguiria sair do ambiente de trabalho, principalmente as mulheres. A possibilidade de reunião permitiu que negros e pardos vivenciassem os cultos africanos: dentro das igrejas que veneravam aos santos católicos e fora dele, aos seus Orixás. Ao mesmo tempo, as festividades religiosas, nas quais exibiam símbolos que só eles compreendiam, deram oportunidade às tradições africanas ser manifestar, reafirmando sua identidade ancestral e valores culturais.

Com o modesto renascimento dos cultos, a importância das nações negras, formadas a partir das referidas referências reais ou idealizadas (a região africana de origem, o porto de onde foram enviados ao Brasil ou à irmandade a que pertenciam) foram ganhando importância e definição (Nazzari, 2015).

Atualmente, no contexto religioso, utiliza-se o termo nação, a qual designa unidades de culto, caracterizada pelo conjunto de rituais peculiares aos indivíduos de cada uma das divisões étnicas que eles constituíram, de forma real ou idealizada, a massa de africanos que vieram para as Américas. Isto inclui a forma como realizam seus rituais, a linguagem

utilizada no ritual, o conjunto de explicações e fundamentos desses ritos, os tambores e a forma como são tocados, as músicas, as cores das roupas e colares, as folhas sagradas que utilizam, enfim, para um corpo de práticas, símbolos e cultura material herdado de seus ancestrais (Lima, 2003).

É assim que a Nação Queto ou Ketu, a Nação Angola, a Nação Jeje, as principais, são mencionadas no Brasil. Outras nações menos conhecidas, mas igualmente importantes, são as Nações Efon, Ijexá, Congo, Muxicongo e Nagô (Nazzari, 2015).

As religiões de base africana constituem um conjunto de religiões com muitos pontos em comum, mas também com muitas diferenças e algumas divergências, em parte devido à diversidade de nações dos seus associados, à localização geográfica no Brasil, entre outras coisas. Sua visão de mundo, seu panteão de divindades, lendas, relacionamentos, propósitos, etc. É algo muito complexo e intricado. No entanto, suas cerimônias são abertas ao público, que frequenta sem qualquer compromisso, e até suas casas ou templos se espalham abertamente no ciberespaço, seus princípios, funcionamento e tudo o que o público deseja saber eles (Prandi, 2004).

Existe uma grande variedade de graus de sincretismo entre as religiões de origem africana com o catolicismo. A que mais expressa isso é a chamada Umbanda. Os demais conservam em diferentes proporções mais elementos do africano do que do catolicismo e são, entre outros, o Candomblé (presente em todo o Brasil), o Batuque (Rio Grande do Sul), o Culto dos Egunguns (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo), o Culto de Ifá (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo), a Pajelança (Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas), a Quimbanda (em todo o país), entre outras (Lima, 2010).

Ainda segundo a autora mencionada, é comum hoje a busca de contato com os povos da África por parte dos afro-brasileiros que desejam conhecer e retornar às suas religiões ancestrais, numa recusa em aceitar o sincretismo, lutando entre outras coisas para dissociar os Orixás dos santos católicos. Assim, muitos dos contatos entre o Brasil e os povos africanos se devem a questões religiosas, à busca das raízes suas crenças e contato com praticantes do outro continente.

Uma maneira de compreender esse movimento é o crescimento de adeptos e/ou seguidores destas religiões como a Umbanda a qual passamos a discorrer.

Umbanda

A umbanda é amplamente conhecida por seu poder de apropriação de elementos exógenos como forma de adaptação de novos centros de culto. Esses elementos podem ser físico (como artefatos incorporados ao culto), simbólico (ligado aos valores que permeiam diferentes áreas da sociedade), ou sociopolíticos (como sugerem alguns dos fragmentos da história de vida que pretendo apresentar). A umbanda trata, portanto, da incorporação ritual de problemas e elementos do panorama político-econômico local e global em sua linguagem religiosa (Prandi, 1990).

Isso significa que a religiosidade umbandista não é um elemento cotidiano/devocional para grande parte de seus participantes, mas também indica que há uma abertura pela qual a umbanda está adentrando, conquistando espaço e tornando-se popular.

No Brasil de acordo com Prandi (2004), a umbanda surge no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, como síntese dos antigos candomblés banto e de caboclo que vieram da Bahia, com o espiritismo kardecista, chegado da França no final do século XIX. Rapidamente foi disseminada por todo o Brasil e seu objetivo era ser a única grande religião afro-brasileira com o fim de se impor como universal e presente em todo o país (Camargo citado por Prandi, 1990).

Nazzari (2015) ressalta que não demorou muito para que a umbanda se espalhasse também por países do Cone Sul e depois mais além. Chamada de “a religião brasileira” por excelência, a umbanda juntou o catolicismo branco, a tradição dos orixás da vertente negra, e símbolos, espíritos e rituais de referência indígena, inspirando-se, assim, nas três fontes básicas do Brasil mestiço.

Em relação às configurações e práticas do candomblé Prandi (2004) refere que os Orixás estão relacionados com pontos específicos da natureza, chamados de pontos de força, para através dos quais atuam no mundo. Eles também usam os quatro elementos: fogo, terra, ar e água. Como o ser humano e seu corpo estão em estreita relação com o meio ambiente (contém água, ar, componentes associados à terra, além do calor, relacionado ao fogo). O orixá pessoal tenta que esta relação permaneça tão equilibrada quanto possível.

Em complemento, para Nazzari (2015) existem muitos Orixás, de diferentes graus e funções sendo que os mais conhecidos? são: Oxalá, Obaluaê, Ogum, Oxóssi, Xangô, Iansã, Ibejis. Eles guiam a consciência dos seres vivos e protegem as atividades de manutenção da comunidade, especialmente acompanhantes de médiuns. Para cada orixá associam-se certas virtudes, animais, *chakras* e partes do corpo humano, cores, alimentos e bebidas, elemento, plantas, flores, metais, pontos da natureza, símbolos e formas especiais de saudação.

A identificação do orixá que rege uma pessoa, bem como a resposta às perguntas que o faz consultores de Umbanda, às vezes é feito através do jogo de búzios ou caracóis. Esta é uma prática que chegou a África originária do Médio Oriente e que acompanhou aquelas pessoas em sua diáspora, sendo adotada no Brasil inicialmente pela religião chamada Candomblé (Prandi, 2004).

Dependendo do seu nível de evolução, atuam no mundo espiritual de diferentes maneiras, a fim de ajudar, evoluir e aprender. Permanecem no mundo espiritual até uma possível reencarnação. As principais entidades são os caboclos ou caboclas, os pretos-velhos ou pretas-velhas (negros-velhos ou negras-velhas), crianças e às vezes outros elementos.

Na Umbanda muitos espíritos caboclos se manifestam e também acumulam, como todos os espíritos, experiências de outras vidas, nas quais poderiam ter sido cientistas, médicos, etc. Eles evocam a sabedoria e o conhecimento que advêm do contato com a terra e a natureza. São espíritos livres, que podem parecer arrogantes. Normalmente o seu conselho é melhorar o humor dos mais necessitados. Eles tendem a ser bastante sérios em seus conselhos e são tratados com muito respeito e até alguns são ótimos trabalhadores de terreiro (Lima, 2010).

Uma vez feita uma breve abordagem sobre religiões de matriz africana e da umbanda, passamos a descrever as percepções de Maria Eduarda, aluna do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual em Trindade-GO.

O ACOLHIMENTO E O RESPEITO VINDOS DO TERREIRO DA UMBANDA

As percepções sobre o acolhimento no terreiro de umbanda foram destacadas por Maria Eduarda, uma estudante com deficiência intelectual e frequentadora da Casa de Umbanda e Jurema Sagrada Eira De Zé localizada em Trindade-GO.

A referida estudante é acompanhada pelo apoio a inclusão e pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE da escola. Para dar voz a ela foi proposta uma roda de conversa envolvendo também a professora de apoio e a do AEE para que assim ela se sentisse mais à vontade para responder as perguntas.

A opção pela roda de conversa se deu pelo fato de esta metodologia dar voz aos participantes, favorecendo a dialogicidade e o empoderamento dos mesmos, sendo este o momento de desconstruir percepções excludentes em relação às religiões de matriz africana. Além disso, pretendeu-se criar “um espaço dialógico não hierarquizado, com ênfase na organização do grupo, troca de conhecimentos, em especial de saberes experienciais, promovendo reflexão” (Silva, 2020 p. 10) no nosso caso, sobre as experiências e percepções da estudante enquanto frequentadora da umbanda.

Uma vez organizado o grupo, iniciou-se o diálogo tendo como ponto de partida o texto produzido por Maria Eduarda a partir da proposta “Que lugar ocupo nos grupos que participo?”

Há quanto tempo você frequenta a umbanda?

“ _ Há oito anos, fazendo agora em dezembro”.

- Você já foi a outro local religioso? O que achou?

“ _ Sim, na Igreja Universal, na Deus é Amor, Igreja Católica, fiz catequese. Em cada uma destas que frequentei eu buscava algo que não sabia entender, sabe? Mas quando cheguei na umbanda, aí sim, lá eu me achei”.

- Como se sente quando está no terreiro?

“ _ Me sinto bem porque lá é livre. Porque na igreja quem é sapatão, gay é julgado. Lá eles aceitam todos, até porque o pai de santo é gay, casado com outro homem”.

_ Alguma vez já foi discriminada por ser umbandista?

“ _ Sim na escola, quando eu estava saindo outro dia, encontrei um grupo de colegas de sala e duas professoras. Uma professora estava falando sobre a igreja e eu falei “axé” como se fosse um amém. Aí a professora falou:

“ _ Sangue de Jesus tem poder” e a colegas de sala falaram: Isso é do capeta! Se fosse assim nois não ia ler a bíblia, louvar e fazer oferenda para Oxalá, porque Oxalá é

Jesus na Umbanda. Tem Maria e outros santos como: Santa Bárbara, São Jorge...”.

Continuando sua exposição ela diz:

“ _ Na sala de aula já fui discriminada e ouvi palavras do tipo: você não vai para o céu... isso é coisa do capeta... lá não funciona... ninguém ajuda ninguém”.

_ Do que você mais gosta nas seções do Centro?

“ _ Gosto da fé, das ajudas, eles são caridosos. Não vejo igreja nenhuma ajudando”.

_ Deixe uma frase para quem já sofreu preconceito por pertencer à umbanda.

“ _ Só não dar ouvidos. Só quem está dentro é quem sabe”.

Ao encerrar a roda de conversa foi possível relacionar as percepções de Maria Eduarda, ao artigo de Caputo e Carlantonio (2023) cuja construção se deu a partir dos relatos de duas meninas negras e de candomblé. Eduarda de Souza, de 9 anos e Maria Hellena Nzinga, de 7anos. As duas apontam a escola como um espaço de silenciamentos, apagamentos e constrangimentos. Ambas identificam o racismo como o grande causador desse sofrimento vivido. Por outro lado, as crianças identificam seus terreiros como espaços de proteção e de fortalecimento para a luta antirracista na sociedade e também na escola.

Embora nossa conversa com a estudante não tenha oferecido subsídios para analisar mais profundamente os impactos dos posicionamentos dos colegas e professores sobre sua opção religiosa, as informações que colhemos demonstram que mesmo diante de uma escola inclusiva, ainda existem lacunas em relação à tolerância religiosa.

Acerca disso Gomes (2005, p.14) esclarece que:

Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos.

As ponderações da autora mostram que a escola ainda não é capaz de contemplar essas questões, pois ainda persiste um racismo estrutural acompanhado pela intolerância os quais se tornam desafios constantes a serem enfrentados por pessoas que optam por não seguir padrões sociais.

Nesse ponto, destacamos um excerto do artigo de Caputo e Carlantonio (2023 p. 97) o qual expressa bem como as crianças do candomblé e negras se sentem em relação à sua opção religiosa.

Estávamos então esmolando na porta do Mercado de Madureira quando Maria quis ir ao banheiro. No caminho, paramos para tomar sorvete e visitar algumas lojas. Em toda loja que entrávamos vendo tecidos, fios de conta, imagens, as vendedoras elogiavam a beleza de Maria Helena, que ouvia em um silêncio, o que achei estranho, já que ela é sempre muito comunicativa. Lá pela quarta ou quinta loja, ao ser, mais uma vez elogiada, reforcei o elogio dizendo: “Viu como todo mundo te acha linda?”. Ao que Maria respondeu: “Todo mundo não”, e abaixou a cabeça. Saímos da loja ainda com o sorvete na mão e, no caminho de volta para a porta do mercado, eu parei, abaixei um pouco e, olhando nos olhos dela perguntei: “Quem Maria, quem não te acha linda?”. E ela respondeu: “na escola tem um monte de gente que não me acha bonita não.”

Percebemos do exposto que ainda que em grande parte do texto as crianças se mostram orgulhosas por serem do candomblé, também carregam consigo as marcas do preconceito “O racismo é aquilo que machuca a gente que é negro. Tem gente que morre, até criança negra morre. O racismo machuca tudo. Corpo, cabeça, a brincadeira” (Caputo; Carlatonio, 2023 p. 99).

Acerca disso, percebemos em Maria Eduarda, a aluna participante da roda de conversa, que parece não haver impactos tão profundos, pois, há naturalidade em suas colocações ao ponto de ela dizer “Só não dar ouvidos. Só quem está dentro é quem sabe”.

Destacamos desse modo, um posicionamento de Souza e Santos (2020) em seu trabalho intitulado “*Cotidiano escolar de crianças pretas praticantes de religiões de matriz africana: um diálogo entre a cruz e a espada*”.

Trazemos um sentido de horizontalidade com a liberdade do ser e pertencer àquilo que se quer, onde a igualdade não é o caminho, mas sim o respeito da escolha do outro. Porque cada um de nós é um universo composto de muita ancestralidade e plurais e isso não é errado. O errado é querer colocar na mesma caixa tudo que somos e compomos durante os anos, tudo que expressamos e almejamos. Somos mutáveis, somos o todo e ao mesmo tempo o nada (Souza; Santos, 2020 p. 351).

Essa força traduzida na voz das autoras é produto de uma vivência sólida e segura nas interações estabelecidas nas sessões ou cerimônias que participam nos terreiros de umbanda e candomblé. É neste espaço que o respeito supera a intolerância e a falta de compreensão do que significa para cada um sua crença.

A resiliência em seguir mesmo diante de pensamentos ou olhares preconceituosos pode ser o ponto de partida para que as religiões de matriz africana possam aos poucos ser aceitas e assim assumam seu lugar que lhe são de direito.

Eliane Cavalleiro, citada por Caputo e Carlatonio (2023) ressalta que o racismo nas escolas brasileiras aflora de inúmeras formas, ocultas ou não. Segundo ela, existe um ritual pedagógico que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar que tanto compromete o desempenho de crianças negras, como favorece um sentimento de superioridade nas crianças brancas.

Nesse sentido, experiências como a de Maria Eduarda e das crianças de terreiro citadas por Caputo e Carlatonio (2023) precisam se tornar pontos de referência para se iniciar trabalhos mais pontuais nas escolas. O respeito e menção às crianças negras e até mesmo interesse em conhecer essas religiões, não pode ser mérito apenas do Dia da Consciência Negra. Pelo contrário, deve se tornar prática frequente como instrumento de resistência para superar a desigualdade que persiste nas escolas quando o assunto é este.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a umbanda assim como as demais religiões de matriz africana existam há bastante tempo, elas ainda são vistas com preconceito por parte da maioria das pessoas. Isso porque surgiram entre pessoas de traços fenotípicos mestiços, ligados a uma religiosidade popular heterodoxa que tem um forte componente “mágico-irracional” segundo grupos de religiões cristãs, cujos cultos são contrários àqueles realizados em terreiros, motivo pelo qual se criaram estigmas resultantes em preconceito e exclusão.

Essas concepções criadas em torno das religiões de origem africana ainda são vistas nas escolas como assunto de pouca ênfase ou quando abordado os estudantes praticantes delas ouvem falas preconceituosas e desconexas simplesmente porque são construídas em contextos que apenas repudiam tais religiões sem o mínimo interesse em conhecê-las a fundo.

A aproximação com a adolescente Maria Eduarda foi uma oportunidade de conhecer um caminho que se descortina em que a coragem de pertencer e assumir-se membro destas religiões estabelece uma posição de respeito e ao mesmo tempo de superação, sendo estes elementos fundantes de um novo olhar sobre religiões de matriz africana que podem e devem compartilhar espaço com as religiões cristãs tradicionais.

REFERÊNCIAS

CAPUTO, Stella Guedes; CARLANTONIO, Elaine. **O racismo machuca o corpo, a cabeça, a brincadeira**. O terreiro cuida do machucado que o racismo faz aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, (29), 95-104. <https://doi.org/10.22481/aprender.i29.12778>

GOLDMAN, Marcio. **Cavalo dos Deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil**. Revista de Antropologia. v. 54, no. 1 (janeiro-junho 2011), pp. 407-432.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Revista Aletri. v.9.2002 Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/poslit>> Acesso em 11 dez. 2023.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese de Doutorado. História da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais**. Salvador: Corrupio, 2003.

NAZZARI, Elizabeth Verani. Índios e Africanos na religiosidade no Brasil. **A Umbanda Sincrona**, nº. 68, julho-dezembro pp. 221-251 Universidade de Guadalajara, México, 2015.

PRANDI, Reginaldo. **Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. Tempo social**. Revista Sociol. USP, São Paulo, 2(1): 49-74 1º sem. 1990.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso**. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

SILVA, Ana Tereza Vital. **Roda de conversa como metodologia para partilha de saberes docentes**. Dissertação de Mestrado, 2020. Disponível em < https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/13104/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_RodaConversaMetodologia.pdf> Acesso em 15 dez. 2023.

SOUZA, Débora Santos; PEIXOTO, Ana Cristina. **Cotidiano escolar de crianças pretas praticantes de religiões de matriz africana: um diálogo entre a cruz e a espada**. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(33), 337–353, 2020.

A importância do relatório descritivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança como instrumento de acompanhamento individualizado na educação infantil

Francimeiry de Alencar Pereira

Pedagoga. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Gestão e Coordenação com Ênfase em Supervisão Escolar. Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil da Rede Privada

Aglaízia de Sousa Marinho Pinto

Orientadora de TCC. Historiadora. Pedagoga. Mestre em Ciências da Educação (FCU). Professora Concursada e Efetiva da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Quixadá. Docente Universitária desde 2009

Bruna Pereira de Freitas

Pedagoga. Especialista e Gestão Escolar. Educação Digital. Professora Efetiva da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Quixadá

Maria Jayane Correia

Pedagoga. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Professora da educação infantil da rede educacional privada do município de Quixadá. Atendente Terapêutica (AT)

Ivana Rodrigues da Silva Falcão

Graduada em Pedagogia. Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais. Professora da Educação Básica em escola privada na cidade de Quixadá-CE

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e compreender a partir de bases teóricas, a importância do relatório descritivo do desenvolvimento e da aprendizagem como instrumento de acompanhamento individualizado na educação infantil, levando em conta que segundo as diretrizes educacionais, os registros e avaliações não devem contemplar a intencionalidade de valor promocional e classificatório, mas observar e identificar os avanços e desafios através do acompanhamento efetivo da evolução alcançada, inclusive o que pode evoluir sobre o desenvolvimento da criança. A abordagem metodológica bibliográfica, exploratório e documental da pesquisa possibilitou a reflexão sobre a problematização relacionada as inquietações e angústias sobre a elaboração do parecer descritivo. Interligando as experiências vivenciadas no ambiente escolar e os registros documentados por parte dos educadores durante a trajetória ao decorrer do ano letivo. Pois servirá como material norteador das práticas diárias, dando continuidade aos objetivos e metas traçadas nos planejamentos com a premissa de potencializar o desenvolvimento e aprendizagem da



criança de maneira integral. Salientando que independente do segmento que ela esteja, as observações registradas se convertem em documentos e arquivos que servirão de base norteadora sobre as ações dos profissionais que acompanham a criança diariamente. A pesquisa contribui de forma significativa com a ampliação do conhecimento de familiares e educadores sobre a importância do documento, que traz consigo relatos propostos e vivenciados na jornada da criança durante o percurso da educação infantil, corroborando com as mediações e intervenções necessárias no processo de desenvolvimento e aprendizagem global.

Palavras-chave: educação infantil; relatório; documentação.

ABSTRACT

This study aims to analyze and understand, from theoretical bases, the importance of the descriptive report of development and learning as an instrument for individualized monitoring in early childhood education, taking into account that according to educational guidelines, records and evaluations should not include the intention of promotional and classificatory value, but observing and identifying advances and challenges through effective monitoring of the evolution achieved, including what may change regarding the child's development. The bibliographic, exploratory and documentary methodological approach to the research made it possible to reflect on the problematization related to concerns and anxieties about the preparation of the descriptive opinion. Interconnecting the experiences lived in the school environment and the records documented by educators during the course of the school year. As it will serve as guiding material for daily practices, continuing the objectives and goals outlined in the plans with the premise of enhancing the child's development and learning in an integral way. Emphasizing that regardless of the segment she is in, the recorded observations become documents and files that will serve as a guiding basis for the actions of the professionals who monitor the child on a daily basis. The research contributes significantly to expanding the knowledge of family members and educators about the importance of the document, which brings with it reports proposed and experienced in the child's journey during early childhood education, corroborating the necessary mediations and interventions in the development process. and global learning.

Keywords: early childhood education 1; report 2; documentation 3.

INTRODUÇÃO

A importância do relatório descritivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança como instrumento de acompanhamento individualizado na Educação Infantil, traz consigo a possibilidade de despertar nos educadores e familiares das crianças, a compreensão da existência deste documento bem como sua função e contribuição na jornada estudantil do sujeito.

O relatório da criança na educação infantil é um parecer descritivo sobre as informações relacionadas a rotina, no qual traz consigo relatos individualizados de como ocorrem as interações, brincadeiras, socializações e o processo evolução no ambiente

escolar durante o ano letivo vivenciado. Inclusive deve conter as informações sobre as observações acompanhadas acerca das ausências de determinados comportamentos e sinais de possíveis comprometimentos ou dificuldades no desenvolvimento da aprendizagem, conforme foi acompanhado durante as propostas experienciadas com a intencionalidade de contribuir com a progressivamente com o bem-estar da criança nos aspectos físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social.

O tema foi abordado por conta da vivência acompanhada no contexto escolar, considerando de maneira específica as situações experienciadas durante a rotina diária tanto na função de professora quanto de coordenação pedagógica, especialista em educação infantil e anos iniciais como também profissional na área da neuropsicopedagogia. O interesse no assunto da pesquisa surge através das angústias e inquietações interligadas as observações e registros acompanhados durante a aplicação das propostas elaboradas, levando em consideração as ações comportamentais da criança no âmbito escolar e as produções dos educadores na elaboração do documento que traz consigo relatos e pareceres da rotina diária sobre o desenvolvimento e aprendizagem da criança no cotidiano da educação infantil.

Neste sentido, vale ressaltar, que os docentes da turma que são os responsáveis pela construção deste documento. Ao ser construído ele passa pela revisão da coordenação pedagógica para análises e ajustes caso seja necessário. O parecer descritivo irá contribuir para a ampliação do conhecimento dos familiares e até mesmo de outros profissionais que acompanham ou possam vir a acompanhar a criança.

Portanto, faz-se necessário que a escrita seja acessível, objetiva e compreensível contendo as informações registradas na pauta de observação diária no decorrer do processo vivenciado. O olhar sensível por parte do professor durante a aplicação das propostas elaboradas, poderá contribuir de forma significativa com o desenvolvimento e aprendizagem da criança em diversos aspectos.

Desse modo, nota-se que as contribuições de educadores éticos, respeitosos e competentes fazem a diferença na vida de cada ser. Através de ações acolhedoras e intencionais diversas hipóteses poderão ser analisadas de maneira, cuidadosa, diariamente. Tendo em vista que para a elaboração do relatório o educador precisará se manter atento nas ações comportamentais manifestadas por parte da criança, tanto no momento das interações quanto das brincadeiras.

Dessa forma observa-se que, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do relatório descritivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança como instrumento de acompanhamento individualizado na Educação Infantil e como objetivos específicos compreender como se constrói o relatório. Apresentar aos familiares e profissionais que acompanham a criança sobre os possíveis avanços, sinais de atrasos e evoluções. Inclusive verificar a fidelidade na escrita do relatório por parte dos docentes, sobre as vivências interligadas ao desenvolvimento global da criança no cotidiano da Educação Infantil. Através do aprofundamento na pesquisa, ressalta-se que o artigo foi construído com o procedimento metodológico de carácter bibliográfico, exploratório e documental, sendo ele qualitativa.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (Engel; Tolfo, 2009, p. 32.).

Para a elaboração da pesquisa houve o aprofundamento nos estudos através de materiais interligados ao tema, como artigos, livros, sites, palestras dentre outros de cunho teórico referencial. Os autores selecionados para contribuir com a construção do documento, foram estudiosos que corroboraram com a importância do olhar sensível e a abordagem acolhedora, para a elaboração dos relatórios descritivos das crianças de forma ética, compreensiva e respeitosa. Sendo o principal deles: Henri Wallon (2014), devido a relação acolhedora, ética e afetiva construída entre o professor a criança e o ambiente que segundo o autor é essencial no cotidiano escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na Educação Infantil as observações e os registros diários por parte do educador, devem ter como objetivo, a ampliação da compreensão sobre o desenvolvimento da criança através das ações e comportamentos externados durante as vivências, no qual o professor precisa se manter atento aos comportamentos, quanto as ausências de alguns que são esperados de acordo com a faixa-etária que a criança se encontra.

A elaboração dos registros norteará ao educador sobre as formas de planejar e agir durante as vivências, considerando habilidades e dificuldades de cada ser, levando em conta as possibilidades de propor estratégias para que cada criança se desenvolva de forma saudável, na medida em que o docente surge como facilitador do processo, potencializando as habilidades da criança em diversos aspectos.

Ao lidar com o cotidiano infantil, compete ao profissional considerar de forma ética e acolhedora, as individualidades e especificidades de cada ser. Não raro nos deparamos com modelos de relatórios individuais já prontos, alguns trazem consigo chamadas bastante atrativas, portanto, se faz necessário assumir, verdadeiramente o compromisso em contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento do sujeito, ao construir um documento que contará com informações reais levando em consideração reflexões sobre as particularidades da criança, diante do que foi acompanhado durante as vivências durante o ano letivo.

Com tudo, percebe-se a importância de trabalhar com os educadores nas formações a abordagem dialógica e acessível, para que possam absorver e se apropriar de ações acolhedoras e responsáveis sobre os ritmos e os processos no cotidiano escolar. Surgindo a necessidade de se manterem atualizados sobre os avanços interligados aos assuntos educacionais, na ocasião o educador deve manter a postura de eterno aprendiz, pesquisando, analisando e refletindo sobre suas práticas diárias.

COMPREENSÃO SOBRE AS FASES DO DESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM CADA FAIXA ETÁRIA

Culturalmente muitas pessoas desenvolvem o hábito de comparar o desenvolvimento e os comportamentos das crianças, julgando que uma ou a outra está mais avançada ou atrasada, principalmente quando a mesma inicia o processo de convívio com outros sujeitos no ambiente escolar, isso ocorre de maneira mais frequente.

Considerando que o ideal para compreender sobre os sinais dos possíveis atrasos e dificuldades é justamente o conhecimento científico, aplicado as práticas baseadas em evidências. Nesse sentido, respeitando ritmos e processos individuais. Desse modo, nota-se que tanto o educador quanto os familiares tem o papel fundamental de acolher as situações divergentes de forma sensível, tranquila para que as mediações das ações aconteçam de maneira organizada, afetiva e eficaz. Faz-se necessário que o educador atuante na área da infância, compreenda de forma clara as fases do desenvolvimento infantil, levando em consideração os aspectos que estão interligados as aprendizagens de forma global.

Vale ressaltar que sobre o desenvolvimento da criança na Educação Infantil relacionado ao contexto escolar, deve se levar em consideração como norteador essencial os marcos do desenvolvimento infantil, as interações e brincadeiras, direitos, campos de experiências e objetivos de aprendizagem. Dessa forma, a contribuição do docente será totalmente alinhada aos estudos científicos para desenvolver, potencializar habilidades e conhecimentos específicos para cada fase, sem a intenção promocional ou classificatória conforme determina as diretrizes educacionais.

Os próprios avanços da ciência, das pesquisas e as descobertas da neurociência, indicando que os primeiros anos de vida da criança são de fundamental importância à medida que proporcionam a base para o resto da vida, como adolescentes e como adulto (Alves, 2020, p.113).

Portanto, considerando que o ambiente em que a criança convive favorece bastante para a educação ou ausência dela, pois o que será exposto, repercute de maneira que molda suas ações diante das situações. Desse modo, percebe-se que se torna fundamental o livramento das expectativas projetadas e comparações predeterminadas.

Muitas crianças chegam ao âmbito escolar confusas, demonstrando sinais de comportamentos agressivos, na maioria das vezes sem conseguir distinguir ou até denominar sentimentos e emoções, resultando em desequilíbrio e falta de controle diante do que é proposto. Por isso, a necessidade de o educador conhecer verdadeiramente a criança, suas particularidades, gostos, preferências, o que a acalma e o que a regula. Desse modo, a criança se sentirá segura e confortável ao perceber que está em um ambiente tranquilo com adultos que a escute, oriente e compreenda os antecedentes que desencadearam tais comportamentos.

Portanto, faz-se necessário a capacitação efetiva do educador, através de cursos, especializações, palestras, roda de diálogos dentre outras possibilidades para que desse modo ele possa estar capacitado para sinalizar as hipóteses através das observações e registros de maneira responsável e afetiva.

O REGISTRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO TEM TEOR CLASSIFICATÓRIO, SELETIVO E PROMOCIONAL

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN), enfatiza que a avaliação na Educação Infantil não ocorre com o teor classificatório e promocional, ela traz consigo a premissa de observar, refletir e registrar conforme a intencionalidade proposta no cotidiano, registrando situações de descobertas e aprendizagens significativas para a criança.

Alves (2020, p. 370) afirma que:

Os conceitos de avaliação que devem ser atendidos na Educação Infantil são de acompanhamento do desenvolvimento e do processo de observação, com o respectivo registro, e não o da promoção como acontece no Ensino Fundamental. Esta diferença ajuda a compreender a distância que existe entre ensino e educação, ou, mais precisamente, entre crescer interiormente e ser aprovado exteriormente, trata-se, portanto, de um processo essencialmente qualitativo.

Nesse sentido, deve competir aos docentes se apropriarem das estratégias interligadas as dinâmicas lúdicas e interativas para desenvolverem propostas que despertam o encanto por parte da criança em permanecer no ambiente escolar, como brincadeiras de cozinha, supermercado, escritório, escolinha, viagens, dentre outros acompanhados, que envolvem e ampliam o conhecimento de mundo. Dessa forma ela desenvolverá progressivamente funções e habilidades relacionadas as aprendizagens de maneira individual e coletiva, sendo essas fundamentais ao longo da vida.

A instituição educacional poderá ter uma estrutura com o modelo de relatório que atenda os pré-requisitos necessários para que ocorra os registros por parte do educador. A pauta de observação é o documento que acolhe a rotina da criança através do percurso vivido, como as interações, brincadeiras, falas constantes nas socializações, considerando comportamentos e ausências expressadas no território de aprendizagem. Deste modo, se faz necessário que nos planejamentos das experiências sejam propostos espaços com possibilidades de diálogos e interações livres e estruturadas para que haja as observações e mediações.

A IMPORTÂNCIA DO POSICIONAMENTO REFLEXIVO, QUE LEVA O PRÓPRIO DOCENTE AO QUESTIONAMENTO DE SUAS PRÁTICAS DIÁRIAS

As diretrizes curriculares educacionais defendem que para atuar com o desenvolvimento no contexto escolar durante o período da infância, o docente precisa ser licenciado em pedagogia. Estando ciente que seu papel passa a transcender a formação acadêmica. Portanto, o mesmo precisa estar ciente que o seu papel na Educação Infantil vai muito além de ministrar aulas, mantendo-se comprometido de forma ética, afetiva e dedicada com os estudos e pesquisas sobre conteúdos que englobam sua área de atuação. Desse modo, espera-se que as ações cotidianas aconteçam de maneira lúdica, interativa e intencional.

O professor torna-se fundamental na trajetória estudantil da criança, principalmente quando trabalha comprometido com o processo de desenvolvimento que está relacionado ao bem-estar físico e emocional dela, por isso a importância de conduzir as ações de forma plena e responsável. Percebe-se que aos poucos o educador se torna um símbolo de referência, que contribui diariamente com a evolução do ser, potencializando a desenvoltura das habilidades cognitivas, físicas e motoras de maneira independente e libertadora ao decorrer das narrativas experienciadas por parte criança, através da estrutura organizada com propostas intencionais.

Transportando esta reflexão para a escola percebemos a necessidade de se planejar a estruturação do ambiente escolar. Se for estruturado adequadamente, pode desempenhar um decisivo papel na promoção do desenvolvimento infantil. Para planejar essa estruturação somos, mais uma vez, obrigados a ampliar o raio de abrangência da reflexão pedagógica. (Wallon, 2014, p.100).

Conforme a afirmação de Wallon, nota-se que ao realizar as observações e registrar fielmente as descrições acompanhadas através de escrituras e fotografias das narrativas acompanhadas, o educador estará se conectando verdadeiramente com a criança e passará a compreender suas ações durante os processos diários, além de ter a oportunidade de alinhar a teoria à prática durante as vivências nas interações e brincadeiras ele estará ampliando as possibilidades de potencializar efetivamente diversas possibilidades de interações e relações com um ambiente que acolhe e educa.

Caso seja percebido por parte do docente que a criança não está progredindo de acordo com as habilidades esperadas para a faixa etária que se encontra conforme é analisado nos estudos científicos, faz-se necessário que a família seja comunicada e diante da situação seja feito um levantamento investigativo com registros. Considerando diversos fatores que favoreceram ou que possam estar contribuindo, conforme o resultados das análises e diálogos, o próximo passo deve ser acionar o acompanhamento conforme a situação específica com uma equipe de multiprofissionais.

Nesse sentido é essencial que o educador analise, questione, reflita e aprimore constantemente as próprias ações diárias, por ser uma grande influência para esse sujeito que está em processo de evolução. O papel do professor deve ser, manter-se pesquisador assim desenvolverá um olhar sensível sobre cada situação acompanhada no cotidiano escolar, mantendo-se atualizado nos estudos científicos contribuindo com a evolução da criança em todos os aspectos, considerando verdadeiramente os acontecimentos e comportamentos conforme apresentados por parte da criança.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DESCRITIVO DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DA CRIANÇA

O relatório individual na Educação Infantil é um documento descritivo que precisa ser elaborado de forma respeitosa, ética e objetiva. Para a sua construção, faz-se necessário considerar a individualidade do ser de forma sensível e reflexiva, nele deve conter em sua estrutura dados da criança, informações reais sobre as observações e registros conforme o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem durante o cotidiano vivenciado através das brincadeiras e interações no ambiente escolar, tanto com as professoras referências quanto com a turma e os demais colaboradores da instituição.

Todas as ações da criança precisam ser acompanhadas e compreendidas, inclusive a ausência delas diante das propostas elaboradas por parte das educadoras. Nesse sentido, percebe-se que a postura do profissional diante das interações contribui bastante na hora de elaborar o material individual. As habilidades e dificuldades precisam ser minuciosamente percebidas para que assim, ocorra por parte do educador a mediação necessária na perspectiva de desenvolver a autonomia, liberdade e independência do ser.

No relatório deve conter registros fieis sobre como ocorreu os primeiros contatos da criança com o ambiente escolar, bem como sua familiarização com o grupo, se houve a necessidade da presença dos familiares, se o processo se deu de modo tranquilo e natural ou se houve chateações e frustrações, inclusive faz-se necessário citá-los.

É de suma importância que durante a elaboração do documento seja citado sobre a frequência escolar e a participação na realização das experiências tanto em sala quanto as que são enviadas para casa, com a proposta de complementar o que foi ofertado nas vivências em aula. Dessa forma, compreende-se que esses detalhes geram grandes impactos sobre o desenvolvimento da criança, inclusive o motivo da ausência na frequência regular e também na falta de cumprimento do que foi proposto, podem prejudicar o rendimento escolar.

Para a construção do relatório, faz-se necessário que o docente se aproprie de palavras formais e objetivas, abstendo-se de frases pejorativas com rótulos e também diminutivas. A criança tem o direito de ser respeitada e o educador o dever de compreender as situações específicas, para interceder durante as situações no âmbito escolar de maneira ética e afetiva, ultrapassando as barreiras que impedem que a criança desenvolva e potencialize suas habilidades de forma progressiva.

Não raro se deparar com arquivos de relatórios a venda e até gratuitos para download na internet, diante dessa situação cabe o profissional evitar esse tipo de aquisição. Desse modo, estará comprometido verdadeiramente com o desenvolvimento da criança, pois para a construção desse documento é justo que seja elaborado com registro reais através das observações diárias.

AS INFORMAÇÕES CRUCIAIS QUE PRECISAM SER DESCRITAS DE MANEIRA COERENTE E OBJETIVA NO RELATÓRIO DA CRIANÇA

Diante das vivências experienciadas durante o exercício da profissão, se fez necessário a elaboração da pesquisa sobre os registros relacionados as observações diárias no segmento da Educação Infantil. Na perspectiva de ampliar o conhecimento dos educadores e familiares sobre a contribuição deste documento no processo de acompanhamento efetivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança de maneira integral.

Considerando que o relatório descritivo individual da criança é o documento que traz consigo informações cruciais relacionado a evolução. Percebe-se que este instrumento trata-se de uma sequência de pareceres evidentes vivenciados na rotina do ambiente escolar. Levando em conta que os registros colaboram inclusive com o processo de

desenvolvimento, diante dos sinais e hipóteses levantadas do acompanhamento durante as observações ao decorrer das interações e brincadeiras.

Neste sentido, vale ressaltar que a construção da relação afetiva entre professor e criança durante o processo das propostas oportunizadas, são essenciais para que de fato o docente esteja conectado verdadeiramente e compreenda expressões e atitudes que a criança externa através dos comportamentos e narrativas do cotidiano, referenciando a comunicação, interação, contato físico, desenvoltura corporal e aprendizagem sobre os conteúdos absorvidos ao realizar as experiências. Contudo, se faz necessário a descrição sobre envolvimento, interesses, tentativas, erros, superações e sucessos por parte da criança.

Dessa forma, deve-se levar em conta as ausências de comportamentos conforme é assemelhado para a faixa etária que ela se encontra, considerando o que é orientado nos marcos do desenvolvimento infantil.

Com os avanços dos estudos interligados a neurociência, nota-se que as práticas dos docentes que atuam no cotidiano da Educação Infantil tornam-se fundamentais na sinalização de possíveis dificuldades enfrentadas por parte do ser humano, bem como sinais de alerta para as possibilidades de transtornos e intervenções precoces no desenvolvimento infantil, como:

- Identificação da criança, corpo docente e coordenação pedagógica.
- Período letivo e ano.
- Autonomia, habilidades, particularidades, dificuldades, preferências e interesses.
- Frequência escolar e realização das experiências em sala, também as que são enviadas para casa, inclusive se retornam com êxito.
- Alimentação, independência dependência para realizar a higiene corporal.
- Desenvolvimento cognitivo, relacionado a linguagem, criatividade, produções e comunicações.
- Desenvolvimento motor, retratando sobre os aspectos físicos da criança relacionado as habilidades de locomoção, coordenação motora fina, grossa, equilíbrio, postura, desenvoltura.
- Desenvolvimento social e emocional sobre a socialização, controle emocional, autoestima e maneira de lidar com conflitos.
- Interação com brinquedos, espaços, crianças e adultos.
- Ausências de ações, possíveis comprometimentos e atrasos observados.
- Relação família e escola: comunicação, parceria, contribuição.

Ao elaborar o parecer descritivo com as informações reais e necessárias sobre o contexto vivenciado pela criança durante a rotina ofertada, nota-se que o educador participa ativamente do processo de desenvolvimento da mesma. É através das narrativas cotidianas dos gestos e ações interligadas as relações experienciadas com o meio, que

a criança tanto aprende como amplia as possibilidades relacionadas ao conhecimento de mundo anteriormente absorvido nos acontecimentos passados.

Dessa forma o educador assume o papel de mediador dos processos investigativos da criança durante as brincadeiras livres simbólicas. Sejam elas funcionais ou não estruturadas, despertando o interesse em participar das propostas e manifestar o próprio interesse a partir da percepção e contato.

Os professores devem aprender a interpretar processos contínuos, em vez de esperar para avaliar resultados. Do mesmo modo, seu papel como educadores deve incluir o entendimento das crianças como produtoras, e não como consumidoras. Devem aprender a nada ensinar às crianças, exceto o que podem aprender por si mesmas. E além disso, devem estar conscientes das percepções que elas formam sobre os adultos e suas ações. A fim de ingressar em relacionamentos com as crianças que sejam ao mesmo tempo produtivos, amistosos e excitantes, os professores devem estar conscientes do risco de expressar julgamentos muito rapidamente (Edward; Gandini; Forman, 2016, p. 78).

Preparar o ambiente tranquilo e seguro para receber a criança é fundamental. O local deve estar limpo, organizado e claramente arejado. Os materiais e recursos precisam ser elaborados de acordo com a faixa etária que a criança se encontra. Nesse sentido as observações e os registros serão realizados de acordo com a análise do contexto experienciado.

Conforme o docente se permite acolher e interpretar a linguagem manifestada pela criança durante as interações diariamente, verifica-se que surge a possibilidade de compreensão e reflexão sobre as ações comportamentais dela diante dos acontecimentos. Assim as propostas planejadas se tornarão envolventes tanto de maneira individual quanto coletiva.

Possibilitando ao professor materiais fundamentados em evidências, norteando a construção de conteúdos para o planejamento das experiências futuras e os relatos registrados para a produção do parecer descritivo. Desse modo quem tiver contato direto com o documento irá compreender as vivências relacionadas ao cotidiano da criança, bem como suas manifestações comportamentais através dos registros descritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de aprofundamento sobre os impactos positivos acerca do tema percorrido, considera-se que o resultado da pesquisa busca contribuir com o trabalho relacionado as vivências do contexto na Educação Infantil, possibilitando suporte concreto e evidente aos docentes durante a construção fiel do documento que traz consigo relatos e justificativas, teoricamente fundamentados sobre a relevância e o significado do registro individual da criança em relação as suas experiências cotidianas.

Com a abordagem dialógica e acessível o texto buscou despertar reflexões sobre as práticas do cotidiano na Educação Infantil, como também com sensibilidade nas ações dos educadores, ampliando as possibilidades relacionada ao conhecimento prático e teórico, concretizando de forma ética e responsável o que os estudos científicos orientam diante do acompanhamento do desenvolvimento infantil. Bem como discorrer sobre as colaboração do relatório descritivo individual e a importância da fidelidade na construção

desse documento, por estar totalmente relacionado ao ensino e aprendizagem da criança interligado aos aspectos físicos, cognitivos, sócio e emocionais.

Através dos estudos, notou-se que alguns comportamentos da criança revelam na verdade informações concretas sobre o ambiente que a mesma está ou esteve inserida, também sobre a cultura de sua estrutura familiar, por isso a necessidade de observar, acolher e compreender respeitosamente as ações expressadas, para que ela não seja julgada por suas reações diante das situações no cotidiano escolar durante as interações e brincadeiras. Tendo em vista que cada indivíduo reproduz ações comportamentais das pessoas que convive e admira tornando-se referência em diversos aspectos.

Nesse sentido, vale destacar, que a relação professor e criança precisa ser nutrida diariamente com ética, dedicação e carinho. Portanto, percebe-se que a construção de vínculo afetivo se torna concreta, ampliando as possibilidades da criança se sentir segura para demonstrar ou verbalizar os antecedentes das ações expressadas por ela durante as vivências.

Considera-se que a proposta da pesquisa buscou despertar a visibilidade e o reconhecimento sobre a importância que o educador precisa ter ao elaborar o relatório descritivo individual na Educação Infantil, pois o mesmo traz consigo informações relevantes sobre as observações interligadas ao desenvolvimento e aprendizagem da criança no ambiente escolar. Inclusive sobre possíveis aspectos que estejam em atrasos que precisam de potencializações. Para que desse modo, seja recorrido de forma dinâmica e eficaz as intervenções necessárias de acordo com as situações específicas sinalizadas.

Desse modo, vale considerar que a intencionalidade da pesquisa foi compreender e analisar cientificamente, sobre a importância do relatório descritivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança como instrumento de acompanhamento efetivo. Incluindo suas contribuições na potencialização do processo de desenvolvimento da criança de maneira global.

Portanto, observar e registrar é de fato documentar as experiências planejadas e aplicadas, respeitando as ações diárias da criança conforme o contexto proposto. De maneira cuidadosa e criteriosa o educador realiza as considerações referente as vivências do ano letivo, sobre o ritmo individual da criança através da sua relação com o meio que esteve inserida.

Este documento servirá como o primeiro arquivo do processo estudantil da criança e norteará os próximos educadores e profissionais que acompanharão a criança nos anos seguintes. Assim, os registros terão a função de documentar a trajetória da base educacional vivenciada através dos objetivos e metas traçados, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento e aprendizagem da criança de forma integral para ao longo da vida. O trabalho busca auxiliar na ampliação do conhecimento de familiares e educadores sobre a importância do documento que traz consigo relatos vividos na jornada da criança durante o percurso da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Moacir. **LDB fácil**. 24.ed. revista, atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: 2018.

EDWARD; GANDINI; FORMAN. Carolyn. Lella. George. **As cem linguagens da criança**. v. 1. Porto Alegre: Penso, 2016. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/marcos-do-desenvolvimento-infantil-de-0-a-5-anos/>. Acesso: dia 20/01/2024.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil** . 23. Ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

GERHARDT. Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1 ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

Organizadores

Ednan Galvão Santos

Advogado e Professor universitário. Graduado em Direito. Licenciado em Filosofia. Investigador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorando em Filosofia pela Universidade do Porto (Portugal). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC.

Karine Chaves Pereira Galvão

Graduada em Enfermagem/Universidade Presidente Antônio Carlos/Campus Ubá, MG (2009). Mestre em Enfermagem, Linha de Pesquisa: Saúde Coletiva/Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Formação em Tutoria Pedagógica de Educação a Distância/UFMG (2016). Enfermeira da Universidade Federal de Viçosa (UFV), preceptora e supervisora de estágio do curso de Enfermagem da UFV, entre 2010 e 2022, vínculo efetivo. Professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, vínculo temporário (atual).

Índice Remissivo

A

ação 17, 25, 50, 55, 58, 68, 76, 77, 86, 87, 107, 113
acolhimento 125, 130
africana 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133
aporofobia 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105
assembleia 21, 23, 24, 26
autoeficácia 21, 25, 26, 27, 28

B

brasileira 20, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 41, 77, 87, 102, 107, 108, 109, 110, 113, 119, 120, 129

C

candomblé 125, 126, 129, 131, 132, 133
capital 33, 34, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 68, 72, 73, 75, 78, 80
cidadania 11, 18, 20, 22, 24, 25, 39, 88, 92, 94, 95
cívica 42, 43, 45, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 73
comunicação 15, 22, 24, 26, 28, 66, 70, 74, 121, 122, 123, 124, 142
conceitos 15, 16, 17, 19, 25, 29, 42, 43, 52, 57, 59, 84, 86, 98, 109, 117, 121, 124, 139
contador 83, 85, 86, 89, 90, 91, 93
contextualização 11, 15, 16, 19
crianças 99, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 142, 143
crítica 11, 17, 20, 27, 35, 46, 93, 119, 121, 123
currículo escolar 18, 30, 31, 38, 39, 40

D

dados 17, 44, 71, 72, 85, 121, 122, 123, 124, 137, 140
decisões 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 47, 49, 66, 69, 87, 89, 91, 92, 93, 121, 123, 124
democracia 22, 24, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 88, 91, 95
democrática 21, 22, 23, 24, 25, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 60, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 75

digitais 11, 13, 16, 17, 18, 19, 66, 72
discurso 58, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,
106, 107, 109, 111, 116, 119
documentação 135

E

educação 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22,
24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41,
45, 49, 52, 54, 55, 56, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 99, 100,
104, 111, 112, 134, 135, 136, 138, 139
ensino 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 30, 31, 32,
33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, , 80, 89, 98, 125,
139, 144
escolar 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38,
39, 40, 41, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140,
141, 142, 144
estratégicas 69, 70, 74, 121
ética 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98,
100, 101, 106, 137, 139, 140, 141, 143, 144

F

filosofia 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, , 83,
84, 86, 87, 94, 98

G

geografia 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 38
geográfica 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, , 128

H

história 12, 14, 18, 30, 31, 38, 40, 52, 53, 56, 57, 58, 59,
62, 66, 67, 76, 77, 81, 82, 87, 99, 109, 110, 112, 115,
117, 123, 128
históricos 31, 32, 66, 71, 74, 76, 77, 100

I

infantil 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145
institucional 26, 42, 44, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 65,
66, 67, 69, 70, 71, 73, 74
interdisciplinaridade 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19
intolerância 96, 97, 99, 100, 105, 106, 131, 132

L

literatura 59, 72, 107, 108, 109, 120

M

matriz 125, 126, 130, 132, 133
metodologias 13, 82, 121
movimentos sociais 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73,
74, 75, 76, 77, 81

O

ódio 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106

P

participação 17, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 42, 43, 44,
46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60,
65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 80, 81, 103, 141
patriarcalismo 107, 109, 110, 117
política 14, 24, 30, 32, 34, 36, 37, 39, 40, 44, 48, 49, 50,
51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 84, 88, 94, 97,
98, 102, 110
psicologia 21, 38
público 35, 40, 47, 53, 56, 57, 68, 70, 72, 74, 83, 84, 85,
86, 89, 90, 91, 128

R

refugiados 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104
relatório 123, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 144
religiões 48, 125, 126, 128, 130, 132, 133
responsabilidade 6

S

serviço 27, 37, 81, 83, 85, 86, 89, 90, 91
sistema 6
sobrevivência 30, 32, 40, 57, 72, 79, 99
social 11, 12, 14, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 42,
43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56,
57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73,
74, 75, 76, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 92, 93, 98, 99,
101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113,
118, 119, 127, 133, 136, 137, 142
sociedade 6
sujeitos 76, 77, 138

T

tecnologias 11, 13, 16, 17, 19, 72, 121, 122
tecnológicas 16, 121

U

umbanda 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133

V

viúvas 107, 109, 113, 115, 116, 118, 119



AYA EDITORA
2024

